



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 51. outubro, novembro e dezembro de 1986

ano 13. ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário Geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Chefe, substituto, do Centro de Documentação
Secretário Pedro Motta Pinto Coelho

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Redator e Editor Responsável: Paterson Pereira
Responsável pela distribuição: Marinete Bernardino Boaventura

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO) — Palácio do Itamaraty, anexo I, prédio administrativo, salas 728/730, 7º andar.
Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.
CEP 70.170. Telefones: (061) 211-6410 e 211-6474.

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 — nº 1 — junho de 1974 — Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil — Relações Exteriores — Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

327 (081) (05)
R 433

sarney participa do lançamento do “qüinqüênio da alfabetização nas américas”

Discurso do Presidente José Sarney e do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), João Clemente Baena Soares, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 25 de novembro de 1986, por ocasião do lançamento do “Qüinqüênio da Alfabetização nas Américas”, em solenidade que contou com as presenças do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, do Ministro-Chefe do Gabinete Militar, Rubens Bayma Denys, do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, do Ministro da Cultura, Celso Furtado, e do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro.

discurso do presidente José sarney

Um conhecido educador brasileiro comentava no final dos anos 20 as estatísticas sobre o analfabetismo no Brasil:

Estes “são números que choram”, dizia.

Cerca de 60% da população brasileira eram analfabetos.

Muito foi feito nas últimas décadas. Realizaram-se campanhas oficiais e particulares, de algumas das quais participaram a Unesco e a OEA.

Apesar desses esforços, a Nova República recebeu triste herança: 21% de analfabetos — quase 20 milhões de pessoas que não sabem ler ou escrever. A taxa de analfabetos

no Brasil é superior à da média da América Latina. E no Nordeste ela é uma das mais elevadas. São níveis inaceitáveis, que estamos empenhados em reduzir, através do programa “Educação para Todos” e da Fundação Educar.

Compareço a esta solenidade tomado de esperança. Não quero realimentar velhas ilusões. Mas não precisamos perder o realismo para afirmar que o Brasil está decidido a ingressar no século XXI com um povo alfabetizado.

E nosso trabalho nesse sentido mostrará resultados em pouco tempo. No final do Qüinqüênio da Alfabetização nas Américas, programa lançado pela OEA, os números demonstraram nossa vitória contra a ignorância.

O Brasil deseja sinceramente que esta iniciativa da OEA tenha êxito. Deseja-o por si mesmo. Deseja-o pelos povos irmãos do continente.

A escola não é mera preparadora de mão-de-obra. Imenso é o prejuízo que nossa economia sofre porque milhões de brasileiros ainda não dominam a leitura e a escrita. Mas a escolarização não deve ser vista apenas como instrumento do desenvolvimento. Nossa decisão é política, orientada pela prioridade social, que é e continuará sendo a marca do atual governo.

A alfabetização é indispensável para que o País possa crescer saudavelmente, reduzindo ao mesmo tempo os desequilíbrios internos do País e a desigualdade entre os indivíduos.

A escola ajuda a preparar o homem para o trabalho. No Brasil, dez milhões de trabalhadores são inteiramente analfabetos. Devemos reverter esse quadro, se desejamos incorporá-los plenamente aos desafios das novas tecnologias, à modernização de nossas fábricas, ao correto uso dos instrumentos que acompanham o processo de implantação da reforma agrária e da irrigação no campo.

É verdade proclamada que o analfabetismo se levanta como um dos maiores obstáculos à justiça social. Mas precisamente por ser uma verdade há que repeti-la sempre. Assim se acenderá a consciência de que esta é uma chaga que dói em todos nós. Em cada um de nós.

Não podendo mais suportá-la, não apenas os governantes, os educadores, os servidores públicos, mas a própria sociedade como um todo deve engajar-se na luta contra a marginalidade educacional e cultural. É tarefa de todos matar a terrível fome dos espíritos, que cria cidadãos de segunda classe.

Mas não é apenas o Brasil que sofre com esse quadro desolador. Em situação idêntica

estão muitos povos das Américas Central e do Sul, e do Caribe. O Brasil deseja firmemente que a iniciativa da OEA produza resultados positivos para todos esses povos.

A cultura, a democracia, o desenvolvimento, a valorização de nossos povos é que se beneficiam com a educação de todos.

A tarefa é gigantesca. Temos que mobilizar todos os recursos disponíveis, do governo e da sociedade. Devemos também melhorar a qualidade dos alfabetizadores, dar-lhes melhores estímulos e treinamento. E não deixar de lado as contribuições voluntárias, nem a possibilidade de aumento da responsabilidade dos empregadores na alfabetização de seus empregados.

A OEA, tendo à frente o embaixador Baena Soares, está fiel a sua vocação de lançar-se aos desafios sociais do continente: a segurança do hemisfério, a estabilidade política, o desenvolvimento e a democracia entre os povos que tudo podem e os muitos que nada têm entre os que dominam a luz dos conhecimentos e os que se perdem na treva da ignorância.

discurso do embaixador joão clemente baena soares

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,

Parece-me muito apropriado que o ato inaugural da Campanha Interamericana de Alfabetização se realize em Brasília. Há dois anos, durante a Assembléia Geral da OEA, aqui se proclamou o período entre 1986/1990 "Quinquênio da Alfabetização nas Américas"

As exigências do momento atual tornam esta iniciativa ainda mais oportuna. O número de analfabetos na região continua a crescer, numa fase crítica para o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos e caribenhos.

A intensificação de esforços na longa luta pela erradicação do analfabetismo é assim essencial como expressão do compromisso de solidariedade e cooperação interamericana no caminho do progresso. E é indispensável para formar protagonistas sociais com maior consciência de seus direitos e de suas responsabilidades.

Ser analfabeto, porém, não significa ser deseducado e não possuir cultura. A população analfabeta teve uma educação na família, no trabalho, na prática de sua fé, nas competições desportivas, nas relações afetivas. Essa educação e essa cultura, socialmente espontâneas, constituem a base a partir da qual e não contra a qual a alfabetização é possível.

O programa continental de alfabetização refere-se primordialmente ao trabalho com adultos. Mas também trata de preparar o futuro, — função que passa por uma escola primária mais eficiente e de alcance mais amplo.

O terceiro capítulo que o programa leva em

conta é o dos analfabetos regressivos e funcionais. Uma grande empresa para a pós-alfabetização desafia a todos. A OEA pode convocar recursos para enfrentá-la.

Ao se concentrarem meios a partir de hoje para combater o analfabetismo e universalizar a educação básica, avançamos com renovada determinação na conquista da plena participação de todos os habitantes das Américas na construção de seu destino.

Durante o Qüinqüênio de Alfabetização o sistema interamericano comemorará seu primeiro centenário e os quarenta anos da carta da OEA.

Não há melhor homenagem a oferecer na celebração dessas datas que o êxito da iniciativa inaugurada hoje.

Agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, a honra que nos dá em abrir o Qüinqüênio de Alfabetização.

Sua presença e suas palavras nos inspirarão no cumprimento dessa nobre tarefa de paz.

brasília recebe o presidente da argélia, chadli benjedid

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de outubro de 1986, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente da Argélia, Chadli Benjedid.

É com grande satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à sua ilustre comitiva, que nos distinguem com sua presença em Brasília.

Pela primeira vez na história, o Brasil tem a honra de acolher a visita de um chefe de estado argelino.

Ela vem renovar, nas nossas relações de grande amizade e proveitosa cooperação, a dimensão e a perspectiva extremamente positivas de um diálogo no mais alto nível entre a Argélia e o Brasil.

Esta é, sem dúvida, uma oportunidade para reafirmarmos, num gesto político pleno de significados, o papel de relevo que a Argélia e o Brasil têm desempenhado na vida internacional contemporânea. Na sua condição de países em desenvolvimento de ativa e expressiva presença internacional.

Temos mesmo, em coerência com as idéias que defendemos nos mais variados foros, o dever de demonstrar com gestos concretos a importância e a viabilidade da cooperação entre as nações em desenvolvimento. E esses gestos começam precisamente com a

profundidade e o alcance do diálogo político entre nossos países, hoje levado ao seu ápice pela presença de Vossa Excelência entre nós.

A Argélia sempre figurou em lugar de realce na história dos povos em desenvolvimento. A própria dimensão que adquiriu o seu processo de independência, marco da história contemporânea e capítulo decisivo na descolonização, demonstra claramente a importância política que cercou o nascimento da nação argelina para a vida independente.

O povo argelino e suas lideranças, forjados na luta heróica contra o colonialismo e por uma autêntica independência nacional, são a base sobre a qual se sustenta um país dinâmico, destinado a desempenhar um papel de relevo não apenas no interior do mundo árabe, mas no conjunto dos países em desenvolvimento.

Para os brasileiros, a Argélia ressalta precisamente pelo papel criativo que vem desenvolvendo na vida internacional, em coerência com o seu projeto nacional de desenvolvimento e com os princípios que norteiam a vida de seu povo.

Sua diplomacia revela a um tempo as qualidades da inventividade e a capacidade própria de um país que tem sabido conciliar de forma construtiva seus desafios internos com uma complexa dimensão externa. País a um tempo árabe, africano, mediterrâneo e em desenvolvimento, a Argélia tem conseguido com sua ação o respeito e o justo reconhecimento pelo papel protagonista que desempenha em diversos foros e iniciativas vinculadas ao não-alinhamento, à cooperação e à transformação das estruturas injustas que prevalecem na ordem internacional.

Ao estender ao povo argelino e a Vossa Excelência a homenagem fraterna do povo e do Governo brasileiros, desejo expressar-lhe o nosso reconhecimento sincero pelo seu empenho pessoal em contribuir para a intensificação e o aprimoramento das relações entre os dois países.

Senhor Presidente,

Estamos unidos por sentimentos de amizade e compreensão mútua.

Interesses comuns nos aproximam.

Nossa cooperação se desenvolve de modo promissor. Fatores como estes, aliados à franqueza e sinceridade do nosso diálogo político, sustentam um relacionamento permanente, integrado aos projetos de desenvolvimento de nossos povos.

O Brasil foi solidário com o povo argelino na luta por sua independência, por nós de imediato reconhecida, em 1962. Desde então, as relações bilaterais ganharam densidade e se nutriram de interesses recíprocos. Os contatos entre nossas autoridades são intensos e constantes e, alicerçados em amplas convergências, vêm ensejando possibilidades concretas de intercâmbio.

Países em desenvolvimento, o Brasil e a Argélia têm percorrido de modo exemplar o caminho inovador da cooperação entre os países em desenvolvimento.

Vivemos hoje um momento de especial significação na vida de nossos povos. São imensos os desafios que enfrentamos, mas é claro o sentido de transformação de nossas sociedades.

Sob a orientação de Vossa Excelência, a Argélia promoveu há pouco inovações significativas de caráter institucional, que realçam o dinamismo de seu povo nesta etapa histórica de consolidação da nacionalidade.

No Brasil, o espírito de concórdia e conciliação presidiu a transição para a democracia plena, em vias de completar-se com a adoção de uma nova constituição, e hoje povo e governo estão engajados no esforço conjunto de implantação das mudanças por todos reclamadas.

Nossas relações com a grande nação árabe têm raízes históricas e culturais.

O Brasil, país aberto à convivência construtiva de todas as raças e religiões, acolheu expressivo número de imigrantes árabes, cuja participação muito nos enriquece.

Plenamente integrados à realidade brasileira, sem perderem os traços marcantes de sua identidade cultural, eles têm trazido uma contribuição de valor para a nossa democracia política e social. A presença árabe no Brasil, ao lado de tantas outras comunidades, não só corrobora a prática de tolerância étnica, religiosa e cultural que prevalece em nossa sociedade, como também oferece um aporte enriquecedor e criativo para o nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Argélia são países com forte personalidade e uma clara consciência de suas nacionalidades. Pela coerência e autenticidade de suas opções, ambos se apresentam perante a comunidade internacional com uma identidade claramente definida e uma vocação construtiva.

O Brasil acompanha com agrado a atuação efetiva da Argélia como fator de equilíbrio e moderação no contexto internacional. Não é outra a conduta que temos procurado manter, e isso, naturalmente, cria um espaço apreciável em que ambos os países podem somar seus esforços em favor da paz e do desenvolvimento no mundo.

Não aceitamos hegemonias, nem práticas ostensivas ou veladas de dominação. Estamos convencidos de que somente o contínuo fortalecimento do clima de concórdia e entendimento entre os povos pode propiciar o verdadeiro progresso econômico e social, em bases mais justas e equitativas.

Interpretando sentimentos e necessidades prementes de seus povos, o Brasil e a Argélia reivindicam o estabelecimento de uma nova ordem internacional. Queremos que essa ordem seja justa e democrática e nos garanta participação ativa no encaminhamento de problemas concretos que afetam a todos, como o comércio internacional, a reativação dos organismos financeiros, a transferência de tecnologia, o uso dos fundos marinhos e tantos outros.

A atual ordem mundial caracteriza-se por uma dupla instabilidade. Em seu aspecto político, pelo clima de competição estratégica entre as grandes potências e pela persistência de focos de tensão política e social em numerosas regiões do Globo. No campo econômico, avulta a instabilidade decorrente da crise do endividamento, do protecionismo e da perda do valor das exportações dos produtos que sustentam as economias em desenvolvimento.

Nossa resposta às tensões políticas tem consistido no apoio a soluções negociadas e, em especial, aos entendimentos conduzidos no âmbito das Nações Unidas em todas as áreas suscetíveis de afetar a paz mundial.

É esta linha de ação que tem informado nossa posição face à questão do Oriente Médio, na qual — como é sabido — susten-

tamos o direito de todos os povos da região, e em especial do povo palestino, à autodeterminação, independência e soberania, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas. São também amplamente conhecidos os pontos de vista do Governo brasileiro a propósito da solução negociada e pacífica para os conflitos do Saara Ocidental e do Líbano e para a guerra entre o Irã e o Iraque.

Ademais, constitui para nós ponto de honra expressar, em palavras como em atos, nosso enérgico repúdio ao regime odioso do *apartheid* e às medidas agressivas praticadas pelo atual governo da África do Sul no plano interno e contra seus vizinhos.

Em nosso continente, temos apoiado de maneira determinada e construtiva os esforços empreendidos pelo Grupo de Contadora diante dos graves conflitos em curso na América Central. Não vemos solução viável e efetiva fora desse processo negociador. A ele continuaremos a emprestar todo o nosso apoio, pois desejamos uma América Central reconciliada, democrática e voltada para o desenvolvimento e o progresso social.

Dentro do espírito de conter efetivamente o alastramento das tensões mundiais, o Brasil formulou uma proposta para que o Atlântico Sul seja declarado pelas Nações Unidas como zona de paz, livre das tensões militares e ideológicas oriundas de outras regiões, e preservado como um espaço de cooperação. Esperamos que essa iniciativa frutifique, aproximando ainda mais os povos de todo o mundo em torno de uma aspiração legítima dos países em desenvolvimento banhados pelo Atlântico Sul.

São muitas e extensas as vias a serem trilhadas juntamente pelo Brasil e pela Argélia no cenário internacional.

A reformulação das relações Norte-Sul é uma área na qual, conscientes da nossa condição de países em desenvolvimento, temos trabalhado lado a lado no âmbito das orga-

nizações multilaterais e dos foros internacionais de debate e negociação. Nosso diálogo e a coordenação de nossas posições refletem não apenas a identidade de interesses nesse plano, mas o forte sentimento de amizade construtiva que nos une.

No plano bilateral, os Governos e empresas dos dois países estão empenhados em tratativas no campo da cooperação energética, industrial e tecnológica, cuja concretização deverá representar um salto qualitativo em nossas relações.

Desejo assinalar, a tal respeito, a firme disposição do Governo brasileiro de ampliar e diversificar o intercâmbio com a Argélia, um dos nossos mais importantes parceiros comerciais no continente africano.

O potencial de complementação existente é um dado altamente encorajador e só faz revigorar nossa confiança no desenvolvimento futuro de nossas trocas. Devemos

colocar a serviço dessa cooperação, que pode ser exemplar, toda a nossa criatividade, na busca de fórmulas que nos permitam aproveitar efetivamente esse potencial.

Faço votos, Senhor Presidente, para que as proveitosas conversações que estamos mantendo possam frutificar em benefício recíproco. Colocadas em perspectiva de longo prazo, nossas relações têm um papel decisivo a cumprir em nossos projetos de desenvolvimento econômico e de estabilidade política e social.

Esse é o sentido maior deste nosso encontro e do proveitoso diálogo que estamos mantendo.

É com esse espírito que peço a todos que me acompanhem num brinde à prosperidade do povo argelino, à contínua intensificação das relações entre o Brasil e a Argélia e à saúde e felicidade pessoais de Vossa Excelência e da senhora Benjedid.

comunicado à imprensa relata os entendimentos do presidente argelino no brasil

Comunicado à imprensa divulgado em Brasília, em 15 de outubro de 1986, ao final da visita do Presidente argelino, Chadli Benjedid.

A convite de Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Chadli Benjedid, Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Secretário Geral do Partido da Frente de Libertação Nacional, efetuou visita oficial ao Brasil, acompanhado de sua esposa e de importante delegação, de 13 a 15 de outubro de 1986.

2. Durante sua visita, o Presidente Chadli Benjedid foi recebido no Congresso Nacional por seu Presidente, Sua Excelência o Senhor José Fragelli, bem como pelo Presi-

dente do Supremo Tribunal Federal, Sua Excelência o Senhor José Carlos Moreira Alves.

3. O Presidente Chadli Benjedid foi condecorado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul pelo Presidente José Sarney.

4. Durante esta visita, a primeira de um Chefe de Estado argelino ao Brasil, ambas as Partes examinaram as relações bilaterais e os meios de desenvolvê-las, consoante os estreitos laços existentes entre os dois países.

5. Os Presidentes sublinharam a importância histórica desta visita e manifestaram sua satisfação com o clima de cordialidade e de entendimento que caracteriza as relações bilaterais.

6. Dentro da lógica e do prolongamento das idéias defendidas em comum no plano internacional, o Brasil e a Argélia reafirmaram seu dever de demonstrar, permanentemente e através de ações concretas nas suas relações, a importância e a viabilidade da cooperação entre países em desenvolvimento.

7. Destacando os sentimentos de amizade e de cooperação mútua que os unem e os interesses comuns que os aproximam, ambas as Partes consideraram que a cooperação entre os dois países se desenvolve de forma promissora, com base no nível de sinceridade e de convergência que marca seu diálogo político.

8. As duas Partes reafirmaram sua intenção de fortalecer ainda mais as relações de amizade e cooperação nos campos político, econômico, comercial, cultural e técnico, para o benefício de ambos os povos.

9. Neste contexto, ambos os Presidentes decidiram que a Comissão Mista Brasil-Argélia deverá se reunir o mais breve possível, em Argel, com o objetivo de concretizar as diretrizes relativas à promoção das relações entre os dois países em todos os seus aspectos.

10. Os Presidentes igualmente decidiram que o Grupo de Trabalho, criado pelo Memorando de Entendimento de julho de 1986, assinado pelos Ministros da Energia do Brasil e da Argélia, se reúna, também a curto prazo, com vistas a cumprir o mandato que lhe foi confiado.

11. Os dois Presidentes procederam a uma análise profunda da situação internacional e concluíram que esta se caracteriza por uma grave instabilidade, política e econômica, que deve ser eliminada, com o intuito

de proceder a um saneamento global das relações internacionais, assegurando a paz, a segurança e a prosperidade em proveito de todos os povos.

12. A este respeito, as duas Partes verificaram ampla convergência nas posições de ambos países em relação às questões que afetam a paz e a segurança mundiais. Reiteraram sua convicção de que somente a manutenção do diálogo e da negociação como vias privilegiadas de solução dos conflitos internacionais traz uma contribuição positiva à concórdia entre as nações. Reafirmaram a vontade e a determinação de seus Governos de envidarem esforços para que a harmonia, a justiça e a cooperação prevaleçam nas relações entre Estados.

13. Ambas as Partes igualmente analisaram a conjuntura econômica mundial. Manifestaram sua profunda preocupação com a gravidade da crise econômica que atinge mais duramente os países em desenvolvimento. Reiteraram a necessidade e a viabilidade da cooperação Sul-Sul, bem como seu apoio ao diálogo Norte-Sul e à promoção de negociações globais para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional duradoura e equitativa.

14. Expressaram a convicção de que as graves dificuldades financeiras dos países em desenvolvimento exigem soluções mais abrangentes e permanentes, que lhes permitam enfrentar o problema do endividamento externo em condições de respeito à sua soberania e às aspirações de seus povos ao progresso e ao bem-estar.

15. Procedendo a uma avaliação da 13ª Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a situação econômica da África, ambas as Partes lançaram um apelo à comunidade internacional no sentido de acelerar o aporte de sua contribuição para o reerguimento das economias africanas, conforme os compromissos assumidos.

16. As duas Partes procederam a um exame e a uma ampla troca de idéias sobre os fo-

cos de tensão regionais. Abordando a evolução da situação na América Central, a Parte argelina reiterou o firme apoio de seu país ao trabalho de paz do Grupo de Contadora, endossado pelo Grupo de Apoio de Lima. Ambas as Partes expressaram novamente sua convicção de que somente a solução negociada é viável e efetiva para a crise que prevalece na América Central.

17. Ambas as Partes se informaram sobre seus esforços em favor da transformação do Atlântico Sul e do Mediterrâneo em zonas de paz e cooperação. Asseguraram seu apoio recíproco a estas iniciativas promovidas no interesse superior da paz, da segurança e da cooperação internacional.

18. Examinando a situação da África Austral, as duas Partes renovaram sua condenação do odioso regime do "apartheid" de suas ações agressivas no plano interno e contra os Estados da região.

19. Exigiram a aplicação imediata da Resolução 435/1978 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a independência da Namíbia:

20. No que tange ao conflito do Saara Ocidental, ambas as Partes renovaram seu apoio à Resolução 40/50 da Assembleia Geral das Nações Unidas no sentido da conclusão do processo de descolonização do Saara

Ocidental através da satisfação do direito do povo daquele território à autodeterminação e à independência.

21. Examinando a evolução da situação no Oriente Médio, as duas Partes sublinharam que a questão da Palestina é o cerne da crise nessa região e que não existe solução justa, duradoura e global para esta crise sem a satisfação dos direitos nacionais legítimos do povo palestino.

As conversações se desenrolaram em clima de cordialidade e de compreensão mútua.

As duas partes expressaram sua satisfação com os resultados da visita, que contribuirá para estreitar as relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a Argélia.

O Presidente Chadli Benjedid expressou ao Presidente José Sarney sua profunda gratidão pela generosa hospitalidade com que o Governo e o povo brasileiros o receberam, pelas atenções e pela solicitude que cercaram sua visita oficial ao Brasil e pela acolhida calorosa que lhe foi reservada, bem como à delegação que o acompanha. O Presidente Chadli Benjedid convidou o Presidente José Sarney a visitar oficialmente a Argélia. O Presidente José Sarney aceitou com prazer o convite; a data da visita será fixada posteriormente por via diplomática.

a visita do presidente da argentina, raúl alfonsín

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 9 de dezembro de 1986, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín.

Senhor Presidente,

Mais uma vez se encontram os Presidentes do Brasil e da Argentina para, inspirados pelos sentimentos de amizade de seus povos, continuar a desenvolver esta nova e fecunda era que une os destinos dos dois países.

Reencontrar Vossa Excelência não traz apenas a satisfação de trocar idéias e opiniões com o grande Estadista da Argentina reconciliada e de florescente democracia. É também a oportunidade de prosseguir uma política criativa, sensível aos anseios dos dois países e profundamente marcada pelo desejo de fazer da democracia e do interesse comum pelo desenvolvimento um efetivo instrumento de integração, cooperação e amizade entre a Argentina e o Brasil.

Nas várias oportunidades em que já nos encontramos, aprendemos que a amizade entre os povos e o desejo de cooperação não podem ser fórmulas vazias ou meras declarações de intenção. Com vontade política e trabalho árduo, demos passos positivos e efetivos no sentido de identificar áreas dinâmicas em que as duas economias podem associar-se para seu mútuo benefício.

Estamos vivendo um marco histórico nas

relações entre o Brasil e a Argentina. O caminho da integração e da cooperação é mais uma prova eloqüente do poder que a democracia tem para aproximar os povos e fazer as relações entre os países transcendam a esfera oficial.

Somente através do caminho da unidade e da cooperação a América Latina se habilitará a ocupar no mundo o espaço a que tem direito. Felizmente, já progredimos o suficiente, política e economicamente, para dar sustento efetivo ao que antes eram sonhos visionários, ideais de homens que viviam com os pés no subdesenvolvimento e no atraso e o coração e a mente postos num futuro de progresso material, grandeza cultural e dignidade humana.

A História da Civilização é uma longa marcha no rumo de integração e da associação dos povos. A Humanidade vai aprendendo que na disputa, na confrontação estéril, no embalo das rivalidades, perde-se de vista o ser humano, gastam-se os recursos, vive-se no isolamento.

O que é a História do Ocidente senão um continuado esforço por aglutinar aldeias em povos, povos em nações, nações em comunidades que juntam seus esforços para progredir e crescer? Os exemplos são numero-

sos, e a América Latina, que já deu sua contribuição a essa tarefa, não pode deixar de somar novas iniciativas a esse encontro de homens e nações. A economia moderna é cada vez mais uma economia de conjunto. Temos de procurar a melhor forma de nos integrarmos num sistema, em que os interesses sejam recíprocos e não haja hegemonias ou benefícios unilaterais.

Irmanados pela História, pela cultura e pela mesma e profunda identidade latino-americana, o Brasil e a Argentina encontram-se hoje comprometidos com esse caminho de modernização das relações internacionais. Ao seu excelente diálogo político e ao expressivo patrimônio de densas relações de intercâmbio e cooperação, somam-se projetos e iniciativas já em pleno andamento no rumo de uma efetiva integração econômica e comercial entre os dois países. Como resultado desses esforços, já conseguimos, em

menos de um ano, dobrar o volume de nosso intercâmbio comercial.

Credito a Vossa Excelência substancial parcela do êxito que estamos tendo nessa nova etapa. Com seu interesse pessoal, soube Vossa Excelência interpretar os sentimentos de simpatia que unem nossos povos e ajudar a lançá-los na busca conjunta de benefícios mútuos, que hão de reverter também para todo o Continente.

É inspirado nessa amizade que sempre se renova que convido todos os presentes a comigo brindarem pela prosperidade crescente da Nação Argentina, pelo continuado aperfeiçoamento de nossas relações, pelo êxito do Governo de Vossa Excelência e pela felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora de Alfonsín.

a assinatura de atos entre o brasil e argentina

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 10 de dezembro de 1986, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos entre o Brasil e a Argentina.

Senhor Presidente,

Há quase um século, Machado de Assis, falando do Brasil e da Argentina, manifestava sua esperança de que os dois países caminhassem sempre "de mãos dadas, prósperos e amigos". Com esse sentimento, o grande escritor brasileiro antecipava o sentido que alcançariam nossas relações nos dias de hoje, graças ao intenso processo de integração e cooperação a que os acordos que acabamos de assinar aqui dão continuidade.

A grande identidade entre o Brasil e a Argentina expressa-se cada vez mais em um número significativo de iniciativas concretas que vem associando os dois países. Faci-

litados pela comum experiência democrática, nossos contactos se multiplicam em todas as esferas, comprovando que não há melhor base para o entendimento e a cooperação entre os povos do que a legitimidade de seus governos e a firmeza de suas instituições políticas.

É por essa razão que encaro com especial apreço o trabalho que estamos fazendo pela integração de nossas economias. Não se trata de meros resultados econômicos, que se expressam na duplicação, em um ano, do volume do intercâmbio comercial, com todos os benefícios que daí resultam. Trafa-se, de um êxito político, a-demonstrar o valor da democracia no plano das relações in-

ternacionais e a própria viabilidade, tantas vezes contestada, dos mecanismos de integração econômica e de entendimento político na América Latina, quando promovidos por Governos democráticos.

O espectro dos acordos aqui firmados e a profundidade de todos eles, demonstram o alcance a que chegou a nossa relação. Desejo aproveitar este instante para prestar uma homenagem especial a Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesta data em que se comemora o terceiro ano do seu mandato como Presidente da Argentina, pedindo a todos que saudemos esta data do Presidente Raul Alfonsín.

Para reconhecer, nesta data, não apenas os méritos de sua participação pessoal nesta nova etapa das relações Brasil-Argentina, mas também o profundo significado que teve a sua eleição para todo o nosso Continente. Os argentinos levaram à América Latina uma mensagem de esperança e determinação quando escolheram o rumo da democracia como instrumento da conciliação, do crescimento econômico e da estabilidade política e social.

Animados do mesmo espírito e unidos por essa identidade comum, o Brasil e a Argentina podem oferecer ao Continente contribuições das mais significativas. A verdadeira fraternidade latino-americana deve construir-se com gestos concretos de cooperação entre os povos. Nossa decisão de associar-nos no desenvolvimento reflete uma vocação autêntica de aproximação, assentada em traços culturais comuns, em aspirações compartilhadas, na vizinhança geográfica e na complementariedade econômica. Se a democracia abriu espaços de diálogo inéditos no relacionamento bilateral, esses espaços ampliaram-se com a decisão de aprofundar a integração brasileiro-argentina na base de mecanismos específicos, com grande sentido prático e voltados para curto e longo prazos.

Sabemos que estamos dando passos decisivos para a história.

Senhor Presidente,

Os contactos entre Presidentes e altas autoridades do Brasil e da Argentina vão-se tornando uma prática rotineira em nossas relações, dando-lhes um caráter novo, livre dos formalismos e mais próximo do dinamismo que requerem nossas economias. Estamos passando por grandes reformas no Brasil e na Argentina. Reformas que alteram não apenas estruturas de economias antes submetidas a processos recessivos, mas também a própria mentalidade de nossos povos, que se abre no amplo horizonte de modernidade.

Com esse mesmo sentido, subscrevemos nesta solenidade relevantes instrumentos bilaterais que reforçam os mecanismos desenvolvidos com tanto êxito a partir do nosso encontro em Iguaçu, há um ano.

A Ata da Amizade traduz os altos ideais de democracia, liberdade, justiça social, paz e desenvolvimento, com que solenemente nos comprometemos.

Cumprimos o que foi decidido em Iguaçu e Buenos Aires. Com realismo e flexibilidade, elaboramos as medidas concretas de execução do programa. Em três campos vitais — transportes, comunicações e siderurgia — criamos os mecanismos básicos de cooperação.

O setor da energia nuclear tem igualmente ensejado amplas possibilidades de cooperação entre os dois países. Baseados em interesses comuns e na confiança recíproca, Brasil e Argentina vêm-se empenhando firmemente no sentido de somar esforços nesse campo tão importante e tão sensível nas relações internacionais. As freqüentes reuniões realizadas em nível diplomático e técnico, em decorrência do encontro de Iguaçu, têm servido para comprovar que as aspirações dos dois países a ter acesso a tecnologias avançadas indispensáveis a seu desen-

volvimento conformam-se plenamente com seus propósitos de utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Os instrumentos agora firmados cobrem uma série significativa de projetos conjuntos que conferem um caráter concreto a essa cooperação e aumenta o grau de confiabilidade mútua entre os dois países. Um firme compromisso com a paz e a segurança em nossa região forma a base ética dessa cooperação.

Esses relevantes acordos somam-se ao já amplo e promissor arcabouço instrumental brasileiro-argentino antes existente. O variado campo desse relacionamento hoje compreende áreas de particular relevo como a política, a econômico-comercial, a energética, a técnico-científica, a industrial, a educativa, a cultural, a dos transportes, nas comunicações, a da colaboração fronteiriça.

Com satisfação verifico o entusiasmo dos empresários brasileiros e argentinos ao participarem dos esforços de integração, buscando oportunidades crescentes de comércio e investimento. A receptividade do programa de integração Brasil-Argentina nos meios empresariais dos dois países testemunha o acerto da decisão política de nossos governos, ao promover essa associação.

Tenho a certeza de que esse entusiasmo agora se expandirá como novo e inequívoco sinal da irreversibilidade do processo que ora se inicia entre Brasil e Argentina.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência em Brasília é também uma nova oportunidade de nossos países reafirmarem a grande coincidência de valores, interesses e aspirações que nos unem em torno de diversos temas que formam o principal da agenda regional e internacional de nossos dias que aqui confirmamos.

Tem sido notável a coordenação de posições entre o Brasil e a Argentina no que se refere aos grandes temas políticos que vêm

preocupando o Continente. Um diálogo franco, caracterizado muitas vezes por grande informalidade, própria de um relacionamento maduro, é o canal privilegiado pelo qual nossos países se têm entendido nos mais diversos foros e também no plano bilateral.

Temos sido uma força em favor da conciliação e da promoção da paz e do diálogo. Esse é, mesmo, o traço a unir nossas posições em torno de temas como a crise centro-americana, a dívida externa, os problemas da África Austral, o Atlântico Sul, o desarmamento e tantos outros.

Em torno desses temas, nossa participação tem sido sempre a mais construtiva. O foro de Cartagena, em que países latino-americanos coordenam posições e trocam informações sobre o grave problema do endividamento externo da região, é um exemplo de atividade diplomática voltada para a conciliação de interesses, com uma visão de longo prazo. Também a crise centro-americana despertou no Continente a iniciativa de Contadora, verdadeira consciência ética e política destinada a dar solução efetiva e justa a um problema latino-americano com graves repercussões em todo o nosso Continente. Nossa participação no Grupo de Apoio e Contadora, ao lado do Peru e do Uruguai, é um gesto expressivo da importância que nossas diplomacias conferem ao tema e uniu-nos mais firmemente em torno de princípios como a autodeterminação, a não-intervenção, o pluralismo político e a primazia da vontade centro-americana na solução de um problema do qual os próprios povos do istmo são os melhores juízes.

Congratulo-me mais uma vez com Vossa Excelência pelo êxito que obtivemos na aprovação, por expressiva maioria da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração que consagra o Atlântico Sul zona de paz e cooperação. Foi uma conquista importante, que deve estimular-nos a seguir na procura de novas fórmulas capazes de tornar efetiva a determinação dos povos de

banir o conflito, a agressão e o armamentismo de uma área que precisa de todos os seus recursos humanos e materiais voltados para o desenvolvimento e a consolidação de sociedades estáveis e prósperas.

O mesmo espírito que nos levou a propor essa oportuna iniciativa de desarmamento resiste, contudo, a medidas, como as que envolveram recentemente as Malvinas, que criam tensões e geram novos obstáculos para o encontro de uma solução pacífica e negociada para aquele litígio. Essa é a posição que o Brasil defende há século e meio. As Malvinas são argentinas. Essa é a nossa posição que continuaremos a defender. Continuaremos emprestando todo o nosso apoio para que sejam iniciadas negociações em torno do assunto, de forma a garantir-se um legítimo direito argentino.

Nossas posições em favor do desarmamento não se têm limitado à atuante participação nos foros internacionais em que essa questão vital é debatida. Também no plano regional e no das relações bilaterais temos dado provas concretas de nossa determinação de cooperar no desenvolvimento dos usos pacíficos da energia nuclear, afastando, mediante atos concretos de cooperação e declarações inequívocas, toda possibilidade de uma corrida nuclear na América Latina, contra todos os interesses de nossos povos. Ao contrário, é precisamente na área do uso pacífico da energia nuclear que maior significado alcança a política de associação que estamos desenvolvendo nesta nova etapa da convivência brasileiro-argentina.

Senhor Presidente,

Considero, repito mais uma vez, um privilégio recebê-lo em Brasília. Vossa Excelência regressa a esta cidade em circunstâncias bem diferentes daquelas que presenciou por ocasião da posse presidencial, em março de 1985. Traz, contudo, o mesmo espírito de solidariedade que, naquela ocasião, serviu-nos de alento e, hoje, indica-nos o acerto do caminho que escolhemos: um caminho de completa integração, de amizade e cooperação.

O Brasil que Vossa Excelência reencontra agora é um país transformado, restaurado em sua dignidade, renascido sob a democracia, a liberdade e a determinação de promover as reformas indispensáveis que o conduzirão à modernidade. Temos ainda muitos desafios pela frente, e nossos esforços são hoje maiores do que nunca para preservar conquistas duramente conseguidas e ampliar o campo para que outras venham somar-se aos que já sentimos.

Nesse horizonte, as relações com a Argentina despontam com uma importância renovada. Não concebemos o futuro do Brasil sem uma amizade mutuamente proveitosa com a Argentina. Uma amizade que seja, como disse Jorge Luiz Borges de sua Buenos Aires que recordo com emoção, "tão eterna como a água e o ar."

Deus salve o Brasil e a Argentina.

*A relação dos Acordos entre o Brasil e a Argentina, assinados por ocasião da visita do Presidente Raúl Alfonsín, estão na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 117. A coletânea completa dos textos encontra-se na publicação "Viagem do Presidente Alfonsín ao Brasil", também editada pelo CDO.

presidentes da argentina, do brasil e do uruguai reúnem-se em Brasília

Comunicado dos Presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín, do Brasil, José Sarney, e do Uruguai, Julio Sanguinetti, logo após reunião em Brasília, em 10 de dezembro de 1986.

Los Presidentes de la República Federativa del Brasil, de la República Argentina y de la República Oriental del Uruguay mantuvieron en el día de la fecha una reunión en la que se analizó el proceso de integración en América Latina.

Los Presidentes Sarney, Alfonsín y Sanguinetti manifestaron su más decidido apoyo a todas la iniciativas de estrechar lazos de cooperación e integración entre los tres países, de forma realista, gradual, flexible y equilibrada y destacaron la estrecha relación que existe entre integración y la consolidación de la paz, la democracia, la seguridad y el desarrollo del area. Consideran que el éxito de la Rueda Regional de Negociaciones de ALADI tendrá especial relevancia para el cumplimiento de estos objetivos, en el marco de la amistad y cooperación latinoamericana.

Los tres Presidentes examinaron y evaluaron el conjunto de instrumentos bilaterales que regulan las relaciones entre sus países, en especial los protocolos argentino-brasileños, el Acta de Colonia entre Argentina y Uruguay y el Acta de Cooperación Económica Brasil-Uruguay, así como los Acuerdos de Alcance Parcial Argentina-Uruguay y Brasil-Uruguay.

Los Presidentes Sarney, Alfonsín y Sanguinetti concluyeron, en base a las recomendaciones de sus respectivos Cancilleres y Mi-

nistros de Economía, que el procedimiento adecuado para promover la cooperación económica entre los tres países está definido en los acuerdos ya mencionados que constituyen la estructura y el marco de acción de este proceso de integración.

En el marco de sus deliberaciones los tres Presidentes resaltaron con especial satisfacción los altos índices de crecimiento del comercio recíproco en el año en curso.

Los tres Primeros Mandatarios instruyeron a sus Cancilleres y Ministros de Economía para que perfeccionen estos instrumentos bilaterales de manera tal de promover el crecimiento conjunto y armónico de sus naciones contribuyendo así al bienestar de sus pueblos y coincidieron en que, a medida que se vaya concretando la implementación de tales instrumentos, serán examinadas, en el momento adecuado, posibles modalidades de integración entre los tres países.

En ese contexto decidieron que sus respectivos Cancilleres y Ministros de Economía continuarán las consultas en áreas de interés recíproco.

En un espíritu de fraterna amistad y fecunda colaboración los tres Presidentes resolvieron que continuarán manteniendo consultas recíprocas siempre que sea necesario.

o encontro dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín com empresários argentinos e brasileiros

Discursos dos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na Academia de Tênis de Brasília, em 11 de dezembro de 1986, por ocasião de almoço oferecido por empresários argentinos e brasileiros.

discurso do presidente José Sarney

Esta reunião com empresários constitui um dos momentos culminantes da histórica visita com que nos honra o Presidente Raúl Alfonsín. Ela demonstra, de forma cabal, a participação do empresariado dos dois países no grande projeto de integração e cooperação que há um ano anima as relações brasileiro-argentinas.

A integração econômica entre o Brasil e a Argentina é uma realidade concreta que construímos ativamente ao longo deste último ano.

Ela se expressa em números significativos no plano econômico-comercial e significa, no plano político, que viramos definitivamente a página das controvérsias entre dois grandes países sul-americanos.

O encontro de Iguaçu, há um ano, foi o passo decisivo na superação de todas as divergências. Ele comprometeu a vontade política dos dois governos num programa novo e pragmático, assentado sobre as coincidências de interesses e a complementariedade de duas economias que, juntas, representam mais de 160 milhões de consumidores.

Desde Iguaçu, entramos numa etapa nova das relações econômicas entre os dois países. Sobre o pano de fundo da identidade democrática, os governos mobilizam suas sociedades em torno de um programa de cooperação e integração, que se desdobrou

em três encontros presidenciais com expressivo número de realizações.

Em Buenos Aires, em meio às mais gratas demonstrações de simpatia e amizade do povo argentino, definimos um programa de trabalho, contido em uma série de acordos com metas claramente definidas e objetivos concretos. Esse programa engajou, nos meses seguintes, com reuniões quase semanais, boa parte da capacidade negociadora dos setores econômicos externos dos dois países. Produziu resultados palpáveis, que estamos avaliando aqui em Brasília para dar continuidade ao processo, em direção a um efetivo mercado comum entre os dois países.

Desse balanço, ressalta uma certeza encorajadora: praticamente tudo o que havíamos proposto em Iguaçu e delineado em Buenos Aires foi cumprido.

O intercâmbio comercial quase duplicou em relação ao ano de 1985, revertendo definitivamente a tendência ao declínio e à estagnação que marcou os anos anteriores.

O protocolo sobre bens de capital era o mais audacioso do programa de integração, por sua estreita vinculação com a própria recuperação da capacidade produtiva das duas economias e sua importância como carro-chefe da integração. A partir desse protocolo, definiu-se objetivamente a lista de quinhentos produtos que, a contar de primeiro de janeiro de 1987, serão comer-

cializados com tarifa zero, iniciando concretamente o mercado comum num setor capital da economia, o da estrutura produtiva.

O protocolo de expansão do comércio foi cumprido integralmente, principalmente no que diz respeito à atualização da lista de produtos contemplada no acordo de alcance parcial número 1, na qual foram incluídos 3 mil itens com tarifa máxima de 30%. O acordo, que dava sinais de esgotamento, foi revitalizado e comandará toda a relação comercial nos próximos 6 anos.

Essas realizações, que frutificarão em futuro muito próximo, completam-se agora com novos mecanismos de cooperação e associação nos mais variados campos, mas sempre em áreas de vital interesse para as economias dos dois países. Criamos um mecanismo de investimentos, sob a forma de um fundo de financiamentos, com capital de 200 milhões de dólares, destinado a operar em casos de desequilíbrio.

No setor de alimentos, estamos aperfeiçoando esquemas de cooperação alimentar que assegurem o abastecimento não apenas em condições normais, mas também na emergência de crises conjunturais de oferta de alguns produtos básicos. Dessa forma, o programa Brasil-Argentina assume também a característica de um importante apoio às políticas de abastecimento nos dois países, numa etapa de controle inflacionário e aumento significativo da demanda.

O Programa de Integração Brasil-Argentina estende-se ainda por diversas outras áreas relevantes: biotecnologia, energia nuclear, comunicações, informática, transportes terrestres e marítimos, siderurgia. Em todas elas, duas preocupações centrais orientam os projetos e acordos definidos: criar um clima de confiança, associar os esforços desenvolvidos em ambos os países para alcançar metas comuns. Somar esforços, coordená-los, retirar o máximo de benefícios com os menores custos. Criando uma economia

de maior escala, estamos otimizando nossos investimentos, modernizando nossa concepção da economia.

Senhoras e Senhores,

A sociedade e os meios empresariais dos dois países reagiram de forma positiva. Os dois governos, na verdade, interpretaram corretamente um sentimento que há tempos inspirava os dois povos.

A resposta ao programa, entusiasmada e inspiradora, animou-nos a prosseguir. Hoje verificamos o quanto de acerto havia naquela iniciativa, que se inscreverá sem dúvida no marco das grandes propostas diplomáticas de nossa região, por seu bom senso, seu realismo, seu profundo vínculo com a realidade econômica e social dos dois países.

O Programa respondeu a anseios definidos das sociedades dos dois países. Mas é importante que essa intensa motivação política conduzida pelos governos encontre uma continuidade no seio das duas sociedades, que vão estreitando sua convivência e descobrindo novos interesses comuns. Somos países de economia de mercado, em que a livre iniciativa é, no plano da economia, o espelho da liberdade política e dos direitos democráticos. Iniciativas da envergadura e do alcance político, econômico e social da integração Brasil-Argentina devem ganhar raízes profundas na sociedade, nos meios empresariais, no meio acadêmico. Os governos desejam ser promotores do processo, mas não seus tutores. É preciso, pois, que a própria sociedade crie novos vínculos, lance pontes, proponha novas iniciativas.

Lanço aqui um apelo a todos para que continuem dedicados a esse esforço como uma iniciativa própria de cada um. O setor privado tem um papel do maior realce a desempenhar nesse processo, para o qual já vem trazendo um aporte dos mais significativos.

O desafio de nossa história, a meta que inspirou nossa vida desde a independência, foi

sem dúvida criar uma verdadeira autonomia para nossos países. Reduzir a dependência externa, fazendo das relações internacionais uma opção consciente de nossa soberania, e não um constrangimento marcado pela desigualdade, pelo servilismo. O programa de integração Brasil-Argentina é um marco desse esforço. Com ele, dignifica-se a dimensão externa das nossas economias, ao se criarem bases de interesse recíproco, sem vantagens unilaterais. Com ele, dois povos comprometidos com o desenvolvimento e ansiosos por consolidar conquistas nos campos político, econômico e social, percebem as vantagens da cooperação diante da competição e se lançam na exploração de caminhos conjuntos. Com ele, finalmente, a América Latina encontra uma nova contribuição ao seu indispensável processo de integração, única forma capaz de assegurar ao continente o lugar a que tem direito na história.

Agradeço em nome do Governo brasileiro a presença de tantos e expressivos empresários argentinos, representativos de setores os mais significativos da iniciativa privada do país irmão. Iniciativa privada que é o carro-chefe do desenvolvimento, e liberdade econômica que é intimamente ligada à liberdade política.

Tenho dito, e vou repetir: em qualquer lugar no mundo onde houve restrição à liberdade econômica, a liberdade política desapareceu.

A livre iniciativa, com seu poder criativo, competitivo e modernizador, foi capaz de criar os altos níveis de vida que desfrutam os trabalhadores de uma sociedade livre, pluralista e aberta.

No Brasil e na Argentina estes valores são para nós intocáveis, porque eles são intrínsecos ao regime democrático.

Confiamos na empresa moderna, no seu sentido social, na sua definitiva associação a

um projeto comum que nos assegure o futuro.

Crescer juntos, para juntos vencermos os desafios do nosso tempo.

discurso do presidente raúl alfonsín

Señor Presidente, mis queridos amigos:

Estamos próximos a finalizar este nuevo encuentro en que brasileños y argentinos nos hemos reunido en pos de este desafío con que nos confronta la actual realidad económica internacional: actuar juntos para construir la integración de nuestra región.

Nos hemos encontrado aquí para continuar trabajando en la construcción de un espacio económico común fuerte, competitivo, que nos haga menos vulnerables, que nos permita transitar de una manera más segura, por un camino de desarrollo genuino, hacia el siglo XXI.

Este es el sentido de la búsqueda de un espacio económico regional, un espacio que nos asocie en la tarea del crecimiento, para servir a la empresa mayor de afianzar la democracia como un estilo de vida en la región. Porque la democracia y el desarrollo se construyen mutuamente ya que nuestras expectativas de crecimiento están indisolublemente unidas al éxito de la estabilización democrática de América Latina.

Nuestra América Latina, considerada en su conjunto, presenta una escala regional susceptible de ser potenciada en el futuro. Tenemos cerca de 300 millones de habitantes, más de medio billón de dólares de producto anual, un buen grado de urbanización, una infraestructura respetable en materia de energía, caminos, de comunicaciones. Tenemos el espíritu de nuestra gente. Nos falta la estructuración de este, nuestro espacio regional.

Pero para ello es necesario afrontar la realidad de una manera diferente, bajo una nueva perspectiva.

Todos nuestros países se han vinculado — históricamente — con mercados ya estructurados por otros.

Nuestro desafío, hoy, es tener conciencia de que un mercado adecuado a nuestras necesidades es algo que se construye, que se estructura desde el principio, buscando nuevas formas de organización y sistemas adecuados a nuestras reales capacidades.

No basta con alcanzar una escala de mercado de gran dimensión por la magnitud del producto o el tamaño de la población. Se requieren, también, otros elementos técnicos que posibiliten su funcionamiento interno: relaciones razonablemente estables entre las monedas de los países miembros; un sistema prácticamente libre de intercambio comercial; un monto de comercio interno significativamente mayor que el que se mantiene con el resto del mundo y un subconjunto de normas legales compartidas, articulando derechos y beneficios preferenciales para las naciones que componen el espacio económico común.

Ese debe ser nuestro horizonte regional para poder gravitar en un mundo que marcha hacia la formación y consolidación de grandes bloques económicos. América Latina debe encontrar formas de asociación económica que le permitan una participación activa y consistente en un orden internacional en transformación.

No estamos soñando. Estamos persuadidos que una empresa tan ambiciosa sólo puede ser ejecutada por etapas. Los acuerdos de integración entre Brasil y Argentina constituyen un capítulo en la historia de la integración Latinoamericana, porque como señalara el Señor Presidente Sarney: "Sin América Latina como patria mayor, sin la convicción de que el Brasil y la Argentina a ella pertenecen y están indisolublemente

ligados a su destino, de nada valdrían estos esfuerzos. La integración de nuestros países sólo adquiere sentido pleno en el marco de la unidad Latinoamericana".

Juntos hemos dado los primeros pasos por este camino. No es casual que lo hayamos dado en momentos en que nuestros dos países viven en democracia.

Sólo la democracia permite que las necesidades y expectativas del conjunto de la sociedad sean las predominantes. La falta de democracia implica necesariamente el privilegio de intereses sectoriales, generalmente reñidos con los intereses de las mayorías.

Cuando los regímenes autoritarios desconocieron la voluntad de nuestros pueblos, la rivalidad sustituyó a la concertación, haciendo del aislamiento y la desconfianza las fuentes que inspiraron la relación bilateral.

Hoy, la coincidencia democrática, hace que retomemos nuestras mejores tradiciones para transitar el momento quizás más luminoso de nuestra amistad fraterna. Para decirlo con palabras del Presidente Sarney: "Nunca estuvimos tan próximos como hoy. Nunca, como hoy, tuvimos tantas condiciones para dirigir concientemente nuestra historia en el rumbo de una integración cada vez mayor. Nunca, como hoy, tuvimos oportunidad de vincular nuestra colaboración a los esfuerzos internos para retomar el crecimiento, reconstruir la confianza y hacer las reformas que nos garanticen estabilidad democrática."

Vivimos simultaneamente las restricciones de un escenario económico internacional que nos limita financieramente. Nos penaliza en los términos del intercambio y en el cual se ha invertido la dirección lógica de los flujos de capitales que permitirían el crecimiento de nuestras economías y el mejoramiento de la distribución de la riqueza con criterios de equidad social.

Al mismo tiempo se está gestando a nuestro

lado un mundo diferente. Los cambios tecnológicos permiten imaginar una sociedad rica y suficiente, cada vez más alejada de sociedades pobres y dependientes. Sólo la unidad en el esfuerzo nos permitirá alterar esta tendencia.

Tales limitaciones han reactivado la antigua polémica sobre el origen del crecimiento de la demanda y la producción: mercado interno o internacional. Se trata, en realidad, de fuentes complementarias y no alternativas.

Nuestra experiencia y la de otros países en vías de desarrollo revelan que la expansión de las exportaciones de manufacturas y del mercado interno son dos caras de la misma moneda.

El éxito de la exportación de manufacturas estimula la competencia y el incremento de la productividad, lo que acrecienta el ingreso real y la demanda doméstica de consumo e inversión. A su vez, el crecimiento interno fomenta la diversificación de la oferta de bienes y, consecuentemente, la gama de productos con los cuales competir en los mercados internacionales.

Desde esta perspectiva, las exportaciones asumen un papel central en el proceso de crecimiento, promoviendo la reindustrialización y la expansión del mercado interno.

La integración nos permite asociar nuestros esfuerzos de crecimiento al desarrollo de una estructura exportadora que nos permita insertarnos en un mercado internacional altamente competitivo, sobre bases más sólidas y con una mayor capacidad de negociación.

Para que esto sea posible debemos incorporar, además de la expansión de las exportaciones y el crecimiento industrial, un tercer elemento: el cambio tecnológico.

En efecto, la tecnología puede ser un poderoso factor de integración regional, posibilitando incrementos en la productividad y el

ingreso; relaciones cada vez más estrechas entre los diferentes sectores de nuestras economías; elevación de los patrones de organización de las empresas privadas y públicas y en la capacidad gerencial del estado y la posibilidad de transformar nuestras relaciones internacionales, proyectando al resto del mundo una realidad económica y social más rica.

Los países en desarrollo podemos obtener ventajas de la revolución tecnológica gestada en los países avanzados. Pero será a través de la asimilación y no del mero transplante de la tecnología foránea, que conseguiremos darle impulso propio al crecimiento de nuestras economías.

La tecnología es potencialmente un formidable instrumento de desarrollo económico y social, cuyos efectos repercuten en la estructura de las relaciones internacionales de nuestros países. Eleva los niveles de capacitación, posibilita el desarrollo de la industria de máquinas y equipos que incorporan modernas técnicas y, en fin, abre fronteras hasta ahora desconocidas. Por ello es importante contar con la capacidad de administrar el cambio tecnológico adaptándolo a las condiciones del desarrollo regional. En otras palabras, ejercer nuestra opción tecnológica para servir a la estructura productiva deseada.

No es casual que los países que han tenido éxito en promover su desarrollo, afianzar su identidad y proyectar sus intereses al orden mundial, son aquellos que han sabido aprovechar la revolución tecnológica en su propio beneficio. Aquellos países que han combinado tecnología con disciplina social han conseguido resultados espectaculares.

Argentina y Brasil deben avanzar en la creación de un ámbito tecnológico común, que se extienda al resto de América Latina. Si no lo hacemos, vamos a perder la posibilidad de ejercer con autonomía nuestra opción tecnológica, ingresando al siglo XXI bajo el signo de la dependencia.

Estos acuerdos que suscribimos deben constituir el marco para la adopción de políticas tecnológicas comunes que nos permitan acelerar el ritmo de la industrialización, el potencial de acumulación de capital y de crecimiento económico. La tecnología debe servirnos también para promover transformaciones profundas en la composición de nuestro comercio exterior, diversificando exportaciones e incorporando valor agregado a lo que producimos y exportamos.

Debemos dar una respuesta racional y audaz al desafío tecnológico, porque de otra manera la brecha que nos separa del mundo desarrollado se profundizará. Emprendimientos como el *"Plan Eureka"*, que incluye la tecnología del *"Eurobio"* para la creación de semillas artificiales, nos señala la magnitud del desafío. No sólo corremos el riesgo de perder la carrera en el terreno de la robótica, la informática y las comunicaciones, sino, también en aquellas áreas donde se suponía que nuestros países tenían ventajas comparativas. El desafío es entonces doble: redoblar los esfuerzos para mantener las ventajas comparativas derivadas de nuestra eficiencia agrícola, al mismo tiempo que desarrollamos activamente tecnologías de punta.

La revolución tecnológica ha sepultado los pronósticos apocalípticos que se formulaban hace una década acerca del fin del crecimiento económico mundial por el agotamiento de los recursos naturales no renovables. Hoy, ofrece una nueva frontera de crecimiento cuyo límite está en la organización política y económica del sistema mundial, antes que en los recursos naturales del planeta.

Es el momento de generar formas asociativas entre nuestros países, que nos permitan incorporarnos en condiciones de equidad a esta nueva frontera del desarrollo internacional. Nuestra posición en el siglo XXI depende de la visión, audacia y firmeza que tengamos para tomar, hoy, las decisiones fundamentales que modelarán nuestro futuro.

"Juntos para Crecer" llamamos a este proyecto de complementación e integración económica en Buenos Aires.

Ahora en Brasilia aprobamos en conjunto la lista común de bienes de capital que establece el protocolo nro 1, que involucra los productos que han de poder comercializarse con aranceles cero y sin trabas de ninguna naturaleza. También hemos renegociado el acuerdo de alcance parcial nro 1 y diversos acuerdos sectoriales, en una atmósfera por demás fructífera, corporizando de ese modo el espíritu que impregnarán los protocolos. Es de destacar asimismo que en todo este proceso se ha ido verificando una creciente participación del empresariado de ambos países, que han asumido un rol protagónico para la dinamización del proceso integrador, lo que demuestra la potencialidad de complementación de nuestras economías.

En las múltiples ocasiones en que empresarios de ambos países se han encontrado a raíz de la dinámica de este proceso, los mismos no solo han concretado negocios sino que han estrechado vínculos y avanzado en el conocimiento recíproco, cristalizando una convivencia en una atmósfera altamente positiva y cordial, por cierto distinta de la que regía en el pasado.

Pero además, los avances no se han detenido en la consecución de las metas que nos habíamos propuesto para el periodo, sino que hemos acrecentado el ámbito del esquema integrador, que se afianza hoy con la firma de los protocolos sobre el sector siderúrgico, los transportes y las comunicaciones. Estos constituyen nuevos peldaños en el camino que juntos hemos emprendido, dispuestos a ir generando un esquema integrador que no se restrinja a un reducido número de sectores, sino que se extienda a un espectro cada vez más amplio de nuestra vida económica, social y cultural.

Ahora estamos poniendo en marcha las medidas concretas de este proceso y ya tene-

mos señales importantes. El comercio entre nuestros dos países tendrá este año un grado de equilibrio como hace muchos años no tenía. Además, y es una señal magnífica, las cifras preliminares nos indican que estaremos cerca de duplicar el volumen global del intercambio.

Creo que esto es una demostración clara de una buena articulación entre las decisiones institucionales de los estados y la pujanza y capacidad de respuesta del sector privado.

Debemos dotar a este esfuerzo de continuidad y eficacia.

Desde el estado el compromiso es garantizar la continuidad estratégica de este proce-

so para aumentar la credibilidad global y permitir asumir las decisiones de inversión necesarias para la consolidación del proyecto.

En tal marco, el sector privado, los productores y consumidores de ambos países, participando y haciendo suyos los mecanismos creados, han de ser los que garantizarán la continuidad, expansión y estabilidad del proceso de integración.

Espero que estos instrumentos sean superados por la imaginación y la acción de los agentes privados.

Habrà quedado entonces, en los estados la iniciativa de haber interpretado la vocación de sus pueblos y en ustedes haberlo hecho posible.

chanceleres dos grupos de contadora e de apoio querem a paz na américa central

**Declaração dos Ministros das Relações Exteriores dos Países
Membros dos Grupos de Contadora e de Apoio, Julio
Londono, da Colômbia, Bernardo Sepúlveda Amor, do México,
Jorge Abadía Árias, do Panamá, Simon Alberto Consalvi, da
Venezuela, Dante Caputo, da Argentina, Roberto de Abreu
Sodré, do Brasil, Allan Wagner Tizon, do Peru, e Enrique
V. Iglesias, do Uruguai, divulgada em Nova Iorque, em
1º de outubro de 1986.**

La Paz es aún posible en centroamérica.

La crisis en centroamérica es cada día más grave, el riesgo de guerra cada vez más grande.

Quienes creen en una solución militar desconocen la verdadera dimensión del problema. Queremos advertir lo que está en juego: La expansión del conflicto, la profundización de los enfrentamientos, la guerra.

La crisis en centroamérica puede desatar graves tensiones y conflictos en todo el continente. Por eso, la paz de centroamérica es nuestra propia paz.

Como latinoamericanos demandamos espacio para actuar. Espacio para ofrecer a unos y a otros una solución pacífica, justa y duradera, una solución que no es fácil de alcanzar, pero que se nutre de una perspectiva propia, fundada en la comprensión de las causas substanciales del conflicto y en la convicción de que intereses fundamenta-

les de América Latina están en juego en centroamérica.

Como latinoamericanos queremos el avance de la democracia pluralista y el desarrollo económico y social en centroamérica. Queremos mostrar con hechos concretos que nuestros pueblos pueden alcanzar paz, desarrollo y justicia, sin injerencia histórica.

América Latina no ignora ni desconoce ninguno de los intereses en juego, no quiere que centroamérica se convierta en un foco más de tensión entre el este y el oeste, no quiere que ningún estado centroamericano llegue a ser un peligro para la estabilidad o la seguridad de otros estados. No quiero que en nombre de la seguridad o de la democracia se sacrifiquen los principios de libre determinación y de intervención.

Mantenemos nuestro firme compromiso con la paz, el desarrollo y la justicia en centroamérica. Sabemos bien que poderosos intereses se oponen a nuestros esfuerzos. La

guerra no podrá evitarse si los principales actores quieren la guerra.

Esa guerra no es aún, sin embargo, una consecuencia inevitable.

Evitar la guerra es, en primer lugar, responsabilidad de los gobiernos directa o indirectamente involucrados en el conflicto. Es urgente que se abandone la lógica del enfrentamiento que supone eliminar un peligro creando uno mucho mayor y que intenta justificar la muerte como medio para asegurar la vida.

En segundo lugar, nosotros como latinoamericanos debemos contribuir activamente a evitar el estallido de un conflicto que afectaría a todos nuestros pueblos.

En tercer lugar, evitar la guerra en centroamérica es una tarea de todos los gobiernos y de todos los hombres con responsabilidad política que estén dispuestos a defender la causa de la paz.

Los integrantes del grupo de Contadora y de su grupo de apoyo asumimos plenamente nuestra propia responsabilidad. Hemos decidido emprender una serie de consultas y negociaciones políticas para, con el concurso de los gobiernos centroamericanos y la comunidad internacional, poner en marcha medidas que contribuyan de manera eficaz a la consecución de los propósitos de paz y unidad que animan la acción de los grupos de Contadora y de Apoyo, y que los identifican y vinculan tan estrechamente.

Exhortamos a los países involucrados en el

conflicto a que hagan expresa su voluntad de paz y a traducirla en acciones inequívocas.

Convocamos a todos los estados que integran la comunidad internacional a que se sumen activamente a este esfuerzo por la paz.

— ***Julio Londono***

Ministro de Relaciones Exteriores de la República de Colombia

— ***Bernardo Sepúlveda Amor***

Secretario de Relaciones Exteriores de México

— ***Jorge Abadía Arias***

Ministro de Relaciones Exteriores de la República de Panamá

— ***Simón Alberto Consalvi***

Ministro de Relaciones Exteriores de la República de Venezuela

— ***Dante Caputo***

Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina

— ***Roberto de Abreu Sodré***

Ministro de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil

— ***Allan Wagner Tizon***

Ministro de Relaciones Exteriores del Perú

— ***Enrique V. Iglesias***

Ministro de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay.

II reunião da comissão mista brasil-finlândia de cooperação econômica e industrial

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 9 de outubro de 1986, por ocasião da abertura da
Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de
Cooperação Econômica e Industrial.**

Senhor Ministro,

É com grata satisfação que recebo Vossa Excelência e sua comitiva nesta Casa. A todos estendo as mais cordiais boas-vindas.

A presença de Vossa Excelência em Brasília segue-se à visita com que nos distinguiu este ano o Primeiro-Ministro Kalevi Sorsa. Ambos os eventos bem atestam a importância que a Finlândia confere às suas relações com o Brasil, atitude pela qual expressamos nosso reconhecimento e que reciprocamos com igual intensidade.

Presidimos hoje a inauguração da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial, foro de especial significado para o relacionamento entre nossos dois países. Estou certo de que nossos trabalhos serão frutíferos. Com espírito de cooperação e entendimento, saberemos corresponder às expectativas favoráveis que cercam este encontro.

O Acordo Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial, que criou esta Comissão Mista, foi assinado em Brasília em

1981. Sua entrada em vigor abriu novas perspectivas para o fortalecimento dos laços bilaterais. A Comissão se reuniu pela primeira vez dois anos atrás e tem agora a oportunidade de explorar novas possibilidades de cooperação, percorrendo a variedade das áreas em que se desenvolve hoje o relacionamento entre o Brasil e a Finlândia. Não há dúvida de que é este o instrumento regulador preferencial para o diálogo entre nossas autoridades e empresários. O Governo brasileiro espera que este diálogo se torne mais amplo e vigoroso e proporcione contatos cada vez mais freqüentes entre representantes de nossos dois países.

O intercâmbio econômico e comercial entre o Brasil e a Finlândia, ao evoluir em um quadro de excelentes relações políticas, vem ganhando crescente densidade. Os investimentos finlandeses na economia brasileira constituem hoje importante foco de entrelaçamento de nossos interesses. Sem sombra de dúvida, pode-se afirmar que a história das empresas de capital finlandês no Brasil é uma crônica de sucessos. Com a entrada de meu país em uma nova era de desenvolvimento, estou certo de que se in-

intensificará nossa proveitosa parceria industrial. Recordo-me, a propósito, das expressivas palavras do Primeiro-Ministro Kalevi Sorsa, na recente visita com que honrou o Governo brasileiro: "As Relações Comerciais podem ser incrementadas. O Acordo sobre Cooperação Econômica e Técnica, concluído em 1981, oferece um marco de referência para acelerar o intercâmbio. Várias companhias finlandesas estão estabelecidas no Brasil com sucesso, o que prova que a indústria finlandesa pode aqui inserir-se com rentabilidade, apesar das distâncias e diferenças culturais e de idioma. Este fato endossa nossa expectativa de uma cooperação ainda maior no futuro".

Durante os trabalhos desta Segunda Reunião da Comissão Mista, as autoridades e os representantes do setor privado que integram a Delegação brasileira estarão prontos a fornecer a seus homólogos finlandeses esclarecimentos sobre nossos estatutos relativos a investimentos. Como um país desenvolvido e altamente industrializado, a Finlândia certamente encontrará no Brasil um parceiro privilegiado, cuja economia oferece apreciáveis potencialidades de diversificação e expansão para nosso intercâmbio comercial, até agora excessivamente concentrado em poucos itens.

Outro campo promissor para a cooperação bilateral poderá ser a atuação em terceiros mercados, através de projetos conjuntos.

Confio em que, nos trabalhos desta Reunião, propostas criativas poderão frutificar.

O Brasil é o principal parceiro da Finlândia na América Latina e nossa intenção é a de que esta posição se consolide, permitindo-nos construir uma estrutura estável para um crescimento ordenado das trocas de bens, serviços e capitais. Para tanto, a situação atual da economia brasileira mostra-se particularmente atraente. De fato, estimativas preliminares indicam neste ano um incremento de 9% para o Produto Interno Bruto, com a produção industrial aumentando 12% e a agrícola 9%.

Essa reativação da economia brasileira deve-se, sobretudo, ao notável Programa de Estabilização implantado a partir de 28 de fevereiro último pelo Presidente José Sarney, e que visou a eliminar a inflação sem lançar o país em novo ciclo de recessão e empobrecimento. Creio que Vossa Excelência terá oportunidade, durante sua estada em nosso país, de familiarizar-se com o extraordinário esforço de ajustamento interno e externo que o Brasil está realizando, bem assim com seus resultados.

Senhor Ministro,

Ao renovar meus votos de pleno êxito para os trabalhos que se iniciam, declaro aberta a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Comercial.

* Na seção Notícias, página 29, uma informação sobre a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial.

terceiro encontro governo-sociedade

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 14 de outubro de 1986: o primeiro, por ocasião da solenidade da abertura do Terceiro Encontro Governo-Sociedade; o segundo, na inauguração do Cenário Internacional do mesmo Encontro.

discurso na abertura do terceiro encontro governo-sociedade

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Doutor José Carlos Moreira Alves,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,

Excelentíssimos Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal,

Senhores Professores,

Senhores Representantes de Associações Cívicas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Está na essência do regime democrático a busca de uma perfeita sintonia entre as po-

líticas do Governo e as idéias e aspirações da sociedade. Com base nesse princípio, representantes de diversos setores da vida brasileira são convidados a trazer aqui a sua contribuição, exprimir o seu pensamento, apresentar livremente a sua crítica no propósito sincero de somar e construir.

Sobre o futuro versa o tema do Terceiro Encontro Governo-Sociedade: "O Brasil na virada do século". Trata-se de um futuro quase presente. A velocidade do tempo não dá lugar à inércia ou à passividade e nos coloca a premência irrecusável de refletir sobre o ano 2000 e para ele nos prepararmos.

Encorajados pelas reformas da Nova República, que devemos à coragem e à ação de estadista do Presidente José Sarney, anteve-mos o futuro com otimismo e confiança. A consciência dos obstáculos a serem vencidos e a responsabilidade com que estamos sabendo enfrentá-los não ofuscam a alegria de vermos hoje o Brasil crescer, consolidar suas instituições democráticas e persistir, com tenacidade nos caminhos que irão redimir nosso povo de tantas frustrações acumuladas.

Dentro de alguns instantes, terei a honra de inaugurar a sessão deste encontro dedicada a focalizar o cenário internacional do limiar do próximo milênio e o modo como nele deverá inserir-se o Brasil.

A diplomacia brasileira, herdeira de louváveis tradições e que tem provado sua capacidade de atualizar-se perenemente para lidar com realidades novas, saberá estar preparada para esse momento. Seu apego a padrões imutáveis do passado e seu espírito permanente de modernidade são características que se conjugam harmonicamente. Tenho a convicção de que o Brasil estará à altura dos desafios que o futuro lhe reserva e seguirá sempre dentro de sua linha invariável de coerência e fidelidade às normas que regem sua conduta no plano internacional.

O Brasil de hoje se projeta e se afirma no mundo com naturalidade, aberto ao diálogo e à cooperação com todos os povos, merecedor de respeito e credibilidade, comprometido sempre com as causas da paz, da justiça e do desenvolvimento. De minhas missões no exterior posso trazer o testemunho de que o prestígio do Brasil é sólido, amplo e crescente.

É um Brasil confiante e confiável que descortina, pois, o século XXI.

discurso na inauguração do cenário internacional do terceiro encontro governo-sociedade

Senhores participantes do Terceiro Encontro Governo-Sociedade,

Aproxima-se o ano 2000 — divisor da História, começo de um tempo novo. Vivemos já um futuro quase presente, o que salienta a atualidade e a oportunidade deste debate.

O que será o Brasil no mundo na virada do século?

Não cabe dúvida de que já escolhemos e en-

contramos o nosso caminho. Somos conscientes de nossos desafios e assumimos plenamente nossa identidade e posição no cenário internacional.

Estamos comprometidos com os ideais da paz, da liberdade e da democracia. Somos avessos a desígnios de hegemonia, do mesmo modo como repudiamos quaisquer atos de preponderância ou dominação. Lutamos por uma ordem mundial mais justa e equitativa. Reclamamos a supressão das disparidades econômicas, sociais e tecnológicas.

Os interesses do Brasil no mundo são globais. Nossa política externa é universalista.

Para trás ficou o tempo em que nossos vínculos com o exterior eram tênues e restritos à Europa, aos Estados Unidos e a alguns países da América do Sul. A agenda da diplomacia brasileira diversificou-se. A ela incorporaram-se questões complexas e desafiantes ligadas ao comércio internacional, às finanças, à cooperação econômica, científica e técnica. A intensidade e o ritmo febril do trabalho cotidiano realizado hoje pelo Itamaraty reflete essa nova realidade.

O Brasil ocupa um espaço significativo no sistema internacional e é natural que surjam conflitos de interesse com nações mais avançadas, conflitos, porém, a serem sempre encaminhados através do diálogo e da negociação.

A nova dimensão e importância de nossa presença no mundo não diminui nossa consciência quanto às condições desfavoráveis da conjuntura atual, as quais se estenderão provavelmente até a entrada do século XXI. Nessa visão um tanto pessimista — mas não ingênua ou desprovida de realismo — cabem, contudo, estímulo e motivação para encararmos confiantes os obstáculos futuros.

Em valiosos estudos dos dois expositores deste seminário — o Embaixador Rubens Ricupero e o Professor Celso Lafer — desejo recolher algumas palavras expressivas dos

condicionantes presentes no cenário internacional. Ao referir-se numa de suas palestras às tensões e sobressaltos ocorridos no mundo um quarto de século atrás, o Embaixador Ricupero assinalou que “os anos 1900 se aproximam do fim com menos sustos e abalos, mas a situação de precariedade permanece a mesma”. E é do Professor Celso Lafer a judiciosa afirmação de que vivemos “num sistema internacional caracterizado pela dissonância entre ordem e poder”, num mundo em que os detentores do poder não conseguem ou não desejam a vigência de uma ordem adequada.

A política externa brasileira, como expressão autêntica dos valores e aspirações da sociedade, não se encolhe nem se intimida diante de tais dificuldades. É uma política independente e dinâmica, voltada para a defesa de nossos interesses permanentes e para a exata afirmação de nosso perfil próprio no plano internacional.

Com essa determinação, estamos prontos para a virada do século.

Tenho a honra de passar a palavra aos ilustres expositores e de declarar inaugurados os trabalhos.

xiii reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 15 de outubro de 1986, por ocasião da abertura da
13ª Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação
Econômica.**

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado
da Indústria e do Comércio, Ministro José
Hugo Castello Branco,

Excelentíssimo Senhor Guenter Becker,

Minhas senhoras e meus senhores,

É com grande satisfação que saúdo a presença entre nós do Senhor Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Ministro José Hugo Castello Branco, cujo comparecimento a esse encontro denota a importância atribuída pelo Governo brasileiro ao intercâmbio e à cooperação com a República Federal da Alemanha.

A participação de Sua Excelência nesta reunião constitui uma garantia de que os entendimentos a serem aqui mantidos para estimular o comércio bilateral terão um desdobramento frutífero.

Muito me apraz dar as boas vindas à Delegação alemã, chefiada pelo Senhor Guenter Becker, destacado empresário cujo conhecimento dos desafios e das potencialidades

do Brasil se aprofundou nos longos anos passados em São Paulo, à frente da representação da Bayer.

Ao recebê-lo nesta Casa, é para mim especialmente grato dar meu testemunho, como ex-Governador de São Paulo, da relevância da presença econômica alemã naquele Estado, importante e significativa também em outros Estados brasileiros.

Essa presença constitui um dos traços marcantes das relações entre os dois países, que desfrutam de um comércio tradicional, alicerçado em interesses e vantagens recíprocas.

Desejo, ainda, estender meus cordiais cumprimentos aos numerosos industriais brasileiros e alemães presentes a esta cerimônia, apresentando-lhes votos de pleno êxito para o Encontro Empresarial a ser inaugurado esta tarde.

Senhores,

A Comissão Mista Teuto-Brasileira de Co-

operação Econômica, criada em 1974, já se transformou num marco das relações econômico-comerciais entre os dois países. Em seu âmbito, as Delegações constituídas por representantes do Governo e da iniciativa privada têm exibido perfeito entrosamento na busca do objetivo comum de aperfeiçoar e incrementar o intercâmbio bilateral.

As perspectivas para o aumento desse intercâmbio ampliam-se agora com a retomada do crescimento econômico no Brasil e com a significativa evolução da economia alemã.

O comércio, em particular, encontra amplas possibilidades de expansão. Em 1985, a República Federal da Alemanha consolidou sua posição como o maior parceiro do Brasil na Comunidade Econômica Européia.

Igualmente cabe-me lembrar, com satisfação, que a República Federal da Alemanha figura como o segundo maior investidor no Brasil.

A participação de investimentos alemães é tanto mais relevante quando recordamos que esses investimentos não se limitaram a transferir capital para o Brasil. Mobilizaram também conhecimentos, trouxeram tecnologias e propiciaram a expansão do setor de formação de mão-de-obra nacional.

Para a análise das possibilidades hoje existentes de intercâmbio e cooperação entre nossos dois países, permito-me passar em revista, ainda que sucintamente, a situação econômica atual do Brasil e suas perspectivas. Faço-o com satisfação — e também com orgulho — pois vivemos hoje no Brasil uma das etapas mais importantes da história da economia do país.

Em 28 de fevereiro de 1986, o Governo do Presidente Sarney lançou um programa de estabilização econômica, responsável por profundas mudanças não só na economia, mas na sociedade como um todo. Erradi-

cou uma inflação crônica que parecia haver-se instalado como característica endêmica da vida econômica e social do país. Terminou com a mentalidade de especulação, valorizou o trabalho, incentivou os investimentos produtivos e, assim, abriu o caminho para a reativação econômica, para o nosso crescimento.

Em julho do mesmo ano, novas medidas vieram a complementar o programa de estabilização. O Plano de Metas então adotado teve por finalidade relançar o crescimento auto-sustentado da economia no período entre 1986 e 1989.

O Plano de Estabilização Econômica e o Plano de Metas são iniciativas complementares entre si que deram base sólida ao desenvolvimento do país.

Para o ano de 1986, estima-se uma taxa de crescimento econômico da ordem de sete por cento. O desempenho favorável da produção industrial e o aproveitamento crescente da capacidade instalada no setor de transformação justificam, entre outros fatores, essa estimativa.

É desnecessário salientar que uma economia que cresce a essa taxa oferece naturalmente oportunidades para negócios e transações internacionais, bem como para investimentos diretos por parte de Nações como a República Federal da Alemanha.

Crescer a taxas significativas é para o Brasil uma necessidade imperiosa. Sociedade dinâmica, com grande potencial de recursos naturais e com uma população jovem, não podemos prescindir de uma economia igualmente dinâmica e em expansão. A geração de empregos, a prestação de serviços para as necessidades básicas da nossa população, a construção de uma infra-estrutura que dê à sociedade brasileira, em todos os seus segmentos, padrões aceitáveis de vida, são componentes essenciais do Programa de Estabilização e do Plano de Metas lançados pelo Governo brasileiro.

Passa igualmente pelo crescimento econômico do país a solução adequada para o atendimento de seus compromissos financeiros internacionais. Até o momento, a geração de saldos superavitários em nosso comércio exterior tem sido uma necessidade decorrente das atuais normas e práticas que regem as relações financeiras internacionais. Muitas vezes esses superávits são, em grande parte, obtidos através de uma contração brusca de nossas importações. Não acreditamos que esse procedimento a que somos forçados contribua para um desenvolvimento harmônico do comércio internacional e do intercâmbio do Brasil com seus parceiros.

Preferiríamos, ao contrário, que nossos compromissos financeiros internacionais possam ser saldados sem prejuízo de uma maior participação do mercado importador brasileiro nas trocas internacionais.

As relações econômicas bilaterais entre o Brasil e a República Federal da Alemanha têm constituído um instrumento eficaz e poderoso para o desenvolvimento das respectivas economias em benefício de seus povos. Deve ser nosso cuidado permanente preservar o bom andamento dessas relações e ampliar suas perspectivas. Nesse sentido, é fundamental o papel que vem desempenhando a Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

A amplitude e variedade dos assuntos que compõem a Agenda desta Décima-Terceira Reunião representam um sinal claro de que o encontro corresponderá à sua tradição de marco relevante das relações bilaterais.

Encerro, assim, estas palavras, com a certeza de que lograremos resultados positivos em prol da cooperação Teuto-Brasileira e da prosperidade de nossos países.

primeiro-ministro do suriname visita o brasil

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e do Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Gerais do Suriname, Pretaapnarain Radhakishun, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de outubro de 1986, por ocasião de almoço oferecido ao Chefe do Governo surinamense.

discurso do chanceler brasileiro

Senhor Primeiro-Ministro,

É com profunda satisfação que acolhemos Vossa Excelência e os ilustres integrantes de sua comitiva. Em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, estendo-lhe as mais cordiais boas-vindas a nosso país.

A visita do Primeiro-Ministro do Suriname ao Brasil atesta o elevado nível do diálogo entre os dois países. Serve também para testemunhar a alta prioridade atribuída por ambos às suas relações mútuas, bem como seu desejo comum de estreitá-las permanentemente.

Atravessamos um processo de acentuada diversificação desses vínculos. A cooperação bilateral, que já engloba variada gama de setores, tem experimentado ultimamente significativo crescimento.

Ao longo dos últimos anos, não obstante ingentes desafios, o Brasil e o Suriname souberam construir bases firmes e duradouras de aproximação. Consolidamos nossa amizade recíproca e reforçamos as afinida-

des que nos ligam. A vizinhança geográfica e a coexistência, em ambos os países, de sociedades multi-raciais caracterizadas pela integração entre diferentes credos e etnias são fatores que estimulam o aprofundamento de nossos laços.

O Governo brasileiro, dentro do espírito de cooperação e solidariedade que o anima em suas relações com o Suriname, tem procurado contribuir, através dos esforços a seu alcance, para que a nação vizinha consiga estabelecer, sem constrangimentos ou injunções externas, os alicerces de um crescimento ininterrupto. Foi com esse propósito que, em última instância, concebemos o expressivo acervo de iniciativas em curso ou já concluídas em campos diversos como os da cooperação econômica e técnica, da mineração, da cooperação agrícola e agro-industrial, da cooperação energética, da modernização da infra-estrutura de telecomunicações.

Não obstante o inegável fortalecimento verificado recentemente na cooperação bilateral, as dificuldades de ordem econômica que afligem os nossos países têm-nos impedido de progressos ainda maiores, que dese-

jaríamos, todos, promover. Temos confiança, entretanto, em que a retomada do crescimento das atividades produtivas permita reverter o declínio ultimamente observado nos fluxos do intercâmbio bilateral

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos acompanhado, com interesse e simpatia, a evolução do diálogo político ora em curso no Suriname entre as autoridades e as lideranças dos segmentos mais expressivos da sociedade surinamense, como os partidos políticos, as agremiações sindicais e as federações empresariais. Desejo reiterar, nesta oportunidade, os melhores votos do Governo brasileiro para que a nobre nação surinamense possa prosseguir, de forma pacífica e sem interferências externas, no caminho da institucionalização que aquele diálogo se propõe e cujo cronograma prevê a promulgação de nova carta constitucional.

Os freqüentes contactos que vêm sendo mantidos nos últimos anos entre autoridades brasileiras e surinamenses têm prestado importante contribuição à intensificação das relações bilaterais. A presente visita de Vossa Excelência, a exemplo da que efetuou ao Brasil seu ilustre antecessor, Doutor Wim Udenhout, em novembro de 1985, dá seqüência a período auspicioso das relações entre o Brasil e o Suriname, vindo a fortalecer decisivamente o processo de aproximação entre nossos povos.

É com esse espírito que convido todos os presentes a comigo brindarem pelo aperfeiçoamento ainda maior das relações brasileiro-surinamenses, pela prosperidade do povo irmão do Suriname e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência.

discurso do primeiro-ministro surinamense

Excellency

Distinguished Guests,

This working visit to Brasilia is in a fact a consequence of the policy which was initiated soon after the independence of my country, to try to integrate ourselves in our region and establish meaningful relations with the countries of our region.

But as the saying goes: it takes two, to dance the tango. So, our enthusiasm to integrate into our natural environment could only be successful if it was met with the same enthusiasm from the other partners comprising the region.

Here I should remark, Excellency, that your country, not only matched our enthusiasm, but in the hours of our greatest needs, when others showed us their heels, took a step closer to us. In a demonstration of good neighbourship and regional solidarity, your country by its deeds has reassured us of friendship. It has offered us assistance to overcome the difficulties confronting us. In this context Brazilian experts have together with our experts drawn-up projects aimed at solving our immediate needs.

Also in international fora Brazil has, to the best of its abilities, supported our case.

So we in Suriname are of the opinion that our fraternal relations with Brazil are developing satisfactorily and are serving as an excellent example of how two neighbouring countries should cooperate to enhance their social and economic development.

But notwithstanding this favourable development of our relations, we in Suriname are also aware of the fact that, to keep this cooperation from deminishing, and certainly to expand and deepen it, the policy-makers of the two countries should, from time to time, visit one another, with the aim to evaluate the results of our cooperation efforts, to determine bottlenecks, if any, which hamper their smooth execution

and to see how new impetus can be given to our cooperation efforts.

This in short, Excellency, explains the motive for my working visit to Brasil.

Moreover, my Government, which was inaugurated on July 16, of this year and is in its composition a reflection of the broadest support in the society, being the political parties, the labour unions and the private sector, has decided to select Brazil for the first official visit of the Prime-Minister. This decision demonstrates clearly the particular importance, which my Government attaches to the relations with your country.

I, therefore, highly appreciate the opportunity provided to my delegation and me to visit Brasilia. And let me state my expectation, Excellency, that we will bring our discussions of today to a mutual satisfactory conclusion and that I will leave Brasilia with new commitments regarding our future development cooperation.

Excellency,

It is not my intention to involve your country in the political problems Suriname is being confronted with nowadays. I must, however, be franc in saying here and now that our sincere search for economic development and political stability, is being endangered by terrorist activities in the eastern part of my country since july of this year.

These activities, in which mercenaries are also involved, are clearly meant to cause

chaos and disruption in the country. They can also hamper our concrete steps towards the establishment of a true democracy in Suriname.

Let me assure you, however, that our Government will overcome these troublesome events, and that we will continue with the process of democratization, and conclude the present period of transitions by March 1987, according to the schedule as agreed by the Military Authority and the political parties in the solemn statement of november 1985.

I would also like to thank you, Excellency, for the kind words you addressed to me and my country. I would like to assure you that it is my objective to deepen and broaden, to the extend possible, during my tenure of office, the cooperation between our two countries.

I should like to express thanks, also on behalf of my delegation, for the hospitality and kindness shown to us from the very moment of our arrival in Brazil. It makes us feel as if we had not left Suriname.

Excellency,

May I, in conclusion, invite the distinguished guests to join me in a toast for the continuous good health of the President of the Federative Republic of Brazil, His Excellency José Sarney, and of you, Excellency Roberto de Abreu Sodré; for the prosperity of Brazil and the ever increasing friendship, brotherhood and cooperation between Brazil and Suriname.

comunicado a imprensa

brasil- suriname

Comunicado à imprensa divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 16 de outubro de 1986, ao final da visita do Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Gerais do Suriname. Pretaapnarain Radhakishun.

Nos dias 15 e 16 de outubro de 1986, atendendo a convite do Governo brasileiro, o Dr. Pretaapnarain Radhakishun, Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Gerais da República do Suriname, efetuou visita de trabalho a Brasília.

A comitiva do Primeiro-Ministro surinamense foi composta dos Senhores Harry Kensmil, Ministro de Recursos Naturais e Energia; Embaixador Edgar R. Amanh, Assistente para Assuntos Econômicos do Primeiro-Ministro Radhakishun; Embaixador René Halfhuid, Chefe de Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Sr. Waldemar Henar, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Industrial e Comércio (INDEX); Ministro Krisnadath Nandoe, Encarregado de Negócios do Suriname em Brasília. O Primeiro-Ministro Radhakishun foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, tendo mantido, ainda, encontro de trabalho com Sua Excelência o Senhor Roberto de Abreu Sodré, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Nos encontros de trabalho, foram detidamente analisados o estado atual e as perspectivas de evolução das relações bilaterais.

Assinalou-se, nesse contexto, o decidido empenho de ambos os Governos no sentido de estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de cooperação entre os dois países. Resaltou-se o excelente nível em que se mantêm as relações entre o Brasil e o Suriname, cujos programas de cooperação tem ultimamente experimentado significativo crescimento. Deu-se especial ênfase, nesse senti-

do, ao estímulo que os freqüentes contatos de alto nível que vêm sendo mantidos entre autoridades brasileiras e surinamenses têm acarretado para o adensamento das relações entre os dois países.

Foram examinadas as diversas medidas recentemente adotadas pelos Governos brasileiro e surinamense com vistas a incrementar o fluxo bilateral de bens e serviços. Resaltou-se, em especial, a utilização da linha de crédito de US\$ 20 milhões acordada pelos Governos brasileiro e surinamense em novembro de 1985, cujos recursos estão sendo prioritariamente carreados para o desenvolvimento de projetos nos setores metálico e agroindustrial.

Analisaram-se ainda as iniciativas em curso nos campos da cooperação econômica e técnica, com ênfase nos setores de mineração, cooperação agrícola e agroindustrial, telecomunicações e abastecimento de gêneros alimentícios. Foi apresentada ao Governo brasileiro, para ulterior exame com vistas à possível expansão da cooperação existente, lista de projetos nos setores supracitados. O Primeiro-Ministro anunciou a decisão do Governo surinamense de implementar o "Projeto de Longo Prazo no Setor de Telecomunicações", para o que se utilizará a proposta de financiamento brasileiro, no montante de US\$ 16 milhões.

Foram igualmente discutidas possibilidades de promoção de empreendimentos conjuntos no Suriname, com participação do setor privado brasileiro, visando sobretudo projetos orientados para a exportação. Tendo em vista as dificuldades registradas no momento no setor de abastecimento em

ambos os países, acordou-se que os dois Governos continuarão a examinar alternativas que viabilizem o intercâmbio de excedentes exportáveis de gêneros alimentícios.

O Primeiro-Ministro Radhakishun referiu-se aos desdobramentos recentes da conjuntura política interna do Suriname, caracterizada pelo prosseguimento do chamado "Diálogo Político", com vistas ao encaminhamento positivo do atual período de transição. O Governo brasileiro reiterou, na oportunidade, o interesse e simpatia com que tem acompanhado o desenvolvimento do processo de diálogo político com vistas à con-

solidação de instituições políticas próprias, tendo ressaltado, igualmente, seus melhores votos para que a nobre nação surinamense prossiga, de forma pacífica e construtiva, no caminho da institucionalização democrática.

O Chefe de Governo do Suriname, Tenente-Coronel Desiré Bouterse, formulou, por intermédio do Primeiro-Ministro Radhakishun, convite para que o Presidente José Sarney efetue visita ao Suriname. O convite foi aceito pelo Primeiro Mandatário brasileiro, para data a ser oportunamente acertada por via diplomática.

em Brasília, o chanceler mexicano, bernardo sepúlveda amor

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 20 de outubro de 1986, por ocasião da abertura da reunião
da Subcomissão de Cooperação Econômica e Comercial Brasil-
México, que contou com a presença do Chanceler mexicano,
Bernardo Sepúlveda Amor.**

Excelentíssimo Senhor Chanceler Bernardo Sepúlveda,

É com grande satisfação que, na companhia de Vossa Excelência, dou início aos trabalhos desta Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Comercial Brasil-México.

O Governo brasileiro tem consciência do papel que este foro pode desempenhar para o desenvolvimento das relações econômico-comerciais entre ambos os países e, por isso, alimenta justificadas expectativas acerca dos resultados a serem obtidos.

A presença de Vossa Excelência aqui realça a importância deste encontro e também constitui indicação segura de que chegaremos a entendimentos proveitosos para o fortalecimento dos nossos laços.

A reunião da Subcomissão torna-se particularmente oportuna em vista do momento de grandes dificuldades econômicas que vive a América Latina. O estreitamento da cooperação entre o Brasil e seus parceiros da região, entre os quais o México, se insere no quadro dos esforços que o Continente

vem empreendendo em sua luta pelo desenvolvimento, prosperidade e bem-estar. Países que sofrem os efeitos das graves distorções existentes na economia internacional, o Brasil e o México encontram na maior aproximação de seus interesses amplas possibilidades para enfrentar com êxito aquelas adversidades.

De fato, o cenário econômico internacional é-nos particularmente difícil, principalmente em virtude do elevado ônus imposto pelo endividamento externo de nossos países. Como tive a oportunidade de dizer, recentemente, na Reunião Ministerial do Grupo dos 77 em Nova Iorque, o fato de a América Latina haver-se transformado em exportadora líquida de capital para os países industrializados, com a transferência para o exterior de 100 bilhões de dólares nos últimos quatro anos, indica de modo irrefutável o caráter ilógico e irracional das atuais regras vigentes na economia mundial.

Tanto o Brasil quanto o México têm sido atuantes nos foros internacionais em busca de uma nova ordem que seja mais favorável aos países em desenvolvimento. Não temos, contudo, uma atitude apenas crítica. Como

exemplo de cooperação Sul-Sul, nossos dois países vêm empreendendo significativos esforços para o estreitamento de suas relações econômicas e comerciais.

Os resultados já obtidos nesses esforços comprovam não só a viabilidade, mas também a natureza imprescindível da cooperação entre os países em desenvolvimento, em especial os latino-americanos.

Em 1981, o comércio brasileiro-mexicano registrou seu ponto mais alto tanto em termos de volume, quanto na diversificação das pautas de produtos importados e exportados. Infelizmente, a deterioração da economia mundial impediu que aquele excepcional desempenho pudesse ser sustentado.

Devemos levar em conta que as perspectivas de expansão de nossas trocas comerciais são hoje severamente condicionadas pelas restrições derivadas do pagamento de nossos compromissos financeiros internacionais. Para a obtenção dos saldos comerciais necessários ao cumprimento dessas obrigações, aos países latino-americanos não resta, às vezes, outra alternativa do que contrair o nível de suas importações. E o mais grave é que nem sempre essa estratégia adotada contra a nossa vontade produz os resultados esperados, tendo em vista que, no lado das nossas exportações, continuamos sendo sensivelmente prejudicados pela onda de protecionismo comercial nos países industrializados.

Podemos, assim, lamentar que as condições impostas pela atual ordem econômica levem a uma menor participação do mercado importador dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

O Brasil, como grande parte dos países da região, tem realizado esforços para vencer seus desafios econômicos e sociais e estabelecer as bases do seu crescimento.

Com coragem, determinação e visão de futuro, o Governo do Presidente José Sarney

adotou um amplo programa de reformas econômicas. O Plano Cruzado permitiu a redução drástica de uma inflação que se avizinhava de níveis intoleráveis e que anulava todas as perspectivas de progresso e bem-estar. Esse programa veio a ser complementado pela adoção do Plano de Metas, não apenas com objetivos econômicos, mas sobretudo com inegável alcance social.

Temos a convicção de que a política de crescimento econômico ora em vigor no Brasil, e para cuja implementação o Governo vem contando com o apoio e a participação da sociedade, servirá de valioso suporte para a expansão e diversificação dos vínculos econômicos e comerciais que nosso país mantém com seus principais parceiros, como o México.

É dentro desse espírito que o Governo brasileiro espera resultados concretos desta Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Comercial.

Para tanto, estamos dispostos a examinar detalhadamente as possibilidades de aperfeiçoamento imediato dos mecanismos existentes para a promoção do intercâmbio e da cooperação entre o Brasil e o México.

Permito-me indicar algumas sugestões que me parecem suscetíveis de contribuir para esse objetivo. Desejamos discuti-las com atenção e ânimo sincero de colaboração e entendimento.

As sugestões a que me refiro são as seguintes:

- ampla renegociação do Acordo de Alcance Parcial nº 9 (a finalidade seria incluir um maior número de produtos e aprofundar ao máximo as margens de preferências);

- eliminação das barreiras não-tarifárias ao comércio;

- revisão do Acordo de Transporte Marítimo (para aumentar a capacidade de carga

e o número de freqüências e procurar reduzir os fretes);

— reexame do sistema de pagamentos (para obter maior celeridade e liquidez nas transações).

Essas medidas, que propomos a título exemplificativo à consideração da Delegação mexicana, poderão, certamente, acarretar benefícios expressivos a curto prazo.

Devemos concentrar nossos trabalhos na obtenção de resultados práticos nos temas que viermos a considerar.

É com esse propósito, Senhor Chanceler Bernardo Sepúlveda, que nos dispomos a participar do encontro a que neste momento damos início.

comunicado de imprensa brasil-méxico

Comunicado de imprensa divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 21 de outubro de 1986, ao final da visita do Chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda Amor.

Em 20 e 21 de outubro, os Chanceleres do Brasil e do México, Roberto Costa de Abreu Sodré e Bernardo Sepúlveda Amor, mantiveram, em Brasília, uma série de conversações no marco do Mecanismo de Consulta Bilateral e da IV Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasil-México.

Ao avaliar o estado atual das relações bilaterais, os Chanceleres manifestaram sua decisão de aprofundar os vínculos políticos e econômicos que unem o Brasil e o México, assim como de fortalecer a coordenação e a presença de ambos os países na economia internacional.

Concordaram os dois Chanceleres em que o estágio atual do relacionamento não corresponde ao potencial das respectivas economias e que, à luz das novas circunstâncias internacionais, é urgente que seja colocado em um patamar com ele mais condizente.

Os Chanceleres expressaram a determinação de seus Governos de orientar seus esforços de aproximação tomando em conta as bases sólidas em que se têm fundamentado as ações de cooperação bilateral em todos os seus âmbitos, assim como a comunicação política fluida e constante entre seus Governos.

Verificaram que a gama de instrumentos vigentes entre os dois países é suficientemente ampla para permitir encaminhar uma substancial dinamização do intercâmbio recíproco em todos os campos.

Manifestaram assim a firme vontade política de seus Governos de utilizar plenamente os mecanismos e instrumentos bilaterais e multilaterais vigentes para um forte impulso à liberalização e intensificação das relações econômicas bilaterais.

Em particular, reconheceram que o patrimônio já acumulado pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e os instrumentos consagrados no Tratado de Montevideu de 1980 devem ser impulsionados para promover o objetivo comum, que o é também de toda a América Latina, de promover o crescimento econômico e o estreitamento dos vínculos de cooperação econômica e comercial.

Dentro desse marco, convieram em que o impulso que os dois Governos desejam dar a suas relações econômicas bilaterais, revitalizando-as, requer um conjunto de ações convergentes que tenham por objetivo sua liberalização e a diversificação das respectivas pautas de exportação. A partir de uma pers-

pectiva política e dentro dos mecanismos de concertação existentes entre os dois Governos, decidiram que:

- na segunda quinzena de novembro próximo, serão celebradas em Montevideu negociações para a revisão do Acordo de Alcance Parcial (AAP) nº 9, que visem a uma ampliação significativa do intercâmbio bilateral;
- ao se encontrarem, em Montevideu, em dezembro próximo, para a reunião ministerial da ALADI, trocarão idéias sobre listas de produtos de importação para desgravação tarifária, nos termos das decisões recentemente tomadas no seio daquela Associação;
- serão definidas fórmulas que, respondendo às circunstâncias atuais, reorientem em maior medida o comércio e o financiamento ao âmbito das relações bilaterais, promovendo uma aproximação gradual e sustentada entre ambas as economias;
- serão examinados, com vistas a seu aperfeiçoamento, os instrumentos que regu-

lam os transportes marítimos entre os dois países;

- serão revistos, com os mesmos objetivos, os acordos que regulam os sistemas de pagamentos multilaterais na região;
- serão identificados mecanismos que permitam comunicação ágil e permanente sobre as políticas comerciais dos dois países, com o objetivo de facilitar, aos setores privado e estatal dos dois países, melhor aproveitamento das oportunidades comerciais que se forem abrindo;
- serão intensificadas as consultas para a concertação de posições comuns nas grandes negociações multilaterais que se avizinham, em particular no GATT, no Sistema Global de Preferências Comerciais e na Rodada Regional de Negociações da ALADI.

Ambos os Chanceleres expressaram sua confiança em que os esforços sustentados de concertação entre o Brasil e o México constituirão uma contribuição positiva aos propósitos e objetivos do processo de integração regional e concordaram em continuar suas consultas periódicas.

o encontro dos chanceleres da argentina, do brasil e do uruguai sobre a questão das malvinas

Comunicado de imprensa divulgado em Punta del Este, em 2 de novembro de 1986, ao final do encontro mantido pelos Chanceleres da Argentina, Dante Caputo, do Brasil, Roberto de Abreu Sobré, e do Uruguai, Enrique Iglesias, sobre a questão atual das Malvinas.

Por expreso mandato de los Presidentes de la República Argentina, Señor Raúl Alfonsín, de la República Federativa del Brasil, Señor José Sarney, y de la República Oriental del Uruguay, Señor Julio María Sanguinetti, se reunieron en Punta del Este, Uruguay, los Ministros de Relaciones Exteriores, Señor Dante Caputo, Señor Roberto de Abreu Sodré y Señor Enrique Iglesias, para considerar las consecuencias de la declaración británica del 29 de octubre de 1986 sobre el Atlántico Sur.

De las conversaciones mantenidas surgieron los siguientes puntos:

1. Los Gobiernos de Brasil y Uruguay ratificaron su plena solidaridad con la posición argentina, conforme a los recientes comunicados hechos públicos y la tradicional amistad que une a los tres pueblos.
2. Los tres Gobiernos decidieron mantener consultas diplomáticas permanentes, frente a los hechos sucedidos.
3. Expresan su firme determinación de re-

currir a todos los mecanismos pacíficos para encaminar la solución de la disputa entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, en el espíritu de la Resolución de las Naciones Unidas sobre la "Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur" y en el marco de la Resolución 40/21 "Cuestión de las Malvinas".

4. Los Gobiernos de Brasil y Uruguay, apoyarán la convocatoria argentina a una sesión extraordinaria del Consejo Permanente de Ministros de Relaciones Exteriores de la O.E.A.

5. Los tres países, conforme a su continua preocupación de preservar de manera efectiva los recursos pesqueros en el área, acordaron profundizar los estudios con vistas a institucionalizar la cooperación, sobre la base de la propuesta uruguaya de crear una "Comisión Permanente del Atlántico Sur", de junio de 1986.

6. La República Argentina expresó su profundo reconocimiento a los Gobiernos de Brasil y Uruguay, por este nuevo gesto de

fraternal solidaridad, en el espíritu de la creciente integración entre sus pueblos.

7. Los tres Gobiernos ratificaron frente a la Comunidad Internacional, su convicción de

que la negociación diplomática bilateral es el mecanismo apropiado para alcanzar la solución pacífica de esta disputa y manifestaron su firme esperanza de que el futuro demostrará la eficacia de este camino.

* Na seção **Comunicados e Notas**, página 122, os textos de dois Comunicados do Itamaraty à imprensa reiterando apoio à reivindicação argentina de soberania sobre a Ilhas Malvinas.

no brasil, o ministro do comércio exterior e turismo da nova zelândia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 4 de novembro de 1986, ao assinar, com o Ministro do Comércio Exterior e Turismo da Nova Zelândia, Mike Moore, um Memorando de Entendimento entre os dois Países sobre comércio e cooperação científico-tecnológica, Industrial e econômica.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Comércio Exterior e Turismo da Nova Zelândia, Doutor Mike Moore,

Senhoras e Senhores,

O dia de hoje marca um momento especial para as relações entre o Brasil e a Nova Zelândia.

O Memorandum de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Científico-Tecnológica, Industrial e Econômica, que tenho a honra de firmar com Vossa Excelência, resulta do oportuno e competente esforço empreendido por nossos Governos. Este ato reflete o potencial de cooperação e intercâmbio entre nossos países, sobretudo pela variedade e relevância das áreas e modalidades contempladas.

O Brasil e a Nova Zelândia vislumbram, na implementação desse instrumento, a possibilidade de expandir e diversificar o comércio bilateral, cujos níveis ainda estão longe de refletirem a verdadeira dimensão de ambas as economias.

É, porém, no campo da transferência de tecnologia, da cooperação científica e tecnológica e da cooperação industrial que podemos identificar melhor o espírito pioneiro deste acordo. Trata-se de campos férteis e ainda inexplorados para a conjugação de esforços em prol do desenvolvimento econômico e social de nossos países.

O domínio neozelandês da tecnologia de conversão do gás natural em combustível para utilização em motores afigura-se como de particular interesse para o Brasil, empenhado em alcançar maior autonomia energética. Cumpre reconhecer, também, como área em que o Brasil pode beneficiar-se, o significativo desenvolvimento das tecnologias agrícolas na Nova Zelândia e da sua importante participação no setor de produtos florestais.

Em contrapartida, a experiência brasileira no campo das tecnologias para o aproveitamento energético da biomassa e da utilização do álcool combustível em veículos motores pode vir a ser de especial utilidade para a Nova Zelândia.

Estes são apenas exemplos entre muitas outras áreas suscetíveis de serem exploradas para o efetivo adensamento da colaboração entre os dois países. As instituições e empresas privadas do Brasil e da Nova Zelândia têm vasto campo para um trabalho conjunto inovador e frutífero.

O passo dado hoje por nossos Governos é de grande significado. Este acordo aproxi-

ma duas nações separadas pela distância geográfica, mas comprometidas a transpô-la pela via da cooperação mutuamente proveitosa.

A presente cerimônia simboliza, pois, o desejo brasileiro de uma convivência mais intensa e profícua com a Nova Zelândia. *

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 100, o texto do Memorando de Entendimento entre Brasil e Nova Zelândia.

abreu sodré participa da assembléia geral da oea, na guatemala

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cidade de Guatemala, em 12 de novembro de 1986, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Senhor Presidente, Senhores Chanceleres, Senhor Secretário Geral.

Desejo, inicialmente, manifestar a satisfação da delegação do Brasil ao acolher a presença de Vossa Excelência na direção desta Assembléia Geral Ordinária. A competência e o desvelo com que o Governo da Guatemala se dedicou à organização desta Assembléia asseguram o ambiente positivo em que transcorrem nossas deliberações.

É oportuno que a Organização dos Estados Americanos realize na Guatemala sua Assembléia anual. Além da circunstância feliz de nos encontrarmos nesta bela e hospitaleira Nação, que tão bem sintetiza, por sua história e pela rica mescla de elementos culturais, as potencialidades e ideais da América Latina e as dificuldades que se erguem à sua efetivação, é simbólico que estejamos reunidos em solo centro-americano.

Graves ameaças continuam a pairar sobre a América Central, pondo em risco os princípios de paz e cooperação que presidem a convivência interamericana. Na realidade, este é o resultado de uma longa e conturbada história de crises e de instabilidade política, econômica e social, que vêm impedindo

do os povos centro-americanos de concretizar os seus ideais de progresso, bem-estar e convivência pacífica. Na evolução política da América Central, suas dificuldades estruturais têm sido agravadas pela intervenção de fatores exógenos, que criam empecilhos a soluções livremente acordadas para os problemas da região, segundo os interesses dos países que a integram.

O futuro do sistema Interamericano em muito depende da paz e da estabilidade na América Central. Este objetivo só poderá ser alcançado através do respeito às normas básicas que regem a nossa organização, em particular os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos, da igualdade soberana dos estados e da solução pacífica das controvérsias.

O Brasil reitera sua convicção de que a crise centro-americana só pode ser solucionada mediante um processo de negociação, para o qual o grupo de Contadora constitui o foro mais apropriado. O Governo brasileiro, através de sua participação no grupo de apoio, reafirma sua confiança nos procedimentos de Contadora e apela a todos os países para que colaborem nesse processo e

evitem quaisquer ações que ponham em risco a possibilidade de se alcançar uma solução justa e equitativa para os problemas da América Central. Concordamos com o Secretário Geral da OEA quando afirma, em sua mensagem de 1986, que o mecanismo de Contadora não significa marginalização desta organização. São membros da OEA os integrantes do grupo de Contadora e sua ação intermediadora se desenvolve de acordo com princípios consagrados pela Carta e segundo a vontade soberana das partes diretamente interessadas, conforme expressamente reconhecido pela Assembléia Geral em suas últimas sessões.

Senhor Presidente,

Também a natureza pode afetar duramente esta região. Não poderia deixar de levantar os abalos sísmicos ocorridos em El Salvador e suas tão dolorosas conseqüências. Ao povo irmão salvadorenho quero reiterar, aqui, a firme solidariedade do povo brasileiro. Em tudo o que nos foi possível, com empenho e presteza procuramos responder aos apelos recebidos do Governo de El Salvador para socorrer as vítimas da catástrofe e minorar seu sofrimento.

Senhor Presidente,

A Organização dos Estados Americanos já teve oportunidade de pronunciar-se, em ocasiões anteriores, sobre a questão das ilhas Malvinas. A presente Assembléia Geral tem diante de si um fato novo: a declaração, pelo Governo do Reino Unido, de uma jurisdição marítima de até 200 milhas em torno das Malvinas e a conseqüente criação de uma zona de conservação e administração de pesca, com raio de geralmente 150 milhas, dentro desse perímetro.

O Brasil tem, desde 1833, apoiado a reivindicação Argentina de soberania sobre as ilhas Malvinas. Dentro dos princípios que orientam a nossa política externa, e de conformidade com as resoluções das Nações Unidas sobre a matéria, temos exortado a

Argentina e o Reino Unido a encontrarem uma solução pacífica, justa e duradoura para a controvérsia que os separa e nos inquieta.

A preocupação do Brasil com a preservação da paz e da segurança internacionais encontra sua expressão mais recente na declaração aprovada pela quadragésima-primeira Assembléia Geral da ONU sobre a criação da *"Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul"*.

Essa iniciativa contou, entre os países latino-americanos da região, com o co-patrocinio da Argentina e do Uruguai, além do voto favorável do Reino Unido, tendo recebido acolhida consagradora.

Em coerência com sua posição histórica com relação às Malvinas, o Brasil vê com grande preocupação qualquer decisão unilateral que possa acrescer tensões na área do Atlântico Sul e que venha, desta forma, a dificultar que se crie o clima de confiança indispensável à solução daquela controvérsia:

Ontem, Senhor Presidente, a reunião extraordinária do Conselho Permanente da OEA, com a participação dos Ministros das Relações Exteriores, aprovou, por consenso, resolução que expressa nossa profunda preocupação pelo novo elemento de tensão e conflito potencial introduzido por este recente desdobramento da questão das Malvinas.

Como ressaltei na ocasião, à Organização dos Estados Americanos compete não somente favorecer a criação de condições políticas para o bom encaminhamento das negociações estipuladas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, mas também evitar que um fator novo crie dificuldades adicionais para a desejável, indispensável, solução daquela delicada controvérsia.

Senhor Presidente.

Ao lado das crises e das dificuldades que marcam o processo histórico de nosso continente, não é possível ignorar o extraordinário impulso experimentado pelo ideal democrático na América Latina nos últimos anos. Sustentados pela vontade inquebrantável de seus povos, e através de processos autônomos livres de ingerências externas, diversos países americanos, entre os quais o Brasil, caminharam decididamente para a plenitude de sistemas políticos democráticos e pluralistas, em perfeita coerência com as melhores tradições latino-americanas. Paralelamente a essa evolução política, grande progresso se verificou no respeito aos direitos humanos, tal como consubstanciados nos pactos e convenções internacionais e americanos. No que diz respeito ao Brasil, é com satisfação que assinalamos estar em consideração, no congresso nacional, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, à qual é desejo do meu Governo aderir.

Os direitos humanos constituem normas de valor universal para cujo acatamento todos temos o dever de contribuir e zelar, independentemente de ideologias ou preferências políticas. É assim, com interesse e isenção, que a Delegação do Brasil se dispõe a examinar o relatório submetido à Assembléia Geral pela comissão interamericana de direitos humanos.

Senhor Presidente,

A evolução política dos países do continente e o progresso na observância dos direitos humanos, tanto civis quanto econômicos, sociais e culturais, estão intimamente relacionados com a conjuntura econômica e social que tais países atravessam. Ao lado da autodeterminação, o direito ao desenvolvimento é hoje reconhecido pela comunidade internacional como um direito dos povos e como parte integrante do corpo dos direitos humanos. O desenvolvimento é, assim, não apenas uma condição para a paz e a estabilidade, como também para a própria realização dos ideais de justiça e bem-estar.

A declaração universal dos direitos humanos assegura a todos o direito a uma ordem internacional e social propícia à realização dos direitos e liberdades nela consagrados. Transcorridos quase 40 anos da adoção deste histórico documento, constatamos, com desapontamento, quão distante está a comunidade internacional de realizar aquele preceito.

Os países em desenvolvimento do continente americano vêm enfrentando as consequências da manutenção de uma ordem econômica internacional adversa, que, ao ignorar a necessidade de promover sua participação mais equitativa no comércio internacional e nos fluxos financeiros, vedam-lhes a possibilidade de alcançar desenvolvimento econômico e progresso social, perpetuando situações de instabilidade e injustiça.

A mensagem do Secretário Geral a esta sessão da Assembléia Geral sublinha a gravidade da situação econômica dos países latino-americanos e seus reflexos sobre o quadro social e político do continente. O panorama que ali se traça, é de uma persistente crise econômica e financeira, que tem resistido aos ingentes esforços dos países latino-americanos para reajustar suas economias e retomar o desenvolvimento econômico.

As óbvias conotações políticas e sociais desta conjuntura não têm, porém, sido reconhecidas pelos países desenvolvidos, que insistem no tratamento fragmentário e compartimentado das questões econômicas, comerciais e financeiras.

Não posso deixar de referir-me agora à grave questão da dívida externa. É inaceitável para nossos países que o pagamento de seus compromissos financeiros e internacionais constituam um obstáculo para o crescimento de suas economias. Infelizmente, a drenagem de capital da região, por força do pagamento da dívida, tem limitado de modo drástico a disponibilidade de recursos para investimentos, e sem esses investimentos,

será impossível assegurar um ritmo adequado para o crescimento econômico dos países latino-americanos.

Vemos, assim, que a lógica que atualmente prevalece na questão da dívida externa traz em seu bojo não uma solução para o problema, mas simplesmente sua perpetuação, na medida em que acaba por negar aos países devedores os próprios meios de atender seus compromissos financeiros.

Seria ao mesmo tempo ilusório acreditar que a questão da dívida externa se restringe ao campo das finanças. Ao contrário, seus efeitos nocivos se estendem ao próprio comércio internacional. Com efeito, obrigados a gerar saldos positivos em nossas balanças comerciais, somos levados a contrair nossas importações e, conseqüentemente, a uma participação cada vez menor de nossos mercados nas correntes de comércio mundial.

Impõe-se, assim, um diálogo amplo e construtivo sobre a questão da dívida externa que transcenda seus limites meramente contábeis e que toque na essência política dessa questão. Esse é o propósito do consenso de Cartagena, ao reafirmar o princípio da co-responsabilidade de credores e devedores.

O Brasil não tem deixado de advertir para a gravidade dessa situação. O Presidente José Sarney, em seu discurso à Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1985, foi incisivo ao declarar que, sem desconhecer seus compromissos internacionais, "O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome". Na verdade, salientou o Presidente, "Não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais".

Senhor Presidente,

A comunidade internacional vem acentuando sua preocupação com as dimensões adquiridas pelo uso indevido e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópi-

cas. Este grave mal social atinge, com maior ou menor seriedade, todos os países do continente e gera, em alguns deles, situações de instabilidade social e política. O Governo atribui prioridade ética ao combate a este flagelo e tem dedicado esforços ao aperfeiçoamento de sua legislação e ao reforço dos recursos e meios empregados para a prevenção do uso indevido de drogas e repressão ao seu tráfico ilícito.

Tratando-se de um problema que ultrapassa as fronteiras nacionais, entende o Brasil ser indispensável o reforço da cooperação internacional. Como parte das convenções internacionais que regulam a matéria, o Brasil tem estado ativamente engajado nos esforços desenvolvidos no âmbito das Nações Unidas para a elaboração de uma nova convenção internacional. Entendemos ser necessário que a cooperação entre Estados se desenvolva com base num enfoque adequado do problema das drogas, que leve em conta tanto os aspectos de repressão ao tráfico ilícito e ao fornecimento de produtos químicos; quanto os de redução da demanda nos mercados em que as drogas são consumidas.

A cooperação internacional no combate às drogas tem uma dimensão regional, na qual a OEA está, indubitavelmente, chamada a desempenhar importante papel. O Brasil sediou, este ano, com satisfação, a conferência especializada interamericana. Dela resultou a adoção, por unanimidade, do programa interamericano de ação contra a produção e o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Esperamos que seja possível, durante esta Assembléia Geral, tomar as decisões necessárias à implementação do programa de ação, dentre cujas recomendações se destaca o estabelecimento de uma comissão interamericana para o controle de drogas.

Senhor Presidente,

Está é a primeira Assembléia Geral ordiná-

ria que a OEA realiza depois da histórica adoção, no décimo-quarto período extraordinário de sessões, do "Protocolo de Cartagena das Índias", que culminou um histórico processo de revisão da Carta da Organização.

O Brasil prestou todo seu apoio a este processo, que se propõe atualizar e revitalizar os instrumentos básicos de que dispomos para a realização dos objetivos da organização. O Governo brasileiro tomou já os passos necessários, de acordo com sua prática constitucional, para a ratificação das reformas. Esperamos que todos os estados membros, pela ratificação do protocolo, habilitem uma rápida entrada em vigor dos novos dispositivos. Consideramos ser este um passo indispensável, que deve anteceder qualquer esforço de revisão dos acordos alcançados ou de introdução de novas reformas.

Como disse anteontem, com firmeza e propriedade, em seu excelente discurso, o Secretário Geral da OEA, Embaixador Baena Soares, "o paradoxo está no fato de que talvez o hemisfério nunca tenha necessitado

tanto deste foro como agora, quando a democracia como forma de convivência social e política luta para afiançar-se em meio a uma crise econômico-financeira de proporções excepcionais, bem como pela construção da paz".

Senhor Presidente,

Os objetivos de paz e cooperação hemisférica que deram origem à Organização dos Estados Americanos formam parte integrante da política exterior do Brasil. Nossas relações com os países do continente têm sido invariavelmente marcadas pela amizade e pelo respeito mútuo. O estreitamento dos laços de cooperação com os povos da América é uma das metas prioritárias do Governo do Presidente José Sarney.

É, assim, com genuíno empenho e interesse que a delegação do Brasil comparece à décima-sexta Assembléia Geral ordinária da OEA, disposta a contribuir para a solução dos difíceis problemas com que se defronta nossa região, dentro dos princípios e normas do sistema interamericano.

a sessão extraordinária do conselho permanente da oea

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cidade da Guatemala, em 11 de novembro de 1986, por ocasião da Sessão Extraordinária do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Senhor Presidente, Senhores Chanceleres, Senhores Representantes Permanentes, Senhor Secretário Geral, minhas senhoras e meus senhores,

A questão que nos traz a esta reunião extraordinária do Conselho Permanente da OEA, com a participação de Ministros das Relações Exteriores, preocupa gravemente o Governo brasileiro. Estão em jogo os legítimos

direitos de soberania de uma nação irmã do continente.

A posição sustentada por meu país a respeito da controvérsia referente às Malvinas é sobejamente conhecida. Remonta ao próprio início do litígio, em 1833, quando já nos manifestávamos em favor da reivindicação argentina. Jamais nos afastamos dessa linha de conduta, apoiando os direitos de soberania da nação vizinha e, ao mesmo

tempo, conclamando as partes a resolverem o problema de forma negociada e pacífica.

O Brasil está permanentemente disposto a apoiar os entendimentos contemplados pelas resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas, em particular a Resolução 40/21, com vistas à solução das pendências ligadas à questão das Malvinas. Em sua visita a Buenos Aires, em julho último, o Presidente José Sarney, ao discursar no parlamento, voltou a reiterar "o firme compromisso do Brasil de seguir procurando, por todos os meios ao seu alcance, que a justa reivindicação Argentina encontre tratamento compatível com a importância que o tema tem para esta nação".

O Brasil se empenha, por outro lado, em que o Atlântico Sul seja mantido afastado de todo tipo de tensão e confronto. Pretendemos afirmar a identidade própria dessa região e evitar que fatores exógenos entrem o seu desenvolvimento e ponham em perigo sua paz e segurança. Foi com esse espírito que, juntamente com outros países em desenvolvimento de ambas as margens do Atlântico Sul, propusemos, nas Nações Unidas, a declaração sobre o estabelecimento da zona da paz e cooperação, há pouco referendada por expressiva maioria da comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Acontecimentos recentes e inesperados em torno da questão das ilhas Malvinas evidenciaram, mais uma vez, a gravidade dessa controvérsia, de amplas repercussões na região e no cenário internacional.

O Governo do Reino Unido proclamou, duas semanas atrás, uma jurisdição marítima de até 200 milhas em torno das Malvinas, anunciando, em seguida, que estabelecerá uma zona de conservação e administração de pesca com um raio de 150 milhas, geralmente.

O Brasil vê com preocupação qualquer iniciativa de caráter unilateral suscetível de acrescer tensões no Atlântico Sul e que venha a dificultar que se estabeleça o clima de confiança indispensável à solução daquela disputa.

Em recente encontro em Punta del Este, no Uruguai, com meus colegas Enrique Iglesias e Dante Caputo, expressei mais uma vez a solidariedade do Brasil à Argentina no tocante a questão e apoiei a convocatória da reunião a que hoje comparecemos.

Creio ser esta, com efeito, uma oportunidade ímpar para que, através do exercício da solidariedade hemisférica, se possa contribuir para a redução da tensão gerada por este desdobramento mais recente da questão das Malvinas.

À Organização dos Estados Americanos compete não somente favorecer a criação de condições políticas favoráveis para o bom encaminhamento das negociações estipuladas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, mas também evitar que esse fator novo crie dificuldades adicionais para a desejável, indispensável solução daquela delicada controvérsia.

chanceler brasileiro visita angola, zimbábue, nigéria e camarões

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, em Luanda, em 19 de novembro
de 1986, por ocasião da recepção oferecida pelo Ministro dos
Negócios Estrangeiros de Angola, Afonso Van-Dunen.**

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Doutor Afonso Van-Dunen,

As generosas palavras de boas-vindas que Vossa Excelência acaba de me dirigir atestam a hospitalidade, a simpatia e o carinho do povo de Angola.

Em meu nome e no de minha comitiva, agradeço sensibilizado essa acolhida fraterna e calorosa, na qual ressaltam, nitidamente, as afinidades e os sentimentos espontâneos de amizade que ligam nossos países.

O Brasil tem raízes antigas e profundas nesta nação irmã. Recebemos de Angola uma herança de valor inestimável na formação de nosso povo e de nossa cultura. Destas terras procede a quase totalidade das populações africanas que, nos três primeiros séculos da nossa colonização, povoaram o Brasil.

A presença angolana em nosso país é marcante e enriquecedora. Jorge Amado, nosso grande e famoso romancista, escreveu certa vez, ao prefaciá-la uma edição de poemas de

Agostinho Neto, o fundador desta República, que "nossa dança brasileira nasce do balé da capoeira angolana, nossa música do ritmo dos tambores de África, da voz angolana, do riso angolano que resistiu à escravidão, aqui e lá; nossa doçura de povo, nossa civilização, nossa cultura, tudo que temos esta impregnado de Angola". Por tudo isso é que, ainda nas palavras felizes de Jorge Amado, os brasileiros "devemos aos angolanos parte de nossa originalidade de nação".

Vossa Excelência, Senhor Ministro, bem pode avaliar a emoção que sinto ao pisar o solo angolano, pátria de um povo valoroso e destemido, que há precisamente onze anos vem lutando incansavelmente para consolidar sua independência duramente conquistada.

Desejo, pois, neste momento, reiterar ao povo de Angola, por intermédio de Vossa Excelência e das demais autoridades angolanas presentes, a forte e sincera estima dos brasileiros, admiradores da coragem e perseverança com que esta nação constrói o seu destino.

Minha visita à República Popular de Angola

significa a reafirmação do decidido empenho do Governo brasileiro em ampliar e fortalecer nossos vínculos de amizade, entendimento e cooperação.

A política externa do Presidente José Sarney confere prioridade especial às relações do Brasil com a África; é em cumprimento a essa diretriz que venho a Luanda.

O Brasil e Angola desenvolvem um relacionamento intenso e dinâmico, um diálogo íntimo e construtivo, uma cooperação franca e promissora. Temos alcançado resultados encorajadores, que reforçam nossa convicção quanto às vantagens recíprocas de uma aproximação crescente.

A próxima abertura da Embaixada de Angola em Brasília constituirá, para nossa satisfação, marco de singular importância nesse processo, em que os contatos entre ambos os Governos se aprofundam proficuamente em diferentes níveis. Podemos vislumbrar com otimismo o futuro da nossa colaboração. Os desafios que ainda se colocam à nossa frente, saberemos vencê-los um a um. Exemplos de parceiros com interesses diversificados mas convergentes, nossos países detêm importante potencial de intercâmbio a ser explorado, notadamente nas áreas econômico-comercial e de cooperação técnica, ambas de relevante significado no quadro das relações Sul-Sul que nos empenhamos em estimular e incrementar.

O comércio entre o Brasil e Angola vem crescendo substancialmente nos últimos anos e caracterizando-se por um equilíbrio constante. No ano passado, as trocas globais atingiram cerca de duzentos e oitenta milhões de dólares, o que faz de Angola o segundo parceiro comercial do Brasil na África subsaariana. Esse fato tem a ver com o papel de grande relevância que o continente africano passou a desempenhar, como um todo, no comércio exterior brasileiro. Não deixa de ser significativo que, no ano passado, o valor global de nosso intercâmbio com a África tenha-se equiparado

ao do comércio com o conjunto das nações latino-americanas.

No contexto das iniciativas de cooperação com este país, o problema da carência de quadros profissionais em Angola — de particular gravidade desde a época da independência — tem merecido sempre a atenção do Governo brasileiro. Através de programas de treinamento de recursos humanos realizados por diversas instituições brasileiras em setores como energia, pesquisa agrícola, indústria alimentar, ensino e administração pública, temos procurado contribuir para que as deficiências em matéria de formação de quadros possam ser contornadas.

O Brasil atribui grande importância ao desenvolvimento dos esforços de cooperação técnica com os países africanos. Testemunham essa importância os entendimentos que formalizamos recentemente com o PNUD, em cujo âmbito pretendemos dar impulso a amplos projetos e programas de cooperação com os nossos parceiros da África. Já hoje, aliás, cerca de quinhentos estudantes africanos freqüentam universidades brasileiras e dezenas de estagiários são recebidos em entidades de ensino técnico.

Senhor Ministro Van-Dunen,

Quando, em setembro último, na qualidade de Vice-Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, me coube a honra de assumir a direção do debate geral naquele foro ouvi com viva atenção as palavras eloqüentes com que Vossa Excelência descreveu a luta de Angola pela preservação de sua soberania, independência e integridade territorial.

Como Vossa Excelência acentuou em seu discurso naquela ocasião, ao denunciar uma dramática e preocupante realidade, Angola “não conhece um momento de paz desde o começo de sua vida independente” e até hoje “continua a enfrentar uma situação de guerra não declarada, criada pela África do

Sul". com enormes e injustos sacrifícios para todo seu povo.

Todos os que compartilham e observam os princípios da boa convivência internacional, como o Brasil, não podem calar sua voz de protesto diante da persistência daquela situação intolerável.

O Governo e o povo brasileiros solidarizam-se com o Governo e o povo angolanos em sua árdua luta pela paz, pela liberdade e pela segurança nesta região, condições necessárias para uma dedicação exclusiva às tarefas indispensáveis da reconstrução e do desenvolvimento.

Desse sentimento inabalável foi expressivo o pronunciamento feito pelo Presidente José Sarney durante sua visita a Cabo Verde, em maio último, ao interpretar as legítimas preocupações do Brasil com respeito a atos hostis de origem externa que ameaçam Angola. Sua Excelência afirmou então ser "indispensável e da maior urgência a cessação não apenas das agressões cometidas pela África do Sul contra Angola, mas também de toda assistência às forças irregulares que desestabilizam" este país.

Reitero solenemente essa proclamação de meu Governo, convencido de que apenas o respeito à soberania e à independência de Angola poderá abrir caminho para o entendimento e a paz.

Sabemos que a luta do povo angolano em defesa de suas conquistas prosseguirá enquanto se mantiver intacto o colonialismo no território da Namíbia e o racismo persistir como política de governo da África do Sul.

A comunidade internacional deve reclamar e incentivar a independência total da Namíbia, de acordo com as decisões das Nações Unidas, e, ao mesmo tempo, perseverar em seus esforços para a liquidação do abominável, desumano regime do **apartheid**. Conforta-nos a convicção de que esse siste-

ma de repressão interna, a cujos mecanismos se associam agressões contumazes aos países vizinhos, entrou já em processo de contagem regressiva no sentido do seu fim inelutável.

Merece ser lembrada, a tal propósito, a clareza de um dos ferrenhos combatentes do **apartheid**, o grande e saudoso líder de nossos irmãos moçambicanos, o Presidente Samora Machel, a cujas exéquias compareci em representação do Governo brasileiro. Em mensagem dirigida a seu povo, há mais de dez anos, Samora Machel vaticinava: "O colonialismo e o racismo fatalmente terão de desaparecer. A África do Sul é um país africano afastado das nações devido a uma política doentia e anacrônica. As modificações que se processam na zona austral do continente acentuam o isolamento e a fraqueza de um regime historicamente condenado".

A firme vontade brasileira de colaborar para o estabelecimento de uma atmosfera de paz na África Austral contribuiu para fundamentar a iniciativa referente ao Atlântico Sul, aprovada por expressiva maioria na presente Assembléia Geral das Nações Unidas. O respaldo valioso do Governo de Angola, ao lado do que lhe emprestaram outros países da região, foi decisivo para o notável êxito alcançado pela proposta da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Reconhecido por esse apoio, o Brasil registra, com satisfação, a coincidência dos interesses e preocupações de nossos países em relação àquela área. Temos consciência de que o Atlântico Sul deve preservar sua vocação pacífica e há sempre de ser elo de união e entendimento entre as nações que dele compartilham.

Acreditamos firmemente que a Declaração das Nações Unidas não apenas servirá para estimular e aprofundar a cooperação entre nossos países, como também concorrerá para a superação das crises e tensões existen-

tes na região, além de evitar que novas ali se instalem.

Senhor Ministro,

Senhoras e Senhores,

A jovem e brava Nação angolana, que protagonizou um capítulo marcante na História da descolonização na África, exhibe hoje ante o mundo a capacidade e a disposição de luta de seu povo, empenhado na construção de um futuro de paz, liberdade e progresso.

Como homenagem a este povo, permito-me evocar aqui versos de Agostinho Neto, que se imortalizou pela poesia tanto quanto por sua obra de revolucionário, de político e de estadista. São versos que formam parte de um canto de luta e vitória, mensagem de um povo que amargou sofrimentos e injustiças, mas que jamais perdeu a esperança:

“Lutar para nós é um destino —
é uma ponte entre a descrença
e a certeza do mundo novo”

Canto que Agostinho Neto conclui, com grandeza e sabedoria:

“... a lição lá está, foi aprendida:
Não basta que seja pura e justa
a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça
existam dentro de nós”.

Com o pensamento voltado para a amizade histórica entre o Brasil e Angola, convido todos os presentes a levantarem comigo suas taças num brinde pela paz e prosperidade desta Nação, pela saúde e felicidade pessoais do Presidente José Eduardo dos Santos, de Vossa Excelência, Senhor Ministro Van-Dunen, e de todos os nossos queridos irmãos angolanos.

comunicado de imprensa brasil-angola

Comunicado de imprensa Brasil-Angola, divulgado em Luanda, em 21 de novembro de 1986, ao final da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, àquele País.

A convite do Ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola, S.E. o Senhor Afonso Van-Dunen M'Binda, visitou oficialmente a República Popular de Angola, de 19 a 21 de novembro de 1986, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, S.E. o Senhor Roberto de Abreu Sodré.

Durante a sua estada, o Ministro de Estado das Relações Exteriores foi recebido em audiência pelo Presidente da República Popular de Angola, S.E. o Senhor José Eduardo dos Santos. Na oportunidade, S.E. o Ministro de Estado procedeu a entrega de uma mensagem pessoal de S.E. o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil,

José Sarney, para o Chefe de Estado angolano.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil depositou uma coroa de flores no sarcófago do saudoso Presidente Doutor Agostinho Neto, como homenagem ao fundador da nação angolana e do MPLA — Partido do Trabalho.

Os Ministros das Relações Exteriores da República Popular de Angola e da República Federativa do Brasil mantiveram conversações, que decorreram numa atmosfera de cordialidade e compreensão mútua.

Durante as mesmas passaram em revista a situação internacional, tendo dedicado especial atenção à situação prevalecente nas

zonas do mundo em que se encontram inseridos os dois países.

Notaram com profunda preocupação o permanente recrudescimento dos focos de tensão na África Austral, provocados por fatos alheios aos anseios de paz dos povos dessa área, em flagrante desrespeito pelos princípios fundamentais do Direito Internacional. Foi responsabilizado o Governo racista da África do Sul pelo agravamento da tensão na parte austral do continente africano e considerado o **apartheid** um crime contra a humanidade e uma ameaça à paz e segurança internacionais. Condenaram as destabilizações levadas a cabo por Pretória contra os países da linha de frente e contra a República Popular de Angola em particular, e assinalaram o imperativo da cessação de todo apoio ao regime do **apartheid** nas instâncias internacionais e aos grupos armados a partir do exterior que desenvolvem ações de destabilização contra os Estados soberanos e independentes da África Austral.

O Ministro Afonso Van-Dunen M'Binda, exprimiu a indefectível solidariedade do seu Governo para com os povos que na África, na América Latina, Ásia e Médio Oriente, lutam pela paz, independência, liberdade e bem-estar social. O Ministro Abreu Sodré salientou a solidariedade que o Governo brasileiro também presta a todos os povos que buscam a sua emancipação e defendem a sua soberania, em conformidade com os princípios da auto-determinação e de não intervenção e as resoluções em cada caso pertinentes das Nações Unidas. No que concerne a Namíbia, os Ministros rejeitaram todo e qualquer condicionalismo que dificulte a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU para a independência daquele território.

O aumento dos focos de tensão na América Central foi alvo da devida atenção por parte das delegações angolana e brasileira, chefiadas pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores. Foi reconhecida a urgente

necessidade de se encontrarem soluções políticas estáveis e duradouras, assegurando-se assim uma paz global para a região, e neste contexto reafirmaram o seu total apoio ao Grupo de Contadora pelos esforços que tem desenvolvido naquele sentido.

O Ministro de Estado Roberto de Abreu Sodré manteve um encontro com o Ministro de Estado para a esfera produtiva e Ministro de Energia e Petróleo da República Popular de Angola, S.E. Pedro de Castro Van-Dunem "Loy", Presidente pela parte angolana da Comissão Mista Angolano-Brasileira e sua Excelência Senhor Antonio Henriques da Silva, Ministro do Plano da República Popular de Angola.

No decurso das conversações foi feito o balanço dos projetos em ação entre outros os relacionados com a prospecção de petróleos e da construção da barragem hidroelétrica de Capanda e analisadas as perspectivas pelas duas partes, julgadas muito promissoras, de cooperação noutros campos, tais como os da agricultura, alimentação, energia, transportes, educação, telecomunicações habitação, saúde e prestação de serviços.

Ambas as partes reconheceram a importância da cooperação técnica entre Brasil e Angola e a necessidade de dar prosseguimento aos programas em curso. Acentuaram, por outro lado, o interesse recíproco em aprofundar e ampliar a cooperação, sobretudo no que se refere aos setores agropecuário e de formação profissional de nível médio.

Os dois Ministros, Afonso Van-Dunen e Abreu Sodré, reiteraram as esperanças dos seus Governos de que o Atlântico Sul seja preservado como zona de paz e cooperação, manifestando o seu regozijo pelo êxito obtido pela aprovação nas Nações Unidas de uma resolução, co-patrocinada por Angola e pelo Brasil, naquele sentido.

O Ministro Abreu Sodré registrou a satisfação do Governo brasileiro com a abertura

da Missão Diplomática angolana residente em Brasília, que constituirá fator importante para a crescente aproximação entre o Brasil e Angola, ao multiplicar os canais de contato bilateral e fortalecer um intercâmbio mutuamente benéfico.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil convidou o seu homólogo angolano a visitar oficialmente a República Federativa do Brasil. O convite foi aceito com satisfação, devendo a data da visita ser negociada por via diplomática.

abreu sodré, em harare: brasil e zimbábue têm interesses e aspirações convergentes

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Harare, em 24 de novembro de 1986, por ocasião de almoço oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbábue, Witness Manguende.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

É com satisfação e alegria que visito a República do Zimbábue. Agradeço a Vossa Excelência a cordialidade, a simpatia e o afeto das palavras dedicadas ao meu país e a gentileza das expressões a mim dirigidas.

Por seu intermédio, transmito ao povo e ao Governo do Zimbábue meu reconhecimento pessoal — e o de todos os que me acompanham — pela acolhida fraterna e calorosa que estamos recebendo em Harare.

Desejo estender, igualmente, nossa mais sincera e cálida homenagem a esta grande Nação, cuja bravura, tenacidade e inteligência na construção de sua própria história sempre admiramos no Brasil.

A luta que conduziu o Zimbábue à independência e o incorporou à família dos povos livres da África e do mundo marcou uma etapa de crucial importância no processo de descolonização.

O Brasil aprecia e valoriza imensamente o êxito alcançado por esse movimento, que abriu, de modo irreversível, caminhos de liberdade, de paz e de desenvolvimento. Com toda firmeza, continuamos a reclamar a eli-

minação dos resquícios ainda existentes de colonialismo, de racismo, de qualquer forma de dominação e opressão.

O Brasil recebeu da África uma contribuição vital para a formação étnica e cultural de seu povo. Sentimo-nos não apenas orgulhosos dessa herança, como também comprometidos com as causas legítimas e prementes abraçadas pelas nações africanas.

Estamos ligados a este continente seja pela tradição de um convívio que remonta a nosso passado colonial, seja pela natureza e dimensão especiais de nossos vínculos, seja ainda pela similitude dos desafios que enfrentamos para viabilizar o progresso e o bem-estar de nossos povos.

Senhor Ministro,

Acredito que esta minha visita seja uma oportunidade de consolidar e aprofundar os laços de amizade e cooperação entre o Brasil e o Zimbábue. Foi com essa intenção que decidimos instalar uma Embaixada residente em Harare, de modo a assegurar contatos ainda mais freqüentes entre nossos Governos.

Devo também ressaltar o significado das

reuniões de trabalho que, durante minha estada nesta capital, aproveitarei para manter com os Embaixadores do Brasil nos países da Linha de Frente. Estou certo de que essas reuniões serão extremamente úteis do ponto de vista do interesse de meu Governo de intensificar nossas relações de amizade e cooperação com todas aquelas nações.

O Brasil e o Zimbábue iniciaram seu diálogo quando se concluía, em 1980, o processo de independência deste país. Temos mantido, a partir de então, uma convivência que se distingue pelo entendimento, pela franqueza e pelo ânimo inabalável de cooperação.

Como países em desenvolvimento, o Brasil e o Zimbábue são animados por interesses e aspirações convergentes.

Diante do atual quadro de graves e profundas dificuldades no sistema econômico internacional, estamos convencidos de que apenas mediante iniciativas inovadoras poderemos promover a intensificação da cooperação entre países em desenvolvimento.

Nossos dois países vêm dando demonstração inequívoca de sua adesão ao princípio da cooperação internacional igualitária e mutuamente benéfica, empenhando para tanto a vontade política de seus Governos.

O comércio bilateral, depois de permanecer em níveis bastante modestos no início desta década, expandiu-se notavelmente nos últimos anos, chegando a superar a casa dos cem milhões de dólares. É claro que essa cifra pode e deve ser aumentada ainda mais, porquanto está longe de refletir a potencialidade do nosso intercâmbio.

Em momento como o presente, em que os efeitos da crise econômica mundial se fazem sentir na queda dos fluxos do intercâmbio, devemos, Senhor Ministro, unir nossos esforços para a retomada firme da cooperação econômica e comercial. Estou seguro de que, apesar das dificuldades e

obstáculos a vencer, poderemos expandir essa cooperação a níveis compatíveis com as possibilidades de nossas economias e as legítimas expectativas de nossos povos.

Essa certeza decorre do fato de que o comércio entre o Brasil e o continente africano, em geral, tem crescido a taxas mais elevadas do que a média do nosso intercâmbio com o resto do mundo. No ano passado, nossas trocas comerciais com a África alcançaram a cifra recorde de três bilhões e seiscentos e cinqüenta milhões de dólares, equivalente ao intercâmbio total com a América Latina.

A importância que o Brasil atribui às suas relações com o Zimbábue também se reflete nas boas perspectivas de cooperação existentes no âmbito da Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral, na qual este país é responsável pela área de segurança alimentar. Desde a criação dessa Organização em 1980, o Brasil tem participado de todas as reuniões anuais como parceiro interessado em colaborar para o desenvolvimento e a integração da África Meridional.

Apesar de carências e limitações, a cooperação entre o Brasil e as nações africanas desenvolve-se positivamente. No tocante à cooperação técnica e à formação de recursos humanos, permito-me destacar aqui a importância dos instrumentos que assinamos recentemente com o PNUD, abrangendo iniciativas nesses campos com países da África. Como exemplo do dinamismo que já vem demonstrando nossa cooperação com este continente, vale ressaltar também que diversas entidades de ensino técnico no Brasil recebem atualmente dezenas de estagiários africanos e que cerca de quinhentos estudantes da mesma procedência realizam cursos em universidades brasileiras, sendo pouco menos da metade em regime de bolsa integral.

Senhor Ministro,
Senhoras e Senhores,

O Brasil encara com preocupação o agravamento das tensões internacionais, o surgimento de novas áreas de confronto e a aceleração da corrida armamentista, especialmente a nuclear.

Constituem esses fatores séria ameaça à paz e à segurança. Tendem a perpetuar políticas de poder que afetam adversamente os países do Terceiro Mundo, empenhados na construção pacífica de seu futuro e avessos a imposições hegemônicas.

Coerente com os princípios que marcaram a formação da nossa nacionalidade, a política externa brasileira busca a prevalência do diálogo como modalidade de resolução de conflitos.

Unido à África por laços profundos, o Brasil sabe avaliar perfeitamente as dificuldades e sofrimentos por que passa este continente. Em especial, se preocupa com a crescente deterioração da situação na África Austral, cujo principal foco de tensão, em nossa avaliação, é a persistência do regime cruel e anacrônico do **apartheid** na República da África do Sul. Esse regime, que afronta as mais caras tradições e valores de convivência étnica e cultural da sociedade brasileira, tem sido condenado por nosso Governo em todas as oportunidades, invariavelmente.

Em decorrência dessa posição, vimos adotando e ampliando medidas restritivas no relacionamento com Pretória e decidimos intensificar contatos com as organizações do movimento antiaparteísta na África do Sul. Nossa política de maior aproximação com as lideranças negras daquele país terá um exemplo claro na visita que, a convite de meu Governo, o Arcebispo Desmond Tutu fará ao Brasil nos próximos meses.

Côncio das responsabilidades morais que o ligam à defesa da dignidade e da justiça neste continente, o Brasil favorece a adoção de sanções efetivas e abrangentes contra a África do Sul como forma de quebrar a in-

transigência de Pretória em relação aos apelos internacionais em favor do fim do **apartheid**.

Condenamos com energia as agressões militares aos territórios dos países fronteiriços e repudiamos o apoio prestado pelo Governo sul-africano às forças desestabilizadoras que lá operam.

A ocupação ilegal da Namíbia é outra situação inadmissível. Constitui, nas palavras firmes e contundentes que o Primeiro-Ministro Robert Mugabe dirigiu recentemente à Assembléia Geral das Nações Unidas, "nada menos do que um escândalo". A independência daquele território, reclamada por toda a comunidade internacional, não pode mais tardar. Não aceitamos os argumentos que a vinculam com assuntos estranhos à questão, que é estritamente colonial.

Diante da intransigência do atual regime sul-africano e do imperativo irreversível da liquidação do **apartheid**, não se vislumbram fórmulas de compromisso ou acomodação. Com grande acerto e visão de estadista, o Presidente Samora Machel, pouco antes do triste acontecimento que lhe tirou a vida, dizia, nesta mesma capital, durante a Oitava Reunião de Cúpula do Movimento Não-Alinhado, ao acentuar que um dia a África do Sul também se libertará do ódio e da opressão: "Não existe **apartheid** democrático. Não existe **apartheid** humano. Não existe **apartheid** pacífico. O **apartheid** é a negação da justiça, da igualdade, das normas sociais, uma forma institucional de violação dos direitos humanos. O **apartheid**, como o colonialismo, não pode ser reformado. O **apartheid**, como o colonialismo, deve ser erradicado".

O povo e o Governo brasileiros têm o mesmo sentido e a mesma convicção.

Senhor Ministro,

Ao agradecer-lhe uma vez mais as gentilezas e deferências com que estou sendo recebido em seu país, peço a todos os presentes que

comigo brindem pela paz, o progresso e o bem-estar da República do Zimbábue, pelo estreitamento crescente dos laços entre nos-

soz povos e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

abreu sodré, em lagos: estamos ligados pela similitude dos desafios que enfrentamos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Lagos, em 26 de novembro de 1986, por ocasião de jantar oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, A. Bolaji Akinyemi.

Excelentíssimo Senhor A. Bolaji Akinyemi, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Com profunda emoção, agradeço as cordiais boas-vindas de Vossa Excelência e a acolhida tão afetuosa dispensada a mim e a minha comitiva.

O Governo e o povo da Nigéria nos honram com sua hospitalidade, tornando esta visita extremamente grata. Em nossa memória ficarão indelevelmente gravadas as gentilezas e demonstrações de fraterna amizade que temos recebido neste país irmão.

Minha viagem à África encontra na Nigéria um de seus momentos significativos. Aqui, como em outros lugares por que passei, impressionam vivamente as semelhanças e afinidades entre o Brasil e as nações africanas.

Estamos ligados à Nigéria pela História, pela cultura e por fortes laços de sangue.

Desde cedo estabeleceram-se contatos entre nossos povos. Já no início do século dezanove, há registro de um intenso comércio praticado entre a Bahia e alguns pontos da costa ocidental africana, entre os quais a cidade de Lagos.

De populações oriundas destas terras descendem inúmeros brasileiros. Daqui, como de outras regiões africanas, recebemos contribuição de grande valor para a formação

de nossa nacionalidade, bem assim uma marcada influência em diferentes aspectos da vida brasileira, como na música, nas danças, nos costumes, nas crenças religiosas.

Orgulhamo-nos desse precioso legado, responsável em grande parte, pelo que o povo brasileiro tem de mais autêntico e original.

Até na própria índole e temperamento do nosso povo se faz sentir a força da herança africana. Gilberto Freire, nosso famoso escritor e sociólogo, observa que as populações brasileiras influenciadas pelo sangue da África se caracterizam por um comportamento alegre e expansivo e chegam mesmo a se diferenciar de grupos de outra origem por sua graça, sua espontaneidade, sua cortesia, seu riso bom e contagioso. É justo reconhecer, assim, o quanto a alma brasileira se enriqueceu com a presença africana entre nós.

Todos esses elementos acentuam a dimensão humana e afetiva do relacionamento do Brasil com a África e se traduzem numa prioridade natural que a ela dedicamos em nossa ação diplomática.

Esteja certo, Senhor Ministro, do importante papel que a Nigéria ocupa em nossa política em relação à África e da nossa firme disposição de contribuir para um aperfeiçoamento constante de nossos laços. Não é outro, senão este, o objetivo de minha visita.

Países em desenvolvimento, o Brasil e a Nigéria enfrentam desafios similares na consecução de seus projetos nacionais. Tal circunstância estimula nossa maior aproximação e torna aconselhável a união de nossos esforços em defesa dos interesses e aspirações que compartilhamos. Para tanto, afigura-se como meta primordial a continuidade do diálogo franco e proveitoso entre ambos os Governos. Esperamos, assim, ampliar nossa cooperação, alargar as faixas de concordância e entendimento e promover entre nós uma estreita coordenação em relação às principais questões internacionais.

Senhor Ministro,

O Brasil, como a Nigéria, considera que a atual escalada de tensão e violência na África Austral é motivo de preocupação para toda a comunidade internacional. O Governo Sul-africano, insensível aos apelos e exortações procedentes de todas as partes do mundo, continua a violar sistematicamente os direitos humanos naquele país e os mais sagrados princípios da convivência entre os Estados, inclusive com agressões diretas, inaceitáveis, às nações vizinhas.

Repudiamos totalmente o regime do **apartheid** em vigor na África do Sul, fonte principal do conflito que aflige a região meridional do continente.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, ao aludir em seu recente discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas à gravidade da situação provocada pela intolerância e insensatez do regime racista de Pretória, salientou, com firmeza e precisão, que "não pode haver paz e estabilidade na África Austral sem a liquidação do **apartheid**". Do mesmo modo categórico, Vossa Excelência sintetizou o fundamento ético que leva a comunidade internacional a condenar unanimemente esse regime e que suplanta qualquer argumentação de natureza formal: "o **apartheid** não é um assunto interno da África do Sul, mas um assunto universal".

O Brasil vê nesse regime de terror e iniqui-

dade não apenas uma afronta inaceitável à consciência e à dignidade do ser humano, como também uma ofensa direta aos valores essenciais que presidiram a formação social brasileira.

No Brasil — Vossa Excelência bem o sabe — convivem de forma harmônica as mais variadas etnias. Nos versos de Cassiano Ricardo, poeta de São Paulo, minha terra natal:

"Aqui, democracia quer dizer: sem preconceito
de origem, credo e cor;
é flor social que aconteceu".

Senhor Ministro,

Para os países em desenvolvimento, como o Brasil e a Nigéria, a manutenção de uma atmosfera de tranquilidade e convivência pacífica no plano internacional é de importância vital para que possam dedicar-se plenamente à promoção do progresso econômico e do bem-estar social. Foi com esse espírito que, juntamente com outros países africanos e latino-americanos, o Brasil e a Nigéria propuseram nas Nações Unidas o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Destinado a exercer papel de crescente importância na aproximação entre os povos de ambos os continentes, o Atlântico Sul há muito vinha despertando a atenção de nossos Governos, interessados em preservá-lo das tensões e conflitos internacionais. Vossa Excelência, Senhor Ministro, como já teve a oportunidade de assinalar o Representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas, contribuiu pessoalmente para a formulação das idéias que conduziram à nossa iniciativa. O seminário que, dez anos atrás, Vossa Excelência organizou nesta capital já antecipava a importância do assunto.

A participação construtiva das autoridades nigerianas, em todas as fases de elaboração e negociação da nossa proposta, concorreu decisivamente para a sua aprovação consagrada. A declaração do Atlântico Sul co-

mo Zona de Paz e Cooperação marcou um momento de especial significado nas relações entre nossos países, vindo a reforçar minha convicção de que tenderá a ampliar-se cada vez mais o espaço para sua atuação concertada no plano internacional.

Por intermédio de Vossa Excelência, desejo reiterar o sincero agradecimento do Governo brasileiro pela contribuição relevante prestada pela Nigéria para aquela iniciativa.

Nossos países concordam, igualmente, na avaliação e no diagnóstico da crítica situação econômica mundial. As injustiças e desigualdades da ordem vigente têm sido denunciadas por nós como fatores de grande preocupação e, apesar do sentido dramático que, em muitos casos, essa realidade adquire para os países em desenvolvimento, continuam as nações mais avançadas a demonstrar falta de compreensão e vontade política para encaminhar o problema adequadamente.

Temos consciência de que na Nigéria, como em quase toda a África, os efeitos da conjuntura econômica internacional, agravados por problemas estruturais crônicos, têm sido particularmente adversos. No entanto, este país demonstra hoje a determinação e a perseverança de promover a estabilidade econômica e social, através de corajosas medidas de saneamento. O Brasil, que também vem colocando em prática um amplo programa de reformas em sua economia, solidariza-se com o povo nigeriano nesses esforços.

Acreditamos, por outro lado, que a intensificação e a diversificação de nossos laços econômicos e comerciais representam um meio efetivo de ajudar a contornar as dificuldades que nos afetam. Nesse sentido, Senhor Ministro, creio que podemos nos congratular pelo fato de estarmos conseguindo manter em níveis expressivos o intercâmbio econômico-comercial entre nossos países.

As trocas entre o Brasil e a Nigéria, bastante reduzidas uma década atrás, vêm alcançando gradativamente valores mais elevados, graças, sobretudo, à decisão brasileira de direcionar para este país parte substancial de nossas importações de petróleo. Por sua vez, a Nigéria passou a adquirir no Brasil quantidades crescentes de bens e serviços necessários ao seu desenvolvimento. Essa ampliação do intercâmbio contribuiu para que a Nigéria se tornasse o maior parceiro comercial do Brasil na África e, em 1985, o terceiro em todo o mundo.

Esse resultado também reflete a importância que adquiriu a participação do mercado africano no comércio exterior brasileiro. Nosso intercâmbio global com a África tem crescido a taxas mais altas do que a média do comércio com o resto do mundo, havendo chegado, em 1985, a equiparar-se pela primeira vez, ao valor das trocas brasileiras com os países latino-americanos.

Paralelamente, verificamos, com satisfação, que a cooperação técnica entre o Brasil e a Nigéria, estimulada pelas afinidades que ligam os dois países, bem como por diversos acordos bilaterais, tem-se desenvolvido de forma positiva. É nosso desejo incrementar ainda mais essa cooperação e, para tanto, estimo de grande importância os mecanismos acordados há pouco entre o Governo brasileiro e o PNUD, os quais deverão certamente contribuir, de modo pragmático e eficaz, para o êxito das atividades e dos projetos realizados com as nações africanas seja na área de cooperação técnica, seja na área da formação de recursos humanos.

De um modo geral, o balanço das iniciativas de colaboração já implementadas com este continente não deixa de ser favorável. Basta lembrar o número de estudantes africanos que freqüentam hoje universidades brasileiras — aproximadamente quinhentos — sem contar os estagiários inscritos em cursos de treinamento em instituições técnicas.

O caráter dinâmico e promissor do relacio-

namento entre o Brasil e a Nigéria é motivo de grande satisfação para meu Governo, sempre disposto a explorar todos os esquemas e fórmulas possíveis de cooperação, em benefício recíproco dos dois países.

É minha firme convicção, Senhor Ministro, de que, a exemplo do que temos feito até agora, saberemos transformar em realidades práticas o desejo comum que nos anima no

sentido do constante aprimoramento de nossos vínculos.

Ao reiterar meus agradecimentos sinceros pela amabilidade com que fomos acolhidos neste país, peço a todos os presentes que agora brindem comigo pela saúde e felicidade pessoais do Presidente Ibrahim Babangida e de Vossa Excelência, pelo contínuo fortalecimento das relações entre o Brasil e a Nigéria e por um futuro de crescente prosperidade para este grande povo.

comunicado conjunto brasil-nigéria

Comunicado Conjunto Brasil-Nigéria, assinado em Lagos, em 27 de novembro de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, A. Bolaji Akinyemi.

A convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, Professor A. B. Akinyemi, Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, o Dr. Roberto de Abreu Sodré, realizou visita oficial à Nigéria de 25 a 27 de novembro de 1986.

Além de manter conversações bilaterais com Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Professor A. B. Akinyemi, o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Dr. Roberto de Abreu Sodré, foi também recebido em audiência por Sua Excelência o Presidente e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da República Federal da Nigéria, General-de-Divisão Ibrahim Badamasi Babangida. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil também manteve conversações com Suas Excelências, o Ministro dos Transportes e Aviação, Brigadeiro Jeremiah Useni, o Ministro do Planejamento Nacional, Dr. Kalu Idika Kalu, e o Ministro de Recursos Petrolíferos, Alhaji Rilwanu Lukman.

As conversações, que se desenrolaram em atmosfera cordial e amistosa, contaram com a participação do lado brasileiro:

1. Sua Excelência
Dr. Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil
2. Sua Excelência
Embaixador Fernando Abbott Galvão
Embaixador do Brasil na Nigéria
3. Sr. Luiz Villarinho Pedroso
Ministro, chefe do Departamento de Promoção Comercial
4. Sr. Marco Cesar Naslausky
Ministro, chefe do Departamento de Cooperação Técnica
5. Sr. Carlos Luiz Coutinho Perez
Ministro, chefe do Departamento da África
6. Sr. Renato Prado Guimarães
Ministro, gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
7. Sr. Roberto Krause
Conselheiro, gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
8. Sr. Jorio Salgado Gama Filho
Conselheiro, chefe da Divisão de Operações Comerciais
9. Sr. Luiz Antonio Fachini Gomes
Primeiro Secretário, Departamento da África

10. Sr. Luiz Francisco P. Braconnot
Primeiro Secretário, chefe da Divisão da
África - I

Do lado Nigeriano:

1. Hon. Ministro dos Negócios Estrangeiros
Professor A. B. Akinyemi
2. Secretário Permanente do Ministério
dos Negócios Estrangeiros,
Embaixador Hamzat Ahmadu
3. Diretor-Geral dos Negócios da África
Embaixador B. A. T. Balewa
4. Diretor-Geral — Departamento de Coope-
ração Econômica Internacional
Embaixador P. Afolabi
5. Diretor-Geral — Departamento da Previ-
dência Consular e Legal
Embaixador N. Mohammed
6. Diretor-Geral — Regiões
Embaixador P. Onu
7. Diretor — Departamento dos Assuntos
das Américas e Caribe
Embaixador J. E. U. Ekong
8. Assistente Especial do H.M.E.A.
Dr. T.'A. Aribisala
9. Diretor-Agente — Gabinete de Sua Ex-
celência o Ministro
Sr. L. O. Oyelakin
10. Diretor-Agente — Departamento de Pla-
nejamento Político
Sr. T. O. Apatá

Ambos os ministros passaram em revista as relações entre os dois países e intercambiaram pontos de vista sobre as possibilidades de fortalecê-las e expandi-las. Observaram, com satisfação, que as relações vêm se desenvolvendo de forma mutuamente benéfica e que existem condições para que as mesmas se desenvolvam mais ainda, em todas as áreas, de acordo com os princípios de igualdade. Nesse sentido, ambas as partes acentuaram a necessidade de que sejam adotadas medidas concertadas, tendo como objetivo a expansão harmônica da coopera-

ção entre os dois países em todos os campos de interesse comum.

As duas partes manifestaram grande interesse em expandir e diversificar o comércio brasileiro e nigeriano, da mesma forma que a cooperação técnica e econômica a longo prazo. Declararam estar dispostos a explorar novas áreas de cooperação bilateral, especialmente os campos da agricultura, desenvolvimento agroindustrial, tecnologia petrolífera, particularmente na área da prospecção e extração "offshore" em águas profundas, tecnologia de telecomunicações, desenvolvimento hoteleiro e de turismo, fontes energéticas alternativas, energia hidrelétrica, transportes e aviação. Com vistas a estabelecer a cooperação nesses campos, ambas as partes concordaram em envidar esforços para o estabelecimento de "joint venture" e programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento.

Ambas as partes também enfatizaram a importância de reuniões entre representantes de alto nível dos dois países para consolidação e desenvolvimento dos laços bilaterais. Manifestaram o desejo de continuar e intensificar tais reuniões e concordaram que a próxima reunião da comissão mista de coordenação deveria ser realizada no mais breve prazo possível.

Os dois ministros manifestaram sua satisfação com os resultados positivos do programa de intercâmbio cultural brasileiro-nigeriano, salientando o programa de intercâmbio estudantil.

As duas partes manifestaram sua preocupação com respeito à deterioração da situação internacional e à séria ameaça à paz e à segurança internacionais que essa tendência prenuncia. Observaram que as causas subjacentes dessa situação residem no conflito de interesses, na rivalidade entre os grandes blocos e na conseqüente corrida armamentista, na interferência nos assuntos internos de terceiros países e nas diferenças crescentes entre o Norte e o Sul.

O Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria manifestaram profunda preocupação com respeito à corrida armamentista que permanece sem solução, acarretando assim uma ameaça direta à paz e à segurança mundiais. As duas partes manifestaram, desta forma, a necessidade urgente de se continuar negociações para reduzir os armamentos nucleares sob controle internacional efetivo, a despeito do resultado inconclusivo da cimeira de Reykjavik. Enfatizaram a importância da transferência de parte dos recursos atualmente adjudicados a armamentos para áreas de desenvolvimento econômico e social, especialmente nos países em desenvolvimento.

Salientaram a necessidade de uma ação urgente da comunidade internacional com vistas a eliminar as causas da atual situação negativa e a tratar efetivamente dos problemas políticos e econômicos internacionais. A esse respeito, reafirmaram seu compromisso para com os princípios consagrados na carta da Organização das Nações Unidas, especialmente em relação àqueles que se referem à independência, soberania e igualdade dos Estados, à não-interferência dos assuntos internos dos Estados e a autodeterminação dos povos.

Referindo-se à iniciativa nigeriana de convocar uma reunião para discutir o conceito de um agrupamento de potências médias em futuro próximo, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil confirmou a decisão do seu país de participar daquela conferência.

Quanto à situação na África Austral, os dois ministros condenaram energicamente a continuação da ocupação ilegal continuada da Namíbia pela África do Sul, em desrespeito frontal às decisões do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral das Nações Unidas, bem como à opinião consultiva da corte internacional de justiça. A esse respeito, reiteraram enfaticamente seu apoio ao

povo da Namíbia em sua justa luta pela independência total, sob a liderança da SWAPO, a única e autêntica representação do povo namibiano, tal como reconhecida tanto pelas Nações Unidas como pela Organização dos Estados Africanos. Recordaram seu apoio resolutivo à implementação imediata da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Namíbia e sua oposição a quaisquer soluções neo-colonialistas impostas ao povo da Namíbia. Concordaram em que há necessidade de a comunidade internacional adotar medidas efetivas para implementar o plano das Nações Unidas sobre a Namíbia e para assegurar sua independência imediata.

Ambos os ministros condenaram, sem reservas, o **apartheid** como um sistema cruel, injusto e inaceitável de segregação e discriminação raciais, declarado como crime contra a humanidade pelas Nações Unidas. Observaram que a existência contínua do **apartheid** é uma ameaça para a paz e a segurança internacionais, tendo deixado de ser um assunto interno da África do Sul, ou mesmo uma preocupação dos países africanos, para se transformar num assunto de preocupação universal. Quanto ao método de eliminação do **apartheid**, a parte nigeriana acentuou que o completo isolamento da África do Sul racista é o meio mais efetivo para se erradicar aquele sistema. A parte brasileira tomou nota da posição nigeriana.

Consideraram igualmente que os reiterados esforços do governo racista da África do Sul para desestabilizar os seus vizinhos através de agressão aberta ou dissimulada era uma das causas principais da instabilidade e insegurança na sub-região da África Austral. Concomitantemente, manifestaram sua solidariedade para com os estados da linha de frente.

Os dois ministros manifestaram, neste contexto, sua solidariedade para com o povo de Moçambique no difícil período que atravessa, após a trágica morte do Presiden-

te Samora Machel. Reafirmaram sua solidariedade com Moçambique.

Sobre o problema do Chade, os dois ministros concordaram que uma solução política para a prolongada guerra civil naquele país deveria ser adotada o mais breve possível, em conformidade com as decisões da Organização de Unidade Africana, as quais respeitam totalmente a independência e a integridade territorial daquele país, bem como o direito de seu povo de solucionar seus próprios problemas.

No que diz respeito à situação no Oriente Médio, as duas partes manifestaram a certeza de que uma paz justa e duradoura na região só poderá se realizar através da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados e do exercício pelo povo palestino de seus direitos inalienáveis de auto-determinação e de estabelecimento de seu próprio estado. Ambas as partes reconheceram, além disso, o direito de todos os estados na região de viver em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Reafirmaram seu apoio à OLP como legítima representante do povo palestino e acentuaram a necessidade de que os palestinos participem, em igualdade de condições, na busca de uma solução justa e permanente.

Em relação à América Central, os dois ministros concordaram que todas as facções envolvidas no atual conflito deveriam renunciar, no mais breve prazo possível, ao uso da força na solução de suas divergências e deveriam se ater estreitamente aos princípios internacionalmente estabelecidos de não-ingerência e de não-intervenção nos assuntos internos de Estados soberanos. Com relação a isto, ambas as partes expressaram sua satisfação com os esforços diplomáticos atualmente sendo enviados pelos Estados-membros do grupo de Contadora.

Ambas as partes observaram, com grande satisfação, o apoio maciço da comunidade internacional à resolução sobre o estabelecimento do Atlântico Sul como uma

zona de paz e cooperação, tal como adotada na XLI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Manifestaram a opinião de que a expressiva maioria que aprovou a resolução reflete o grande desejo dos Estados-membros daquela organização de paz, segurança e cooperação. Observaram, igualmente, com satisfação, que todas as nações do Atlântico Sul haviam hipotecado seu apoio firme e total à iniciativa e concordaram em que a resolução será da mais alta importância para a promoção da cooperação mutuamente benéfica entre os países da região.

Os dois ministros passaram em revista a atual situação econômica internacional. Concordaram em que o malogro na correção dos desequilíbrios e desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento era uma das causas principais para a continuação do aumento da distância entre nações ricas e pobres. Observaram com pesar e preocupação a ausência de progresso na eliminação desses desequilíbrios e desigualdades. A esse respeito, ambas as partes enfatizaram a importância da cooperação Sul-Sul e do fortalecimento da confiança coletiva entre os países em desenvolvimento, como constituindo um fator importante nos esforços para a execução de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

Com referência à dívida externa, ambos os ministros concordaram que uma solução para o problema não poderá ser alcançada sem o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Os programas de reajustamento e de serviços destinados à solução destes problemas deveriam levar em consideração a situação interna e os interesses de cada país específico.

Ambos os ministros enfatizaram que apenas a liberação do comércio internacional e a abertura de novas oportunidades comerciais nos mercados dos países desenvolvidos para produtos e serviços de países em desenvolvimento poderiam criar as condições ideais para a reestruturação econômica

e financeira dos países em desenvolvimento com consequências globais positivas.

Os dois lados observaram com preocupação que a atual estrutura de preços para os produtos primários exportados pelos países em desenvolvimentos lhes é desfavorável e concordaram em trabalhar conjuntamente para obter preços justos e eqüitativos para os produtos primários exportados pelos países em desenvolvimento.

Com relação à cooperação bilateral, os dois lados registraram com satisfação os resultados positivos alcançados nas manobras navais conjuntas realizadas no litoral nigeriano em 1986. Concordou-se também em que a troca de visitas entre delegações militares ocorridas durante este ano foram altamente benéficas e que sua continuação e intensificação deveriam ser encorajadas num futuro próximo, com vistas a identificar áreas novas e específicas de cooperação.

Os dois lados enfatizaram a necessidade de se continuar as discussões através de setores competentes dos dois Governos, com vistas a estabelecer adidâncias de defesa em suas respectivas embaixadas em ocasião de conveniência mútua.

As perspectivas de cooperação comercial, econômica e financeira foram cuidadosamente examinadas. Os dois ministros observaram com satisfação que o sistema de **countertrade** adotado pelos dois países incrementou consideravelmente o volume de comércio entre eles e ressaltaram os potenciais existentes para a expansão de relações comerciais bilaterais mutuamente benéficas entre a Nigéria e o Brasil. Concordaram, também que as atuais compras de óleo bruto nigeriano pela Petrobrás são um testemunho da vontade dos dois países de aumentar as áreas de comércio bilateral entre eles.

Os dois lados concordaram em dar novo ímpeto à já ampla cooperação técnica existente entre os dois países. Neste contexto, enfatizaram que entre outros programas, o projeto de treinamento profissional entre o ITF e o SENAI deveria ser plenamente explorado com o fito de alcançar os objetivos desejados.

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria expressaram sua satisfação com os resultados positivos e proveitosos da visita e concordaram em que ela demonstrava a determinação de ambos os lados para expandir e consolidar o relacionamento amigável entre os dois países.

O Dr. Roberto de Abreu Sodré manifestou ao seu anfitrião e ao Governo e povo nigerianos sua gratidão pela hospitalidade cordial estendida a ele e a sua delegação.

Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Dr. Roberto de Abreu Sodré, convidou Sua Excelência o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, Professor A. B. Akinyemi, a visitar oficialmente o Brasil. O convite foi aceito em princípio, e os detalhes seriam acertados através dos canais diplomáticos.

Feito em Lagos, em 27 de novembro de 1986.

Dr. Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Professor A. B. Akinyemi

Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria

abreu sodré, em iaundé: fortalecer e diversificar a cooperação entre brasil e camarões

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Iaundé, em 27 de novembro de 1986, por ocasião de jantar oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Camarões, William Eteki Mboumoua.

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Vossa Excelência acaba de nos honrar com uma saudação que excede a cortesia e realça o clima afetivo deste encontro. Suas palavras, por tudo quanto representam como expressão de simpatia e amizade pelo Brasil, muito nos comoveram.

Sentimos nesta acolhida toda a cordialidade, a fidalguia e o calor humano que tão bem distinguem o povo camaronês. Estendo, pois, a Vossa Excelência meus profundos agradecimentos pelas atenções e delicadezas que eu e minha comitiva temos recebido neste país irmão da África.

É para mim uma satisfação muito especial visitar a República dos Camarões e ter a oportunidade de dialogar com as autoridades de seu Governo. Alegro-me, sinceramente, ser protagonista de acontecimentos que marcam a evolução positiva de nossas relações bilaterais e que, desta feita, adquiram conotação inédita com a celebração da Primeira Reunião da Comissão Mista entre os dois países.

Esta é a segunda vez que um Ministro das Relações Exteriores do Brasil é recebido nos Camarões. Reafirma-se, assim, com novas dimensões e perspectivas, o nível expressivo dos contatos entre nossos Governos, sempre mantidos dentro de um perfeito espírito de confiança e entendimento.

A intensificação e o progresso de nossos vínculos também ficaram patentes nas visi-

tas, este ano, de três Ministros camaroneses ao Brasil. Do mesmo modo, quando o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil veio à República dos Camarões, em abril último, esse relacionamento tornou a evidenciar seu dinamismo.

O interesse recíproco de fortalecer e diversificar a cooperação e de aprofundar a convergência de pontos de vista no cenário internacional constitui a base fundamental de nossos esforços e iniciativas de aproximação. Estimamos, por outra parte, que a complementaridade de nossas economias abre um campo praticamente inesgotável para a identificação de fórmulas mutuamente benéficas para a ampliação do comércio.

Acreditamos, por outra parte, que, em razão da semelhança de condições geo-econômicas e sócio-culturais no Brasil e na África, nossa colaboração em projetos de desenvolvimento neste país possa revelar-se útil.

As iniciativas de cooperação com outras nações africanas vêm tendo resultados importantes e vantajosas, nisso se destacando em particular o aumento verificado no comércio de bens e serviços.

O Brasil e a África mantêm hoje um intercâmbio altamente dinâmico, que alcançou, no ano passado, a cifra recorde de três bilhões e seiscentos e cinquenta milhões de dólares, equivalente ao valor das trocas globais com nossos parceiros da América Latina.

Iniciativas de cooperação técnica e forma-

ção de recursos humanos revestem-se, igualmente, de grande importância no relacionamento Brasil-África. Devo assinalar, a esse respeito, o impulso que seguramente terão essas iniciativas a partir dos entendimentos que o Brasil concluiu recentemente com o PNUD. Outro dado a realçar é que aproximadamente quinhentos estudantes africanos são acolhidos por universidades de meu país — dos quais cerca de duzentos bolsistas integrais do Governo. Numerosos também são os estagiários africanos que freqüentam cursos de treinamento e especialização em entidades técnicas brasileiras.

Senhor Ministro,

O prazer de encontrar-me na República dos Camarões se justifica pela oportunidade que tenho de apreciar as belezas e singularidades desta Nação e, ao mesmo tempo, testemunhar as conquistas e realizações de seu povo.

Como se diz, os Camarões são uma síntese da África subsaariana. Síntese pela diversidade de climas e paisagens. Síntese pela variedade de etnias, línguas, religiões e costumes. E o que sobressai de mais admirável neste cenário é o convívio pacífico e harmonioso entre todos os grupos humanos.

A unidade dentro do pluralismo é um traço marcante neste país.

Essa unidade se fortaleceu com a independência alcançada, há vinte e seis anos, em ambiente exemplar de paz e conciliação. Hoje, a República dos Camarões continua a enfrentar seus desafios com determinação, responsabilidades e os esforços solidários de seu povo, atenta a que — e cito sábias e ainda atuais e oportunas palavras do ato de proclamação solene da independência — “a independência, como a liberdade, é um bem que se conquista e se reconquista a cada dia e ninguém é demais para defendê-la, fortalecê-la e preservá-la com todas as suas energias e com toda a sua alma”.

Os Camarões se destacam por sua estabilidade social e econômica, o que lhes assegura horizontes promissores tanto no plano interno quanto em sua ação internacional. De forma construtiva e equilibrada, este país participa da busca de soluções duradouras para os diversos problemas regionais e mundiais, desempenhando papel que transcende os limites do continente africano e vem tornando sua voz internacionalmente respeitada.

O Brasil, Senhor Ministro, se identifica fortemente com este país, não só pela nossa herança africana como também porque compartilhamos valores e aspirações particularmente enraizados na história e na vida do povo camaronês. Em nosso território abrigamos também povos de distintas raças e origens, que lá vivem como irmãos, construindo, pelo trabalho de incontáveis gerações, uma nação estável e democrática.

Deste continente recebemos a influência de fatores humanos que contribuíram fortemente para a formação do povo brasileiro.

Não é por isso de estranhar que nós, brasileiros, tanto quanto os camaroneses e demais povos da África, condenamos e repudiamos com veemência a manutenção do sistema racista do *apartheid* na África do Sul, assim como a persistência do colonialismo na ocupação ilegal da Namíbia. De um lado, são situações incompreensíveis e absurdas — dado o seu caráter anacrônico e irracional; de outro, são fenômenos extremamente injustos e cruéis — porquanto representam violência, terror e desrespeito aos mais sagrados direitos do homem e à sua dignidade.

O Brasil considera que a escalada de tensão na África Austral há muito deixou de ser problema apenas das facções envolvidas, ou mesmo exclusivamente africano, tendo-se tornado uma preocupação de toda a humanidade.

Preocupado com o agravamento dos conflitos

tos internacionais, em consonância com os anseios e aspirações dos países em desenvolvimento que fazem parte do Atlântico Sul, é que o Governo brasileiro, ao lado de várias nações da África e da América Latina, engajou-se numa iniciativa de longo alcance e, até agora, de resultados encorajadores. Refiro-me à resolução aprovada recentemente por consagrada maioria na Assembleia Geral das Nações Unidas, declarando o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação.

Estamos conscientes da importância de que essa região seja mantida a salvo das tensões internacionais, da corrida armamentista e de iniciativas de nuclearização.

Não posso deixar de reiterar o reconhecimento do Governo brasileiro pelo apoio de-

cidido que os Camarões emprestaram à iniciativa, contribuindo para seu êxito expressivo.

Este é um exemplo claro da profunda identidade de interesses e posições que nos une no cenário internacional e que se inscreve num quadro mais amplo de aproximação entre os países africanos e latino-americanos. Estou certo de que, doravante, tenderá a acentuar-se ainda mais essa aproximação.

Agradecendo novamente a hospitalidade fraterna que nos é dispensada, e reafirmando minha confiança na cooperação entre o Brasil e a República dos Camarões, ergo um brinde — e convido todos os presentes a também fazê-lo à saúde e à felicidade do Presidente Paul Biya e de Vossa Excelência, bem como a um futuro de crescente prosperidade e bem-estar para este povo irmão.

comunicado conjunto brasil-camarões

Comunicado Conjunto Brasil-Camarões, assinado, em laundé, em 29 de novembro de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Ministro dos Assuntos Estrangeiros daquele País, William Eteki Mboumoua.

La première session de la Commission Mixte Cameroun/Brésil s'est tenue à Yaoundé du 27 au 29 Novembre 1986, sous la présidence conjointe de S.E.M. William Eteki Mboumoua, Ministre camerounais des Affaires Etrangères et de S.E.M. Roberto de Abreu Sodré, Ministre brésilien des Relations Extérieures.

Les travaux se sont déroulés dans une atmosphère empreinte de franchise, de cordialité et de parfaite compréhension qui caractérise les bonnes relations de coopération entre les deux pays.

Par ailleurs, les deux délégations ont procédé à l'examen des relations politiques aussi bien bilatérales que multilatérales.

Sur le plan bilatéral, les deux délégations ont exprimé leur satisfaction de voir se resserrer le dialogue entre les deux pays comme en témoignent les nombreuses visites effectuées par les autorités camerounaises au Brésil et les autorités brésiliennes au Cameroun.

Sur le plan multilatéral, les deux délégations ont réaffirmé leur commun attachement à la paix, à la non utilisation de la technologie nucléaire à des fins militaires, leur attachement à la recherche de justes solutions aux conflits du Moyen Orient et d'Amérique Centrale, leur condamnation de la politique d'apartheid pratiquée par le régime raciste sud-africain et la nécessité pour tous les Etats conscients de leurs

responsabilités internationales et attachés aux idéaux de justice et de paix, d'imposer des sanctions effectives contre ce régime, et enfin elles ont réaffirmé leur adhésion à la résolution 435 du Conseil de Sécurité des Nations-Unies pour l'indépendance immédiate et inconditionnelle de la Namibie.

La délégation brésilienne a tenu à remercier le Gouvernement camerounais pour son appui à la création de la zone de paix et de coopération de l'Atlantique Sud.

Les deux délégations ont en outre réitéré leur détermination à oeuvrer ensemble pour le renforcement de la coopération sud-sud, en vue de favoriser l'instauration d'un nouvel ordre économique international, et ont manifesté leur préoccupation devant la persistance des pratiques protectionnistes dans les pays du Nord et la désorganisation continue des marchés des produits de base.

Elles ont exprimé leur conviction que le problème de la dette ne devrait plus être perçu sous le seul angle financier mais devrait également tenir compte de la dimension sociale et politique des pays endettés.

La délégation brésilienne a réaffirmé son soutien aux mesures économiques proposées lors de la session extraordinaire de l'Assemblée Générale des Nations Unies sur la situation économique critique de l'Afrique.

Les deux délégations ont également eu à examiner les problèmes relevant des domaines culturel et sportif ainsi que ceux relatifs à la coopération technique, économique et commerciale.

S'agissant de la coopération culturelle et sportive, les deux délégations sont convenues d'intensifier les échanges culturels bilatéraux notamment par la négociation d'un accord sur les équivalences des diplômes; la formation et le perfectionnement d'encadreurs sportifs dans les institutions de formation brésiennes.

En ce qui concerne la coopération technique, économique et commerciale, les deux délégations après un échange de vues fructueux sur les conditions de mise en oeuvre de la coopération entre les deux pays, ont relevé le caractère peu complémentaire des deux économies ainsi que la nature concurrente des produits susceptibles d'être échangés. Il a donc été proposé que la coopération bilatérale soit envisagée de manière intégrée à la fois sur les plans économique et technique et qu'elle puisse se développer dans les domaines du transfert de technologie et la prestation des services.

Elles ont de ce fait décidé de renforcer leur coopération dans les secteurs des travaux publics, des transports et de la formation professionnelle et universitaire.

La partie brésilienne s'est félicitée de l'état des négociations entre différentes entreprises brésiennes et le gouvernement camerounais dans les secteurs routier et agricole.

Sur les plans industriel et commercial, les deux délégations ont reconnu la nécessité de rechercher les voies et moyens susceptibles de faciliter le développement des échanges commerciaux dans l'intérêt des deux pays notamment en mettant un accent particulier sur la promotion des projets de "joint-ventures". C'est ainsi qu'elles se sont félicitées de la création récente de la première association entre partenaires brésiliens et camerounais.

Enfin elles ont signé un mémoire d'entente entre les Gouvernements de la République Fédérative du Brésil et la République du Cameroun portant règlement intérieur de la Commission Mixte brésilo-camerounaise.

La délégation brésilienne a tenu à remercier la délégation camerounaise pour l'accueil particulièrement chaleureux qui lui a été réservé durant son séjour au Cameroun. Il a été convenu que la deuxième session de la Commission Mixte Brésil/Cameroun se tien-

drait à Brasilia en 1988 à une date qui sera
fixée ultérieurement d'accord parties par
voie diplomatique.

Fait à Yaoundé, le 29 Novembre 1986

Le Chef de la Delegation camerounaise,
William Eteki Mboumoua

Le Chef de la Delegation bresilienne,
Roberto de Abreu Sodré

revistas africanas publicam suplemento especial sobre o brasil

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, que integrou Suplemento Especial sobre o Brasil, publicado nas edições de novembro de 1986 das revistas Jeune Afrique, African Business e África Hoje.

Ao definir as linhas mestras da política externa brasileira, no início do corrente ano, o Presidente José Sarney considerou prioritária a intensificação das relações com o continente africano. Essa prioridade decorre das inúmeras afinidades de caráter étnico e cultural, histórico e geográfico entre o Brasil e a África, bem como da ampla convergência de interesses políticos e econômicos existentes entre nossos países em desenvolvimento e a freqüente coincidência de opiniões a respeito dos principais problemas internacionais. Atende, por outro lado, aos anseios de segmentos cada vez maiores da sociedade brasileira de acelerar o processo de aproximação com a África.

Para o Brasil, a África constitui, em realidade, a fronteira oriental, pois o oceano Atlântico, esse espaço aberto ao intercâmbio entre as duas margens, antes nos une do que nos separa. De fato, as distâncias geográficas — e por que não dizer? — também culturais entre vários países do Nordeste brasileiro são menores em relação a certas áreas da costa ocidental africana do que ao extremo-sul brasileiro ou ao oeste da Amazônia.

O relacionamento Brasil-África, apesar dos inúmeros obstáculos que se colocaram ao

seu desenvolvimento, está hoje irreversivelmente consolidado, refletindo a firme vontade política de nossos respectivos povos e governos. O intercâmbio comercial, por exemplo, deu provas de um dinamismo espetacular nos últimos anos, crescendo a taxas muito superiores à média do aumento do comércio exterior global brasileiro. Em quinze anos, de 1970 a 1985, o volume desse intercâmbio passou de US\$ 130 milhões para mais de US\$ 3,4 bilhões. Esta cifra ultrapassou, por exemplo, o volume de comércio brasileiro com a América do Sul que, em 1985, alcançou US\$ 3,27 bilhões. Diversas empresas brasileiras instalaram-se na África; foram criadas linhas aéreas e de navegação regulares para o continente vizinho.

Através de fórmulas criativas e compensatórias, os brasileiros e os africanos, auxiliados pelas similaridades das condições geoclimáticas e dos recursos humanos, têm sabido vencer as dificuldades decorrentes da crise que afeta os países em desenvolvimento. Talvez o Brasil signifique, para seus parceiros africanos, exemplo de um país tropical que "deu certo", um país cujas taxas de crescimento econômico, especialmente no setor industrial e de serviços, desfazem velhos preconceitos de que a civilização seria

inviável nos trópicos. Assim, a própria experiência brasileira de superação das condições adversas do subdesenvolvimento passou a ser valorizada pelas jovens nações africanas que desejavam diversificar a cooperação com o resto do mundo.

Iniciada em meados da década de 70, a cooperação entre o Brasil e a África desenvolveu-se sobretudo em áreas consideradas prioritárias para os africanos, como a agricultura e a educação, e foi obviamente mais intensa com os países de língua portuguesa. Essa cooperação, desprovida de intenções hegemônicas, pôde logo ser encarada como alternativa para atenuar eventuais vulnerabilidades dos países africanos recém-independentes.

A presença de uma abrangente rede diplomática, constituída atualmente de 22 Embaixadas residentes no continente africano, atesta o interesse que tem o Governo brasileiro de aprofundar um relacionamento tão promissor. Permite-nos, ainda, conhecer mais amplamente a complexa realidade africana, seus problemas e as respectivas soluções visualizadas e experimentadas por seus povos e governos, tanto no âmbito nacional como regional. Apoiamos, assim, as iniciativas de cooperação regional através de organizações como o CEDEAO, o PTA e a SADCC. Com relação a esta última, aliás, o Brasil tem participado ativamente de suas reuniões anuais, como parceiro interessado no seu desenvolvimento.

Outras demonstrações inequívocas do interesse mútuo em consolidar as relações bilaterais entre o Brasil e os países africanos residem na ampla teia de acordos existentes e na intensa troca de visitas entre autoridades e delegações de nossos países, nos mais variados níveis. Desde 1975, oito Chefes de Estado africanos visitaram oficialmente o Brasil. Em 1983, o então Presidente João Figueiredo visitou cinco países africanos e, em maio do corrente ano, o Presidente Sarney visitou Cabo Verde.

A realização desta visita oficial a Cabo Verde, país com o qual o Brasil se identifica profundamente, representou oportunidade para tornar mais explícitas as posições do Brasil com relação ao continente africano. O Presidente José Sarney expressou o grande interesse brasileiro de consolidar um denso relacionamento político e econômico, de reforçar a cooperação em bases igualitárias, francas e mutuamente vantajosas. Manifestou esperanças de canalizar para as relações bilaterais com a África os resultados promissores da reconquista democrática e da retomada do crescimento econômico do Brasil.

A ampliação da presença da África na nova diplomacia brasileira; evidenciada pela visita presidencial a Cabo Verde e pela participação brasileira na Assembléia Especial das Nações Unidas sobre a Situação Econômica Crítica da África, em maio último, vê-se também reforçada pela proposta que o Brasil acaba de formular de criação de uma "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul". Em nossos freqüentes contatos com os países africanos, detectamos o grande interesse que sempre manifestaram em manter essa área livre de tensões derivadas de conflitos alheios à região, assim como em assegurar que esse oceano servisse apenas aos propósitos de consolidar, ampliar e diversificar a proveitosa teia de interesses mútuos que ali pudemos desenvolver nos últimos anos. Visitarei, então, os dois principais parceiros comerciais do Brasil, Nigéria e Angola, com os quais temos importantes vínculos étnicos e tradicionais laços de cooperação, e também dois outros países, Camarões e Zimbábue, cuja aproximação com o Brasil, relativamente recente, revela um potencial de intercâmbio ainda muito pouco explorado. Ultimamente, porém, verificamos um legítimo interesse recíproco de aprofundar os vínculos com os Camarões e Zimbábue, países que se destacam por dinâmica atuação no contexto regional em termos políticos e econômicos.

A longo prazo, nosso objetivo é estabelecer

com a totalidade do continente africano um relacionamento perene e mutuamente benéfico ao maior desenvolvimento de nossos países. Creio que para isso convergem os interesses dos dois lados do Atlântico. Caminhar junto com a África é decisivo para um país cuja construção só foi possível

graças à inestimável contribuição dos enormes contingentes populacionais africanos que para cá vieram.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

reunião do conselho nacional de informática (conin)

Notas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, para a Reunião do Conselho Nacional de Informática (CONIN), realizada em Brasília, em 22 de dezembro de 1986.

Sob a orientação direta do Senhor Presidente da República e em estreita coordenação com os demais órgãos da administração brasileira ligados ao tema de informática, o Itamaraty manifestou desde o início ao lado norte-americano sua preocupação de que esse tema fosse situado no quadro mais amplo das relações entre os dois países. Essa maneira de ver a questão foi explicitada com bastante clareza ao Subsecretário de Estado norte-americano Whitehead, durante sua visita ao Brasil em maio de 1986. Com efeito, nas conversações que mantive com essa autoridade norte-americana frisei que a premissa básica para diálogo que pudéssemos manter sobre o assunto, seria a consciência pelo lado norte-americano da intocabilidade da Lei de informática brasileira. Deixei-lhe claro que essa Lei era a expressão de um direito inalienável do país, fundamentado em sua própria soberania.

Dando-lhe um tratamento político, procurei, ousar dizer com êxito, esvaziar o clima de emocionalismo criado em torno do assunto. Manifestei ao Subsecretário Whitehead nossa insatisfação com versões sobre possíveis ameaças que pairavam sobre o la-

do brasileiro caso não considerássemos os interesses norte-americanos. A resposta do Subsecretário Norte-americano a essa minha colocação é conhecida. Concordou ele em que deveríamos dar um tratamento objetivo a esse tópico das relações bilaterais, de maneira que o mesmo não se transformasse num irritante em prejuízo do conjunto daquelas relações.

Posteriormente, em encontro que mantive com o Secretário de Estado Schultz em Nova Iorque, ao ensejo de uma conferência extraordinária das Nações Unidas, reiterei-lhe as posições brasileiras a respeito. A exemplo do Subsecretário Whitehead, o Secretário Schultz concordou igualmente com minha maneira de situar essa questão no contexto das relações bilaterais.

Creio que os entendimentos de natureza marcadamente política que mantive com as referidas autoridades norte-americanas criaram um espaço e de certa forma lançaram as bases para as conversações realizadas a seguir, a cargo, do lado brasileiro do Secretário Geral do Itamaraty, Embaixador Pau-

lo Tarso Flecha de Lima e, do lado norte-americano, o USTR, Clayton Yeutter.

Como os Senhores sabem, foram então mantidos quatro encontros com o lado norte-americano. Dois deles em Paris, um no Rio de Janeiro e por último, agora em dezembro, em Bruxelas. No primeiro encontro da série o lado brasileiro explicou em pormenor a lei e a política brasileira de informática. Foi igualmente assinalado que a lei brasileira ao contrário de restringir a participação no mercado brasileiro por parte de fornecedores estrangeiros, tinha fomentado essa participação. De fato, as exportações norte-americanas de produtos de informática haviam crescido mais do que outros segmentos do comércio bilateral. E os Estados Unidos mantinham-se como nosso principal parceiro comercial no campo da informática.

As conversações mantidas nos dois encontros subseqüentes foram centradas no exame de documento apresentado pelo lado norte-americano, de natureza conceitual e contemplando 26 itens individuais sobre pontos específicos de interesse dos EUA.

Cabe observar que ao longo desses encontros foram ultrapassados os prazos fixados pela lei interna norte-americana. Com efeito passou-se o marco no dia 16 de setembro, fixado para o aconselhamento do Presidente norte-americano pelo Embaixador Yeutter. Manteve-se também praticamente em aberto a recomendação final do USTR até o próprio dia 6 de outubro, data limite para a decisão presidencial. Como sabemos, naquele dia 6, o Presidente Reagan estendeu até o dia 31 de dezembro o limite para uma decisão.

O comportamento do executivo norte-americano, ao modificar os prazos para suas decisões no âmbito da lei norte-americana, revelou, assim, de maneira objetiva que a colocação do problema em termos políticos feita junto ao Subsecretário Whitehead e o Secretário Schultz havia prosperado,

criando o espaço necessário para um diálogo equilibrado entre os dois países.

Na reunião de Bruxelas, das 26 questões inicialmente levantadas pelo lado norte-americano, restaram praticamente 4. Foram assim eliminados da agenda das conversações 22 tópicos ou por implicarem modificações da lei de informática — o que é por nós inaceitável — ou por estarem baseados em entendimentos equivocados da lei brasileira, ou ainda por carecerem de bases factuais precisas.

As quatro questões restantes foram as seguintes:

1. Aprimoramento dos métodos da SEI.
2. Controle de importações: novo comunicado da CACEX, que prevê inclusive a outorga prévia de licença por prazos determinados.
3. Investimentos (inclusive "joint-ventures").
4. Software.

Os entendimentos mantidos sobre os dois primeiros itens foram considerados satisfatórios.

Com relação ao software, não foi possível desenvolver as conversações em virtude das dificuldades colocadas pela tradução falha do projeto brasileiro feita pela embaixada norte-americana. Mostrou-se também insuficiente o exame jurídico realizado sobre o assunto pelo lado norte-americano. Quanto a investimentos, foram explicadas as exigências da lei brasileira, havendo ficado o lado norte-americano de considerar os objetivos e critérios que se vêm seguindo no assunto.

Como sabemos, a lei norte-americana prevê o prazo de 31 de dezembro para uma decisão presidencial sobre o assunto. Nas tratativas mantidas, o lado brasileiro não tem levado em consideração esses prazos da lei norte-americana. Julgamos que uma eventual decisão não será desfavorável. É, con-

tudo, prematuro e altamente desaconselhável adiantar nesse instante uma opinião específica a respeito.

Cabe ainda finalmente observar que tendo em vista o bom andamento dos contatos mantidos com a embaixada norte-americana sobre esse assunto, julguei útil dar a esse praxe de consultas um caráter mais formal,

envolvendo o Departamento Econômico do Itamaraty e aquela embaixada. Foi assim instituído um grupo de trabalho "ad hoc" para o exame de questões específicas, relativas a operações de natureza econômica-comercial de interesse de uma ou de outra parte para todo espectro da pauta bilateral, compreendendo outros assuntos além da informática.

brasil e seychelles estabelecem relações diplomáticas

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 10 de novembro de 1986.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seychelles, no desejo de promover o espírito de compreensão mútua e no intuito de reforçar os laços de amizade existentes entre os povos dos dois países, decidiram estabelecer relações diplomáticas a nível de Embaixador a partir do dia 10 de novembro de 1986. Ambos os governos acordarão um momento mutuamente conveniente para a designação de Embaixadores não-residentes como seus respectivos representantes.

designação de embaixadores brasileiros

Celso Antônio de Souza e Silva, para Embaixador na **Inglaterra**; Octávio Rainho da Silva Neves, para Embaixador na **Índia**; Bernardo de Azevedo Brito, para Embaixador no **Zimbábue**; Enaldo Camaz de Magalhães, para Embaixador em **Bangladesh**; Luiz Felipe de la Torre Benitez Teixeira Soares, para Embaixador no **Quênia**; Aderbal Costa, para Embaixador na **República Cooperativista da Guiana**; Jorge Pires do Rio, para Embaixador na **Tailândia**; e Marcílio Marques Moreira, para Embaixador nos **Estados Unidos da América**, em 29 de outubro de 1986.

Carlos Alberto Leite Barbosa, para Embaixador na **Itália**; Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza, para Embaixador na **Checoslováquia**; João Tabajara de Oliveira, para Embaixador na **Áustria**; e Oscar Soto Lorenzo Fernandez, para Embaixador na

República Federal da Alemanha, em 4 de novembro de 1986.

Paulo Monteiro de Lima, para Embaixador no **Panamá**; Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho, para Embaixador no **Togo**; Carlos Antônio Bettencourt Bueno, para Embaixador no **Japão**; Murilo Gurgel Valente, para Embaixador na **Noruega**; Ney Moraes de Melo Mattos, para Embaixador na **Síria**; Laura Maria Malcher de Macedo, para Embaixadora em **Cabo Verde** e Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti, para Embaixador junto à **CEE**, em 10 de dezembro de 1986.

Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa, para Embaixador em **Ruanda** (cumulativamente com o **Zaire**) e Tarcísio Marciano da Rocha, para Embaixador na **República de Malta** (cumulativamente com a **Líbia**), em 12 de dezembro de 1986.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Lauro L. Baja Jr., das **Filipinas**, e Gabór Sütö, da **Hungria**, em 8 de outubro de 1986.

Gueorgui Jekov Gurov, da **Bulgária**, e Jorge Alberto Bolaños Suarez, de **Cuba**, em 14 de outubro de 1986.

Victor S. Isakov, da **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**, em 21 de outubro de 1986.

Andre Mongongo-Nzambi, do **Gabão**, e Stanislaw Pawliszewski, da **Polônia**, em 4 de novembro de 1986.

Luis Ponce Enriquez, do **Equador**, e Miguel Angel Campos Sandi, da **Costa Rica**, em 11 de novembro de 1986.

Itvhak Sarfaty, de **Israel**, em 16 de dezembro de 1986.

os acordos de cooperação técnica entre o brasil e o canadá

Ajustes Complementares, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá, para cooperação na área de auditoria fiscal por meio de sistema computadorizado; para o aperfeiçoamento de especialistas brasileiros na produção de batata-semente e para realização conjunta de pesquisa e treinamento na área de carnes mecanicamente desossadas, assinados no Palácio do Itamaraty, em Brasília, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Encarregado de Negócios, a.i., do Canadá, Richard Joseph Belliveau, respectivamente em 22 de outubro, 5 de novembro e 16 de dezembro de 1986.

PROJETO PARA COOPERAÇÃO NA ÁREA DE AUDITORIA FISCAL

Ao Senhor Conselheiro Richard Joseph Belliveau,
Encarregado de Negócios, a.i., do Canadá.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar o recebimento de Nota B-032, datada de 22 de outubro de 1986, de Vossa Senhoria, cujo teor em Português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal nº DCOPT/DCS/71/644 (B46) (B10), de 21 de outubro de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 02 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supramencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento de auditores fiscais brasileiros na área de auditoria fiscal por meio de sistemas computadorizados.

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada "CIDA") como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a "University of Waterloo" (doravante denominada "Waterloo") como agência responsável pela operação diária e administração direta do projeto, segundo os critérios do Programa de Apoio Institucional da CIDA.

II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada "SUBIN") como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;
- b) a Escola de Administração Fazendária (doravante denominada "ESAF") como agência responsável pela operação diária e a administração da contrapartida do projeto.

III

O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar auditores fiscais brasileiros nas técnicas de auditoria fiscal de sistemas contábeis apoiados em computador e será alcançado através da execução das seguintes atividades:

- a) estágios práticos de um núcleo de auditores fiscais brasileiros nos centros canadenses apropriados;
- b) participação em seminários da especialidade, no Canadá;
- c) visitas técnicas à ESAF, treinamento e serviços de consultoria e seminários por especialistas canadenses no Brasil;
- d) fornecimento à ESAF de "software" especializado essencial, respeitados os dispositivos legais e regulamentares vigentes.

IV

Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente seis (6) homens/mês de aperfeiçoamento no Canadá e aproximadamente três (3) homens/mês de transferência de tecnologia no Brasil;

- b) instalações, equipamento, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
 - c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
 - d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham fornecer cursos de aperfeiçoamento e serviços de consultoria no Brasil.
 - e) "software" especializado, essencial para a concretização do projeto, respeitados os dispositivos legais e regulamentares vigentes.
2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense, incluindo a contribuição da CIDA no montante de Cdn\$ 253.208,00 (duzentos e cinquenta e três mil duzentos e oito dólares canadenses) não excederá a Cdn\$ 434.978,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e oito dólares canadenses), e cobrirá os custos das atividades do Projeto segundo o Acordo de Contribuição entre a CIDA e Waterloo, em anexo.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:
- a) no máximo quarenta e dois (42) auditores fiscais para aperfeiçoamento no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regulares e benefícios para estes especialistas durante o período de aperfeiçoamento;
 - b) instalações para treinamento, assim como materiais e equipamentos necessários ao uso dos especialistas canadenses em visita ao Brasil durante o projeto;
 - c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto no Brasil;
 - d) acomodações mobiliadas adequadas ou diárias para os especialistas canadenses do projeto trabalhando no projeto no Brasil por períodos superiores a um mês de cada vez;
 - e) qualquer tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no Artigo IV deste Ajuste Complementar e necessário à execução satisfatória do projeto.
2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais (porém excluindo

o valor das instalações e dos equipamentos existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos dólares canadenses) a ser efetuada em cruzados à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente dois (2) anos, a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

VII

1. Waterloo trabalhará em estreita cooperação com a ESAF na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos técnicos brasileiros em aperfeiçoamento no Canadá e aos técnicos canadenses no Brasil e no acompanhamento da evolução das atividades do projeto.

2. A CIDA fornecerá à SUBIN e à ESAF os relatórios de acompanhamento do projeto a serem preparados anualmente por Waterloo.

3. A CIDA e a SUBIN realizarão conjuntamente, a médio prazo, uma revisão operacional das atividades do projeto.

4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com um processo a ser acordado entre as partes.

5. Ao término do projeto, a ESAF concorda em fornecer a Waterloo uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os objetivos mencionados no Artigo III deste Ajuste Complementar.

VIII

1. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. No entanto, o Acordo de Contribuição entre a CIDA e Waterloo poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre Waterloo e a ESAF, com aprovação prévia da CIDA.

IX

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

X

Qualquer comunicação, administrativa ou outra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, relativa ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se uma das Partes de que seja devidamente recebida pela outra Parte quando entregue em mão, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil:
Escola de Administração Fazendária
Estrada de Unaí, km 4
71.600 — Brasília (DF)
Brasil

Para o Canadá:
The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES - Avenida das Nações, lote 16
70.410 — Brasília (DF)
Brasil

XI

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, relativo ao projeto descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a XI, acima transcritos, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permitam-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração”.

2. Em resposta, informo Vossa Senhoria de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distinta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PROJETO PARA COOPERAÇÃO NO APERFEIÇOAMENTO DE ESPECIALISTAS NA PRODUÇÃO DE BATATA-SEMENTE

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B-119 datada de 05 de novembro de 1986, de Vossa Senhoria, cujo teor em Português é o seguinte:

“Excelência,

Com referência à Nota Verbal nº DCOPT/DCS/60/ETEC L00 G08 de 14 de outubro de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá, e nos termos do Artigo II do Acordo supramencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento de especialistas brasileiros na produção de batata-semente.

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a “Agriculture Canada” como agência responsável pela implementação deste projeto, em seu nome.

3. A “Agriculture Canada” designa as “Research and Food Production and Inspection Branches”, em Ottawa, Ontário, como responsáveis pela operacionalização e a administração direta do projeto.

II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;
- b) a Coordenadoria para Assuntos Internacionais de Agricultura do Ministério da Agricultura (doravante denominada CINGRA) como agência responsável pela coordenação da implementação deste projeto; e
- c) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária através do Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças (doravante denominada EMBRAPA/CNPH) como a agência responsável pela operacionalização e administração da contrapartida do projeto.

III

O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar pessoal científico e técnico da EMBRAPA/CNPH nas áreas de melhora-

mento genético, virologia, certificação, controle fitossanitário, produção e fisiologia da batata-semente, e será alcançado através da execução das seguintes atividades:

- a) estágios práticos de técnicos brasileiros no Canadá;
- b) visitas técnicas, aperfeiçoamento e serviços de consultoria por especialistas canadenses no Brasil;
- c) fornecimento de materiais e equipamentos a serem utilizados para o aperfeiçoamento e adaptados para uso no Brasil;
- d) realização de pesquisas conjuntas no Brasil.

IV

1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente onze (11) homens/mês de aperfeiçoamento no Canadá e aproximadamente quatro (4) homens/mês de aperfeiçoamento e de serviços de consultoria no Brasil;
- b) instalações, equipamento, taxas de matrícula, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajuda de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários, alojamento e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham fornecer os cursos de aperfeiçoamento e os serviços de consultoria no Brasil;
- e) os serviços da "Agriculture Canada", a qual agirá como agência responsável pela execução e administração do projeto.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Cdn\$ 243.007,00 (duzentos e quarenta e três mil e sete dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pela "Agriculture Canada" e da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) no máximo nove (9) especialistas do CNPH, ou por este indicados, os quais se aperfeiçoarão no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regulares e outros benefícios para estes técnicos durante o período de aperfeiçoamento;

b) instalações para o programa de aperfeiçoamento e para pesquisa, assim como materiais e equipamentos necessários ao projeto no Brasil;

- c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto;
- d) prover ao pessoal canadense os meios de transporte local de superfície para as visitas ligadas ao projeto;
- e) a reprodução e a publicação dos resultados da pesquisa;
- f) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no Artigo IV e necessário à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais (porém excluindo o valor das instalações e dos equipamentos existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 100.000,00 (cem mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzados à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente três (3) anos, a partir da data de assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

VII

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil complementaram o presente Ajuste Complementar pela adição de um Plano de Operações pormenorizado, aqui incluído como Anexo "A". Esse Plano de Operações possui as seguintes características:

- a) fornece uma descrição pormenorizada do projeto;
- b) delineia os métodos e os meios a serem utilizados na implementação do projeto;
- c) designa as pessoas responsáveis pela execução do projeto, em nome do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) define as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como as respectivas contribuições financeiras;
- e) inclui um cronograma de execução e de desembolso aproximado pelo período de duração do projeto;
- f) especifica os períodos em que as avaliações conjuntas mencionadas no Artigo VIII, parágrafo 3 e 4 deverão

ser efetuadas, assim como os meios pelos quais deverão ser feitas.

VIII

1. A "Agriculture Canada" trabalhará em estreita cooperação com a EMBRAPA/CNPH na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos técnicos brasileiros se aperfeiçoando no Canadá e aos consultores canadenses que venham ao Brasil, no acompanhamento da evolução das atividades do projeto, bem como no planejamento e na implementação do programa de aperfeiçoamento em território brasileiro.

2. A CIDA, fornecerá à SUBIN, a CINGRA e à EMBRAPA/CNPH relatórios de acompanhamento do projeto a serem preparados anualmente pela "Agriculture Canada".

3. A CIDA, a "Agriculture Canada" e a SUBIN realizarão conjuntamente, a médio prazo, uma revisão operacional das atividades do projeto desenvolvidas até então.

4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com um processo a ser acordado entre as Partes.

5. Ao término do projeto, a EMBRAPA/CNPH, concorda em fornecer à "Agriculture Canada" uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os termos do Anexo "A", o Plano de Operações.

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O Anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CIDA e a EMBRAPA/CNPH.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação administrativa, ou outra, a ser transmitida pelo Governo da República Federativa do Bra-

sil ao Governo do Canadá, ou vice-versa, relativa ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebida pela Parte interessada quando entregue em mão pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA
Assessoria de Cooperação Internacional — ACI
Edifício Super Center Venâncio 2.000 - Bl. "B", 50 - Sala 905

Caixa Postal 04.0315

70.312 — Brasília-DF

Brasil.

Para o Canadá:

The President

Canadian International Development Agency

c/o Canadian Embassy

SES - Avenida das Nações, Lote 16

70.410 — Brasília-DF

Brasil.

XII

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, relativamente ao projeto descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII acima, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informou Vossa Senhoria de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passará a constituir um Ajuste Complementar entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distinta consideração.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PROJETO PARA COOPERAÇÃO NA PESQUISA E TREINAMENTO CONJUNTO NA ÁREA DE CARNES MECANICAMENTE DESOSSADAS

Ao Senhor Conselheiro Richard Joseph Belliveau,
Encarregado de Negócios, a.i., do Canadá.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota B-118, datada de 16 de junho de 1986, de Vossa Senhoria, cujo teor em Português é o seguinte:

"Excelência,

Com referência a Nota Verbal nº DCOPT/DCS/47/644 (B46) (B10), de 26 de julho de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 02 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supramencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para a realização conjunta de pesquisa e treinamento na área de carnes mecanicamente desossadas.

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a "Agriculture Canada" como responsável pela implementação deste projeto, em seu nome.

3. A "Agriculture Canada" designa seu "Food Production and Inspection Branch", em Ottawa, Ontario, como responsável pela operacionalização e a administração direta do projeto.

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

b) a Coordenadoria para Assuntos Internacionais de Agricultura do Ministério da Agricultura (doravante denominada CINGRA) como agência responsável pela coordenação da implementação deste projeto;

c) o Instituto de Tecnologia de Alimentos (doravante denominado ITAL) como agência responsável pela operacionalização e a administração da contrapartida do projeto.

III

O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar os cientistas da área de carnes do ITAL nos métodos e nas técnicas de pesquisa avançadas nas áreas de tecnologia de produção, utilização e testes laboratoriais de carnes mecanicamente

desossadas e seus produtos, e será alcançado através da execução das seguintes atividades:

- a) estágios práticos de cientistas e técnicos brasileiros no Canadá;
- b) visitas técnicas, aperfeiçoamento e serviços de consultoria por especialistas canadenses no Brasil;
- c) realização de dois seminários no ITAL sobre produção, características, produtos e regulamentos relacionados com carnes mecanicamente desossadas;
- d) fornecimento e "leasing" de equipamentos científicos especializados, essenciais para a concretização do projeto.

IV

Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente quinze (15) homens/mês de aperfeiçoamento no Canadá e aproximadamente três (3) homens/mês para transferência de tecnologia e consultoria no Brasil;
- b) instalações, equipamento, taxas de matrícula, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários, alojamento e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham fornecer no Brasil os cursos de aperfeiçoamento e serviços de consultoria;
- e) os serviços da "Agriculture Canada", a qual agirá como agência responsável pela execução e administração do projeto.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Cdn\$ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pela "Agriculture Canada" e da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a esse projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) no máximo seis (6) cientistas do ITAL para aperfeiçoamento no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regula-

res e benefícios para estes especialistas durante o período de aperfeiçoamento,

- b) instalações para pesquisa e experimentos, assim como matérias-primas e equipamentos necessários ao projeto no Brasil;
- c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto;
- d) preparação das apresentações dos cursos, de sua divulgação e do fornecimento de matérias-primas;
- e) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no Artigo IV é necessário à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais é estimado no valor de Cdn\$ 100.000,00 (cem mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzados, à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente três (3) anos, a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

VII

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil complementaram o presente Ajuste Complementar pela adição de um Plano de Operações pormenorizado, aqui incluído como Anexo "A". Esse Plano de Operações possui as seguintes características:

- a) fornece uma descrição pormenorizada do projeto;
- b) delinea os métodos e os meios a serem utilizados na implementação do projeto;
- c) designa as pessoas responsáveis pela execução do projeto, em nome do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) define as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como as respectivas contribuições financeiras;
- e) inclui um cronograma de execução e de desembolso aproximado pelo período de duração do projeto;
- f) especifica os períodos em que as avaliações conjuntas mencionadas no Artigo VIII, parágrafos 3 e 4 deverão

ser efetuadas, assim como os meios pelos quais deverão ser feitas.

VIII

1. A "Agriculture Canada" trabalhará em estreita cooperação com o ITAL na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos cientistas brasileiros se aperfeiçoando no Canadá, e aos consultores canadenses que vierem ao Brasil, no acompanhamento da evolução das atividades do projeto, bem como no planejamento e na implementação do programa de aperfeiçoamento em território brasileiro.

2. A CIDA fornecerá à SUBIN, à CINGRA, e ao ITAL os relatórios de acompanhamento do projeto a serem preparados anualmente pela "Agriculture Canada".

3. A CIDA, a "Agriculture Canada" e a SUBIN realizarão conjuntamente, a médio prazo, uma revisão operacional das atividades do projeto desenvolvidas até então.

4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com um processo a ser acordado entre as Partes.

5. Ao término do projeto, o ITAL concorda em fornecer à "Agriculture Canada" uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os termos do Plano de Operações (Anexo "A").

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1985, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O Anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CIDA e o ITAL.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação administrativa, ou outra, a ser transmitida pelo Governo da República Federativa do Brasil ao Governo do Canadá, ou vice-versa, relativa ao proje-

to objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebida pela Parte interessada quando entregue em mão, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil
Instituto de Tecnologia de Alimentos
Avenida Brasil, 2880
Caixa Postal 139
13.100 — Campinas (SP)
Brasil.

Para o Canadá:
The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES - Avenida das Nações, Lote 16
70.410 — Brasília (DF)
Brasil.

XII

O presente Ajuste Complementar revoga qualquer outro acordo anterior, verbal ou escrito, relativamente ao projeto descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII acima, tenho a honra de propor que a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo brasileiro, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração"

2. Em resposta, informo Vossa Senhoria de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distinta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

brasil e rfa assinam ajustes para cooperação em projetos relativos à ecologia e à pesca artesanal

**Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação
Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha,**

para desenvolvimento dos projetos "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul" e "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE", assinados, por troca de Notas, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflos, respectivamente, em 30 de outubro e em 16 de dezembro de 1986.

PROJETO "BASES ECOLÓGICAS PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 624.40/6/875/86, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência ao Ajuste de 24 de fevereiro de 1984, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul".

I

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em dar prosseguimento à promoção conjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, através do apoio ao seu Centro de Ecologia, com o objetivo de colocar essa universidade em condições de realizar, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos, uma formação de pós-graduação em ecologia, relacionada com a pesquisa aplicada, orientada para as necessidades práticas, e de efetuar pesquisas aplicáveis a problemas de ordem prática, com vistas ao assessoramento de entidades estatais e privadas e à elaboração de bases ecológicas para o planejamento do Rio Grande do Sul.

II

Para este fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar um assessor técnico/coordenador, pelo período máximo total de 16 homens/mês, bem como, no máximo, 8 docentes de curto prazo, para executarem ta-

refas específicas de ensino e pesquisa, pelo período máximo total de 24 homens/mês;

2. fornecer equipamentos científicos e materiais específicos de consumo, não disponíveis no Brasil e imprescindíveis para a execução dos projetos de ensino e pesquisa em laboratórios, bem como para a pesquisa de campo;
3. proporcionar estágios de aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha a 7 professores convidados brasileiros, pelo período total de 21 homens/mês, com a finalidade de aperfeiçoamento e realização de programas conjuntos de pesquisa, 2 bolsistas brasileiros, pelo período máximo total de 80 homens/mês, e 4 técnicos brasileiros, pelo período máximo total de 12 homens/mês, os quais, após seu regresso, atuarão no projeto;
4. custear as despesas com a participação de, no máximo, 5 cientistas alemães ou brasileiros em 2 simpósios a serem realizados alternadamente em Porto Alegre e em Saarbrücken, uma vez por ano, pelo prazo de duração do projeto, para a discussão dos resultados das atividades científicas.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá facultar para o projeto, as suas expensas, os recintos necessários, inclusive as instalações técnicas imprescindíveis à realização do ensino e da pesquisa, bem como assegurar que fiquem à disposição as estações ecológicas Taim e Esmeralda, assim como, na cidade de Porto Alegre, áreas adequadas para ensaios objetivando a realização de trabalhos de ensino e pesquisa ecológicos.

IV

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste Complementar as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 16), e do Ajuste de 24 de fevereiro de 1984.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens de I a IV, esta nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo brasileiro, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, e entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PROJETO "PLANEJAMENTO PESQUEIRO ARTESANAL/SUDEPE"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445.139.930/86 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota DCOPT/DE-I/CAI/110/644/ (B46) (F36), de 24 de maio de 1985, à Ata das Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras, de 12 de dezembro de 1984, e ao Ajuste de 20 de setembro de 1984, bem como em execução do Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE" (PN.77.2114.4):

I

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em dar prosseguimento à promoção conjunta na "Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)", pela duração de mais dois anos.

II

Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar:

- um economista piscicultor para Brasília, por um prazo máximo de 24 meses;
- um economista piscicultor para Aracaju, pelo prazo máximo de 24 meses;
- um economista piscicultor para Belém, pelo prazo máximo de 24 meses;
- um técnico em cultura aquática, pelo prazo máximo de 18 meses;

- técnicos de curto prazo para o solucionamento de tarefas específicas, pelo período máximo total de 15 homens/mês.

2. Fornecer:

- para a SUDEPE instrumentos científicos e pescatórios, em escala limitada, que não possam ser adquiridos no Brasil, quando esses instrumentos forem absolutamente indispensáveis para o cumprimento das tarefas do projeto.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. assegurar a designação, pela SUDEPE, em contrapartida a cada um dos técnicos alemães especificados no item II, de no mínimo um técnico parceiro qualificado, bem como pessoal qualificado para a operação da instalação-piloto de cultura aquática em Aracaju;
2. tomar providências junto à SUDEPE para que as instalações do Centro de Pesquisa e de Treinamento em Tamandaré (CEPENE) sejam colocadas à disposição para estágios de formação;
3. assegurar, através da SUDEPE, a disponibilidade aos técnicos enviados de escritórios adequados em Brasília, Aracaju e Belém, que terão despesas de telefone e eletricidade pagas por aquela Superintendência;
4. garantir o custeio, pela SUDEPE, de três veículos de projeto para os técnicos enviados e os técnicos parceiros em Brasília, Aracaju e Belém e das despesas de funcionamento e manutenção dos veículos de projeto;
5. assegurar a colocação à disposição, pela SUDEPE, da traineira de pesquisa "Riobaldo" ou de outro navio de pesquisa apropriado para estudos piscicultivos, correndo as despesas de operação do navio por conta daquela Superintendência.

IV

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e do Ajuste de 20 de setembro de 1984.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens de I a IV, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Go-

verno brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores

brasil e nova zelândia desenvolvem intercâmbio comercial e cooperação científica, técnica, industrial e econômica

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Nova Zelândia sobre intercâmbio comercial e cooperação científica, tecnológica, industrial e econômica, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 4 de novembro de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Ministro do Comércio Exterior, Mike Moore.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Nova Zelândia,

Considerando a importância que atribuem ao fortalecimento das relações entre os dois países,

Desejosos de promover o desenvolvimento do comércio e a cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica, com base nos princípios da reciprocidade e do benefício mútuo.

Acordam o seguinte:

1. Os dois Governos encorajarão o desenvolvimento do intercâmbio comercial e promoverão a cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica entre os dois países.
2. As modalidades e condições para o intercâmbio e a cooperação no quadro do presente Memorando de Entendimento serão estabelecidas por via diplomática.
3. A cooperação no âmbito do presente Memorando de Entendimento poderá estender-se, entre outras, às seguintes áreas:

1) Comercial:

- a) a Parte brasileira tem interesse em continuar a exportar para a Nova Zelândia produtos têxteis e da indústria de computação, e em aumentar suas exportações

de sucos de laranja, açúcar, óleos vegetais e animais, vestuário, máquinas de processamento automático de dados e equipamentos de escritório;

- b) a Parte neo-zelandesa tem interesse em continuar a exportar para o Brasil produtos da indústria de laticínios e cevada, e em aumentar suas exportações de animais vivos e carne.

II) Cooperação científico-tecnológica:

As atividades de cooperação bilateral poderão incluir:

- a) encontros entre órgãos e instituições de pesquisa para o intercâmbio de informações sobre Ciência e Tecnologia;
- b) intercâmbio de cientistas e pessoal técnico;
- c) execução de programas conjuntos ou coordenados de pesquisa científica e/ou desenvolvimento tecnológico;
- d) outras formas de cooperação mutuamente acordadas entre ambas Partes.

III) Transferência de tecnologia:

- a) a Parte brasileira tem interesse em exportar para a Nova Zelândia tecnologias na área de biomassa, da utilização de álcool combustível para veículos automotores;
- b) a Parte neo-zelandesa tem interesse em exportar para o Brasil tecnologias sobre a utilização de energia geotérmica; sobre combustíveis gasosos; tecnologias agrícolas, incluindo-se aquelas relativas a cultivos de novos produtos agrícolas, sementes de gramíneas ou outras sementes de alta qualidade, e produtos como a cevada, o malte e a batata.

IV) Cooperação industrial:

Ambos Governos têm interesse em promover a cooperação entre as indústrias dos dois países na área de produtos florestais, em matéria de produção, pesquisa, tecnologia e comercialização.

V) Cooperação econômica:

Fica estabelecido que ambos Governos cooperarão no campo da remoção de barreiras comerciais no âmbito dos organismos internacionais.

4. Fica estabelecido que agindo através de canais diplomáticos os dois Governos deverão:

- a) examinar o intercâmbio comercial e a cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica entre os dois países;
- b) identificar novas áreas de intercâmbio e programas específicos de interesse comum;

- c) encorajar contatos entre instituições, organizações, empresas e outras entidades interessadas no intercâmbio e na cooperação bilateral.

5. Os dispositivos previstos neste Memorando de Entendimento serão implementados em conformidade com as leis e regulamentos vigentes nos respectivos países.

6. O presente entendimento vigorará por três anos da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado e alterado por troca de notas diplomáticas e denunciado por qualquer dos Governos, por via diplomática, com antecedência de seis meses. A denúncia não afetará a execução de quaisquer projetos ou programas levados a efeito com base neste Memorando e ainda não completamente implementados quando da denúncia.

Este Memorando de Entendimento foi elaborado em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Brasília, aos 4 dias do mês de novembro de 1986.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da Nova Zelândia:

Mike Moore

ajuste complementar brasil-eua para cooperação na área de irrigação

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para Cooperação na implementação do Programa Nacional de Irrigação (PRONI), assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de novembro de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador norte-americano, Harry Shlaudeman.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos da América,

Em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950, concordam em cooperar na implementação do Programa Nacional de Irrigação PRONI, atuando em todas as áreas associadas ao planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de projetos de recursos hídricos, com prioridade para os projetos financiados pelo contrato de empréstimo nº 2680 BR, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Banco Mundial, em 30 de junho de 1986.

ARTIGO I

Para executar o presente Ajuste Complementar o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América designam, respectivamente, o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação (doravante denominado MEAI) do Governo da República Federativa do Brasil, e o "Bureau of Reclamation", (doravante denominada BUREAU) órgão do Departamento do Interior do Governo dos Estados Unidos da América.

ARTIGO II

O presente projeto será coordenado pelo MEAI e executado pelos órgãos do Governo brasileiro com experiência no desenvolvimento de recursos hídricos no Nordeste, incluindo a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, o Departamento de Obras Contra as Secas — DNOCS e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS.

ARTIGO III

Dos Serviços de Consultoria e Treinamento

1. O BUREAU fornecerá serviços técnicos de consultoria e treinamento relacionados com o planejamento, projeto, construção, além da operação e manutenção de projetos de desenvolvimento hídrico no Nordeste do Brasil. Os serviços do BUREAU serão prestados ao MEAI, CODEVASF, DNOCS e DNOS, sob a coordenação do primeiro.

2. A cooperação incluirá missões de curto e longo prazo do pessoal do BUREAU e/ou missões de curto e longo prazo de pessoal de outros órgãos do Governo dos Estados Unidos da América, de Universidades ou do setor privado contratado pelo BUREAU, cobrindo todas as áreas associadas ao planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de projetos de recursos hídricos. O treinamento de pessoal do MEAI ou de outros órgãos do Governo brasileiro será executado pelo BUREAU no Brasil e será suplementado por consultas técnicas aos escritórios do BUREAU nos Estados Unidos da América.

3. Os componentes da cooperação prevista no presente Ajuste Complementar, de outros serviços a cargo do BUREAU e uma estimativa de custos estão incluídos nos anexos a este Ajuste Complementar. As revisões dos anexos em termos de número de pessoal, disciplinas específicas, programação e outras, poderão ser acordadas entre o MEAI e o BUREAU.

4. Constituirá o papel primordial do BUREAU servir como consultor junto ao MEAI e aos outros órgãos do Governo brasileiro responsáveis pela execução do Programa de Irrigação no Nordeste. O objetivo principal do BUREAU é treinar funcionários qualificados do Governo brasileiro, de modo a permitir que o MEAI e os demais órgãos do Governo brasileiro possam dispor de pessoal com ampla capacidade técnica, capazes de assumir plena responsabilidade por todos os aspectos técnicos do Pro-

grama. Ademais, os especialistas do BUREAU, mediante solicitação do MEAI, poderão tratar diretamente com empreiteiros ou consultores envolvidos no projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar assuntos de natureza técnica. Os técnicos do BUREAU poderão encarregar-se de outras tarefas técnicas, mediante solicitação do MEAI. O MEAI tomará providências no sentido de fornecer pessoal qualificado, que esteja incumbido do programa em tempo integral, a fim de facilitar a desejada transferência de tecnologia e conhecimento. Nos casos onde a diferença de idiomas constituir um obstáculo entre um especialista do BUREAU e sua contraparte brasileira, será necessário ao MEAI ou a outro órgão do Governo brasileiro, contratar serviços de intérprete.

ARTIGO IV

Das Funções Administrativas

1. À medida em que os recursos forem sendo adiantados pelo MEAI, o BUREAU colocará à disposição o pessoal, os equipamentos e a infra-estrutura que se fizerem necessários à implementação de programas de consultoria técnica e serviços de treinamento.

2. O BUREAU e o MEAI, assim como a CODEVASF, o DNOCS e o DNOS designarão um funcionário de alto nível da sua equipe para atuar como elemento de ligação. O contato informal freqüente, todavia, entre o pessoal do BUREAU e outros membros do MEAI, da CODEVASF, do DNOCS e do DNOS fará parte do relacionamento normal de trabalho.

3. O BUREAU fornecerá especialistas qualificados dos seus próprios quadros ou contratará de outros órgãos do Governo dos Estados Unidos da América, de Universidades ou do setor privado, com o fim de levar a cabo os serviços especificados no Artigo III. Os anexos A e B especificam o tipo de pessoal a ser fornecido pelo BUREAU e o período aproximado da missão. Prevê-se que um acréscimo ou substituição de pessoal poderá ser feito por acordo mútuo entre o BUREAU e o MEAI uma vez que a análise das necessidades de pessoal para o projeto será um processo dinâmico durante a vigência deste Ajuste Complementar. Assim, assegurar-se-á que as necessidades prioritárias do projeto sejam atendidas.

4. O pessoal indicado pelo BUREAU incluirá o pessoal residente designado para trabalhar no Brasil por um período previsto de dois anos (Anexo A), bem como o pessoal com funções temporárias de curto prazo (Anexo B). O Anexo C apresenta uma descrição sumária dessas funções.

5. A sede de trabalho para o pessoal residente do BUREAU designado para trabalhar no Brasil será Brasília.

6. Caberá ao BUREAU, adicionalmente, proporcionar todo o apoio técnico e administrativo e outros requisitos que se fizerem necessários, de seus escritórios nos Estados Unidos, incluindo as facilidades do Centro de Engenharia e Pesquisa (E & R Center) em Denver, Colorado, para

complementar os serviços do seu pessoal mencionado no parágrafo 3 acima. As atividades do projeto do BUREAU serão coordenadas pela Divisão de Atividades Externas do BUREAU, localizada em Washington, D.C. O Anexo D apresenta uma descrição das possíveis formas previstas de apoio técnico. Toda a assistência técnica e treinamento, quer sejam fornecidos pelo BUREAU, por pessoal contratado pelo BUREAU de outros órgãos do Governo dos Estados Unidos da América, de Universidades ou do setor privado, será avaliada pelo BUREAU de forma a assegurar sua conformidade com os padrões técnicos do BUREAU.

7. O BUREAU fornecerá, através do seu pessoal mencionado no parágrafo 3 acima, treinamento local para o pessoal técnico do Governo brasileiro designado para o trabalho conjunto. Tal treinamento não implicará em nenhum custo adicional para o MEAI ou para outro órgão do Governo brasileiro.

8. O BUREAU criará condições para visitas de consulta técnica aos Estados Unidos da América, do pessoal técnico e administrativo qualificado do MEAI e de outros órgãos do Governo brasileiro. Uma listagem das visitas técnicas propostas se encontra no Anexo E.

9. O BUREAU organizará seminários de treinamento no Brasil, em áreas específicas relacionadas com o desenvolvimento de recursos hídricos, mediante solicitação do MEAI. Uma listagem dos possíveis seminários locais se encontra no Anexo F.

10. A Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília fornecerá o apoio administrativo interno requerido pelo grupo de consultoria do BUREAU.

11. O Governo da República Federativa do Brasil adotará as medidas necessárias, de acordo com a legislação em vigor, para a entrada no seu território do pessoal e do equipamento envolvidos nas atividades decorrentes deste Ajuste Complementar. Tais medidas deverão incluir a concessão de vistos apropriados à situação, isenção de impostos e taxas de importação e exportação sobre bens de uso pessoal e sobre aqueles destinados à primeira instalação. O Governo da República Federativa do Brasil isentará de taxas e impostos de importação e de exportação, os equipamentos e materiais que ingressarem no Brasil no âmbito deste Ajuste Complementar. Os equipamentos e os materiais adquiridos com os fundos previstos no presente Ajuste Complementar serão de propriedade do MEAI. Quaisquer outros equipamentos e materiais que ingressem no Brasil para implementação deste Ajuste Complementar retornarão para os Estados Unidos da América uma vez que os programas e projetos para os quais foram destinados hajam sido completados, exceção feita aos equipamentos e materiais que forem destruídos, abandonados, doados ou vendidos ao MEAI, ou ainda se estiverem desgastados pelo uso, de acordo com a legislação brasileira em vigor. Os equipamentos e materiais que ingressem no Brasil ao abrigo deste Ajuste Complementar não poderão ser vendidos sem a aprovação prévia do Governo brasileiro.

12. O Governo brasileiro providenciará os documentos necessários à identificação e permanência temporária do pessoal técnico do BUREAU no Brasil.

13. O MEAI fornecerá os elementos de apoio, tais como local de trabalho, telefones, mobiliário adequado, telex, pessoal administrativo, meios necessários de transporte para uso oficial, e os equipamentos especializados que forem necessários. Caso o MEAI não providencie os elementos essenciais de apoio em prazo razoável, o BUREAU, mediante concordância prévia do MEAI, poderá obtê-los, utilizando recursos previstos no presente Ajuste Complementar.

14. O MEAI, a CODEVASF, o DNOCS e o DNOS fornecerão o pessoal de contrapartida adequados, especializados, para apoiar o pessoal do BUREAU no desempenho de suas funções e para o treinamento local que se desejar.

ARTIGO V

Dos Procedimentos Financeiros

1. O BUREAU prestará assistência ao MEAI através da sua Divisão de Atividades Externas e através do pessoal do E & R Center, utilizando a experiência disponível na área financeira, orçamentária e de aquisição de material.

2. O MEAI antecipará mediante autorização do Banco Mundial, no exercício de 1986, os recursos no valor de US\$ 140.000 necessários para cobrir as despesas estimadas para os primeiros 2 (dois) meses (até 31 de dezembro de 1986) do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar. O BUREAU utilizará essa antecipação para todas as despesas necessárias e admissíveis previstas no presente Ajuste Complementar. O BUREAU solicitará, ao término de cada trimestre, os recursos necessários para os próximos 6 meses (2 trimestres), deduzindo o saldo disponível de recursos não gastos ou não comprometidos. Os trimestres terminam nas seguintes datas: 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano civil. O pedido de antecipação conterá as seguintes informações:

- a) o total de adiantamento de recursos recebidos até o final do último trimestre;
- b) um demonstrativo de contas sobre os custos reais até a data e o saldo dos recursos disponíveis até o final do último trimestre, conforme o documento a seguir intitulado "Demonstrativo de Despesas Realizadas". Os custos serão definidos de forma a incluir todas as obrigações assumidas na prestação de serviços;
- c) as despesas estimadas para os 2 trimestres seguintes;
- d) o adiantamento de recursos adicionais necessários.

3. Os pedidos de adiantamento de recursos pelo BUREAU não excluirão subseqüentes reclamações ou solicitações de esclarecimentos pelo MEAI, relacionadas com o dispêndio

desses recursos, conforme reflete o demonstrativo de despesas. O adiantamento de recursos deverá ser efetuado até 30 dias da data do recebimento do pedido. O não recebimento do adiantamento de recursos poderá resultar no encerramento dos trabalhos até que esse adiantamento seja concretizado. Quando do término do presente Ajuste, quaisquer saldos de recursos não utilizados ou não comprometidos retornarão ao MEAI, e qualquer valor devido ao BUREAU será debitado ao MEAI.

4. Os adiantamentos de recursos diretamente ao BUREAU, poderiam ser depositados em uma conta especial em banco ou entidade financeira aceito por ambas as Partes. Os recursos seriam retirados pelo BUREAU mensalmente ou mais freqüentemente, se necessário, diretamente dessa conta.

5. O MEAI reembolsará ao BUREAU:

a) as despesas de pessoal do BUREAU ou de outros órgãos do Governo dos Estados Unidos da América, de Universidades ou do setor privado, designado pelo BUREAU no âmbito deste Ajuste, incluindo salários e subsídios monetários, atestados pelo BUREAU. Todos os salários e subsídios a serem pagos serão calculados com base nos períodos de tempo efetivamente utilizados no projeto, inclusive licenças médicas e férias anuais. Quando for o caso, as férias ao país de origem serão incluídas;

b) uma taxa nominal de 15% (quinze por cento) para co-

brir despesas administrativas para os custos do pessoal permanente no Brasil. Outras despesas administrativas do BUREAU nos Estados Unidos da América e para o pessoal temporário serão cobradas de acordo com procedimentos específicos a serem pormenorizados e que estão incluídos no item a) do presente parágrafo;

c) outras despesas que se fizerem necessárias e justificáveis para a execução do presente Ajuste.

6. A estimativa pormenorizada dos custos prevista pelo fornecimento dos serviços do BUREAU para a execução do projeto a que se refere o presente Ajuste se encontra resumida no Anexo G. A estimativa foi calculada com base nas informações disponíveis à época de sua preparação. Embora os custos específicos de cada rubrica possam ser acrescidos ou reduzidos, o limite máximo das despesas, previstas neste Ajuste Complementar será de US\$ 4.708.300,00, a menos que este valor seja modificado com a concordância do MEAI e do BUREAU.

7. Quaisquer serviços adicionais solicitados pelo MEAI e aceitos pelo BUREAU serão pagos separadamente. O escopo do trabalho, os custos do BUREAU e a forma de pagamento dos serviços adicionais serão acordados por escrito, entre o BUREAU e o MEAI.

8. O formulário "Demonstrativo de Despesas até a Presente Data" será o modelo utilizado pelo BUREAU no relatório trimestral.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ATÉ A PRESENTE DATA

Descrição	Até	Data	Custos do trimestre encerrado em	Total dos custos até
			Custos registrados durante o último trimestre encerrado em	
— Salários e benefícios				
Residente Permanente				
Função Temporária				
— Viagens e Diárias				
— Suprimentos e compras				
(não cobertos pelas despesas gerais administrativas)				
— Publicações e desenhos				
— Equipamentos				
— Custos de embarque				
— Treinamento nos Estados Unidos da América				
— Diversos				
Subtotal				
Total das despesas				

9. O MEAI se compromete a conceder à Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília a quantia equivalente em cruzados de até US\$ 1.015.000, durante a vigência deste Ajuste.

A Embaixada dos Estados Unidos da América se compromete a utilizar o apoio financeiro proveniente do presente Ajuste para o pagamento no Brasil das despesas contraídas pelo BUREAU, tais como moradia, taxas escolares, viagens, transporte e para a aquisição de materiais e equipamentos. Todas as despesas internas serão orçadas em moeda dos Estados Unidos da América e um montante equivalente em cruzados será antecipado à Embaixada dos Estados Unidos da América pelo MEAI. O montante de cruzados antecipado será com base na taxa de câmbio que estiver em vigor no dia da transação.

Em nenhuma circunstância, os recursos alocados através do presente Ajuste serão convertidos em moeda estrangeira ou enviados ao exterior.

O órgão competente para auditar a aplicação dos recursos referentes a este Ajuste Complementar repassados pelo MEAI é a Assessoria de Controle Interno do MEAI.

As prestações de contas serão colocadas à disposição desse órgão de auditoria através de ofício ao qual serão anexados:

- relação dos documentos de despesas; e
- balancete financeiro.

A última prestação de contas será apresentada pelo executor até 30 (trinta) dias após o término do presente Ajuste.

O MEAI antecipará recursos à Embaixada dos Estados Unidos da América, no exercício de 1986, no valor de CZ\$ 2.300.000 (dois milhões, trezentos mil cruzados) necessários para cobrir as despesas estimadas para os primeiros 2 meses do projeto (até 31 de dezembro de 1986) a que se refere o presente Ajuste Complementar. Reuniões trimestrais entre o MEAI, a Embaixada dos Estados Unidos da América e o BUREAU serão realizadas, a fim de avaliar as necessidades de recursos relativos a este parágrafo. Os procedimentos para solicitação dos montantes em cruzados, seguirão a mesma forma dos mencionados nos parágrafos 2 e 3 deste Artigo.

ARTIGO VI Da Propriedade dos Documentos

Todos os documentos, mapas, relatórios, especificações, cálculos, equipamentos adquiridos e os dados técnicos relevantes compilados ou preparados pelo pessoal do BUREAU no decorrer do cumprimento do previsto neste Ajuste Complementar serão de propriedade exclusiva do MEAI.

ARTIGO VII Dos Termos do Acordo

1. Os trabalhos previstos no presente Ajuste Complementar se iniciarão na data de sua assinatura e terão vigência de 36 meses após o seu início. O presente Ajuste Complementar, contudo, poderá ser prorrogado por entendimento mútuo entre ambas as Partes, se houver recursos disponíveis. A prorrogação será acordada através de troca de notas diplomáticas.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser denunciado ou suspenso, no todo ou em parte, por um período definido ou indefinido, por qualquer uma das Partes, desde que a Parte interessada comunique à outra, por escrito, por via diplomática, com antecedência de 90 (noventa) dias de sua decisão. O saldo dos recursos não gastos ou não comprometidos até essa data serão restituídos ao MEAI, assim como ao MEAI será debitado qualquer valor devido, conforme for o caso, não excedendo as limitações pelo Artigo V.

ARTIGO VIII Das Comunicações entre as Partes

Qualquer solicitação ou autorização no âmbito do presente Ajuste Complementar deverá ser efetuada por escrito. As referidas comunicações serão consideradas devidamente efetivadas quando houverem sido entregues pessoalmente, por via postal ou por telegrama ao endereço abaixo especificado, ou para qualquer outro endereço acordado pelas Partes:

Para o MEAI:
Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação
SGAN - Quadra 601 - Lote 1
70.830 — Brasília-DF
Brasil

Para o BUREAU:
Commissioner
Bureau of Reclamation
Department of the Interior
Washington, D.C. 20240
UNITED STATES OF AMERICA

Feito em Brasília, aos 06 dias do mês de novembro de 1986, em dois exemplares nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo dos Estados Unidos da América:
Harry Shlaudeman

ANEXO A
EQUIPE RESIDENTE PERMANENTE

EQUIPE RESIDENTE PERMANENTE DO BUREAU – POR DISCIPLINA

Disciplina	Nível 1/	Homens-Meses
1. Engenheiro de Planejamento/Chefe de Equipe	FC 11 a 12 (GS 14-15)	24
2. Engenheiro Projetista – barragens	FC 9 a 11 (GS 12-14)	24
3. Engenheiro Projetista – abastecimento de água	FC 9 a 11	24
4. Engenheiro Projetista – barragens/abastecimento de água	FC 9 a 11	24
5. Engenheiro Projetista – usinas de bombeamento	FC 9 a 11	24
6. Engenheiro de Planejamento	FC 9 a 11	24
7. Analista de Solos	FC 9 a 11	24
TOTAL		168 2/3/

1/ Os salários do pessoal do BUREAU, baseiam-se numa escala padronizada de pagamentos (escala GS para trabalhos realizados nos Estados Unidos ou funções de curto prazo fora dos Estados Unidos; ou escala FC para funções de longo prazo fora dos Estados Unidos). Um GS 14 é equivalente a um FC 11, o GS 13 é equivalente a um FC 10, etc.

2/ A data de chegada da equipe de residentes permanentes do BUREAU designada para Brasília será fixada de acordo com as necessidades do programa. Devido à natureza temporária das atividades do programa de irrigação, alguns técnicos chegarão logo no início para avaliar as necessidades de longo prazo, bem como para acelerar os trabalhos da sua área de competência.

3/ Esta estimativa de necessidade de pessoal é estritamente para fins orçamentários.

ANEXO B
PESSOAL COM FUNÇÃO TEMPORÁRIA

FUNÇÕES TEMPORÁRIAS DO BUREAU – POR DISCIPLINA

Disciplinas	Nível	Nº de Viagens	Homem-Meses
1. Engenheiro de Planejamento 1/	GS 13-15	2	6
2. Engenheiro Projetista 1/	GS 11-14	2	6
3. Economista Agrícola	GS 11-14	2	6
4. Analista de Solos 1/	GS 11-14	2	6
5. Hidrólogo	GS 11-14	4	12
6. Hidrogeólogo	GS 11-14	2	6
7. Engenheiro de Drenagem	GS 11-14	4	12
8. Engenheiro Eletro-Mecânico	GS 11-14	4	12
9. Geólogo	GS 11-14	4	12
10. Coordenador de Atividades Externas 1/	GS 11-14	4	6
11. Especialista em Computador	GS 11-14	2	6
12. Outros (ex.: Especialista em Contratos, Especialista em Operação e Manutenção, etc.)		4	12
TOTAL		36 2/	102 2/

1/ Estas disciplinas podem abranger uma equipe com função de curto prazo, que irá avaliar as necessidades do MEM antes da seleção dos especialistas da equipe residente.

2/ Estes indicadores representam uma estimativa global, somente para fins orçamentários.

ANEXO C
DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

**EQUIPE RESIDENTE – PERMANENTE – DESCRIÇÃO
DAS FUNÇÕES**

1. Engenheiro de Planejamento/Chefe da Equipe

- Coordenar todas as atividades da equipe residente permanente e do pessoal temporário, acompanhando a preparação das programações e os programas de orientação.
- Servir como elemento de contato entre o MEAI, bem como entre outras autoridades de órgãos do GOB e a Embaixada dos Estados Unidos da América (Brasília) e autoridades dos Consúladados dos Estados Unidos da América no Brasil.
- Prestar assistência na preparação de todos os relatórios de planejamento.
- Auxiliar na solução de problemas institucionais e de coordenação.

2. Engenheiro Projetista – estruturas de abastecimento de água

- Auxiliar na preparação ou revisão de todos os projetos de estrutura de abastecimento de água.
- Avaliar a necessidade de assistência especializada para o projeto a ser prestado pelo Centro de Engenharia e Pesquisa (E & R Center) em Denver.
- Implementar um programa para treinar a contrapartida do MEAI.

3. Analista de Solos

- Estabelecer critérios e padrões a serem utilizados em teste de solos e classificação de terras. Desenvolver metodologia para correlacionar a classificação já existente de terras e a classificação a ser implantada.
- Fornecer orientação técnica na preparação de mapas para a classificação de terras, estudos especiais de solo, levantamento de hectares passíveis de irrigação, potencialidade de irrigação e culturas adaptáveis.
- Auxiliar em estudos específicos sobre problemas agrônômicos e outros problemas agrícolas relacionados com o desenvolvimento e uso de terras para a irrigação.
- Determinar e recomendar a melhor forma, do ponto de vista de capacidade da terra, para desenvolver ou para reabilitar, conforme for o caso, as áreas específicas do projeto.
- Implementar um programa para treinar a contrapartida

do MEAI em técnicas de estudo de solos e classificação de terras.

ANEXO D
**ATIVIDADES PROPOSTAS DE APOIO NOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

**APOIO TÉCNICO A SER FORNECIDO PELO
E & R CENTER**

Propõe-se que seja fornecido apoio técnico de peritos residentes nos Estados Unidos da América. Seria prematuro avaliar desde já as necessidades específicas e a programação; no entanto acredita-se que os aspectos específicos do projeto, as características do modelo hidráulico, o teste dos materiais, ou outras questões específicas venham a requerer parecer técnico da equipe do Centro de Engenharia e Pesquisa, em Denver, Colorado. Uma estimativa dos custos para a realização desses serviços será fornecida pelo BUREAU mediante solicitação prévia do MEAI. Os serviços de apoio técnico serão iniciados após a autorização por escrito do MEAI.

ANEXO E
VIAGENS DE CONSULTA TÉCNICA SUGERIDAS

**CONSULTA TÉCNICA – VIAGENS AOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA**

Propõe-se que o pessoal qualificado do MEAI, DNOCS, DNOS e CODEVASF tenha oportunidade de discutir questões técnicas específicas junto aos análogos do BUREAU nos Estados Unidos da América. Prevê-se que essas visitas de consulta técnica terão a duração aproximada de duas semanas cada uma e que poderão ser feitas em seis grupos de quatro especialistas brasileiros, de acordo com as necessidades, mediante solicitação do MEAI.

ANEXO F
**SUGESTÃO DE SEMINÁRIOS DE TREINAMENTO
A REALIZAR-SE NO BRASIL**

SEMINÁRIOS DE TREINAMENTO NO BRASIL

Prevê-se que a utilização de seminários de treinamento no Brasil seria uma maneira eficaz de fornecer o treinamento desejado ao pessoal técnico do MEAI, CODEVASF, DNOCS e DNOS.

Seria prematuro definir os tipos de seminário, a sua duração, e fixar custos definitivos; todavia, é possível que esses seminários de treinamento sejam nas áreas de segurança de barragens, práticas de construção, contratação, projetos, aplicações de computador, manejo da água, classificação

de terras, etc.

Os seminários seriam preparados por técnicos especialistas do BUREAU nos Estados Unidos da América e oferecidos

em diversas localidades no Brasil. Seria necessário a contratação de aproximadamente cinco especialistas do BUREAU (por cerca de 1 homem-mês cada) para cada evento, além dos custos das viagens e diárias.

ANEXO G

RESUMO DAS ESTIMATIVAS DE CUSTO

RESUMOS DAS ESTIMATIVAS DE CUSTO 1/

	Total (US\$)	Montante Aproximado equivalente em Cruzados (\$US)
1. Equipe Residente Permanente (168 homem-mês) 2/	1.855.410	(536.900)
2. Pessoal com Funções Temporárias (102 homem-mês) 2/	1.246.560	(310.020)
3. Seminários — 5 no país a US\$ 60.000 cada	300.000	(72.500)
4. Viagens Técnicas aos Estados Unidos (24 viagens de 2 semanas cada)	124.800	(36.000)
5. Equipamentos para Computadores	60.000	(60.000)
6. Suporte Técnico (E & R Center)	390.000	
7. Custos Administrativos no Brasil	70.000	
8. Diversos/Contingência/Publicações/etc.	300.000	
9. Despesas Gerais (15%)	361.530	3/
TOTAL (\$US)	4.708.300	

1/ A análise individual de cada item se encontra a seguir.

2/ Inclui viagens internas no Brasil.

3/ Baseado em 15% de todos os custos com exceção dos itens N 2, 3 e 6, cujas despesas gerais se encontram incluídas nos cálculos.

1. Equipe Residente Permanente — Resumo das Estimativas de Custo

Para fins orçamentários, admite-se:

1 funcionário FC 12 a 299.750 (por 2 anos)	=	299.750
2 funcionários FC 11 a 274.170 (por 2 anos)	=	548.340
4 funcionários FC 10 a 251.830 (por 2 anos)	=	1.007.320
TOTAL (\$US)	=	1.855.510

Vide nas páginas seguintes o desdobramento dos custos do pessoal acima discriminado. Todos os salários do BUREAU baseiam-se em uma escala padronizada de pagamentos (escala GS para trabalho nos Estados Unidos da América ou funções de curto prazo fora dos Estados Unidos da América, ou escala FC para funções de longo prazo fora dos Estados Unidos da América).

Cidade/País: Brasília/Brasil

ESTIMATIVA DE CUSTO (US\$)

Empregado: Postos Variados

Nível - FC 10/5 Empregado + 3 dependentes Período: 2 Anos

(equivalente a GS 13/5)

Total em % Máxima
2 Anos Cruzados

Salário

Salário base (anual) 42.600
Benefícios com Pessoal (12%) 5.110
Adicional p/ Licenças (22%) 9.370

Subtotal (anual) 57.080 (x2)

SALÁRIO TOTAL 114.160

Subsídios

Diferencial do Cargo (anual - 10%) 4.260 (x2)
Residência Temporária 3.600 1/ 100%
Subsídio p/ Educação 37.000 2/ 25%
Subsídio Trimestral p/ Subsist. 30.000 3/ 100%
Subsídio Referente ao Cargo 0
Subsídio de Transferência 700

TOTAL DOS SUBSÍDIOS 79.820

Despesas em Relocação/Viagens

Seguro 1.500
Exames Médicos 1.600
Transporte
Bagagem aérea 3.000 50%
HHE (Marítimo) 15.000 50%
Automóvel 0
Viagens Internac. de/para o Posto 8.000 50%
Diárias de Viagens de/para o Posto 800
Armazenagem nos EUA 3.600
Repouso e Viagem de Recuperação 7.000 50%
Viagens no País 4/ 7.200 100%
Diárias no País 5/ 10.150 100%

TOTAL DAS DESPESAS COM RELOCAÇÃO 57.850

TOTAL GERAL (US\$) 251.830

Vide a seguir explicação para as notas de rodapé 1/, 2/, 3/, 4/ e 5/.

Cidade/País: Brasília/Brasil

ESTIMATIVA DE CUSTOS (US\$)

Empregado: Postos variados

Nível - FC 11/5 Empregado + 3 dependentes Período: 2 Anos

(equivalente a GS 14/5)

Total em % Máxima
2 Anos Cruzados

Salário

Salário base (anual) 50.350
Benefícios com Pessoal (12%) 6.040

Adicional p/ Licenças (22%)	11.080		
Subtotal (anual)	67.470 (x2)		
SALÁRIO TOTAL		134.940	
Subsídios			
Diferencial do Cargo (anual - 10%)	5.040 (x2)		
Residência Temporária	3.600 1/		100%
Subsídio p/ Educação	37.000 2/		25%
Subsídio Trimestral p/ Subsist.	30.000 3/		100%
Subsídio Referente ao Cargo	0		
Subsídio de Transferência	700		
TOTAL DOS SUBSÍDIOS		81.380	
Despesas com Relocação/Viagens			
Seguro	1.500		
Exames Médicos	1.600		
Transporte			
Bagagem aérea	3.000		50%
HHE (Marítima)	15.000		50%
Automóvel	0		
Viagens Internac. de/para o Posto	8.000		50%
Diárias de Viagens de/para o Posto	800		
Armazenagem nos EUA	3.600		
Repouso e Viagem de Recuperação	7.000		50%
Viagens no País 4/	7.200		100%
Diárias no País 5/	10.150		100%
TOTAL DAS DESPESAS COM RELOCAÇÃO		57.850	
TOTAL GERAL (US\$)		274.170	

Vide a seguir explicação para as notas de rodapé 1/, 2/, 3/, 4/ e 5/.

Cidade/País: **Brasília/Brasil**
ESTIMATIVA DE CUSTO (US\$)
Empregado: **Chefe da Equipe**

Nível - FC 12/5 Empregado + 3 dependentes Período: 2 Anos
(equivalente a GS 15/5)

		Total em 2 Anos	% Máxima Cruzados
Salário			
Salário base (anual)	59.230		
Benefícios com Pessoal (12%)	7.110		
Adicional p/ Licenças (22%)	13.030		
Subtotal (anual)	79.370 (x2)		
SALÁRIO TOTAL		158.740	
Subsídios			
Diferencial do Cargo (anual - 10%)	5.930 (x2)		
Residência Temporária	3.600 1/		100%
Subsídio p/ Educação	37.000 2/		25%
Subsídio Trimestral p/ Subsist.	20.000 3/		100%

Subsídio Referente ao Cargo	0	
Subsídio de Transferência	700	
TOTAL DOS SUBSÍDIOS		83.160
Despesas com Relocação/Viagens		
Seguro	1.500	
Exames Médicos	1.600	
Transporte		
Bagagem aérea	3.000	50%
HHE (Marítima)	15.000	50%
Automóvel	0	
Viagens Internac. de/para o Posto	8.000	50%
Diárias de Viagens de/para o Posto	800	
Armazenagem nos EUA	3.600	
Repouso e Viagem de Recuperação	7.000	50%
Viagens no País 4/	7.200	
Diárias no País 5/	10.150	
TOTAL DAS DESPESAS COM RELOCAÇÃO		57.850
TOTAL GERAL (US\$)		299.750

Vide a seguir explicação para as notas de rodapé 1/, 2/, 3/, 4/ e 5/.

- 1/ Baseado no Subsídio Temporário para a Moradia por 30 dias para empregados do BUREAU e seus dependentes (US\$ 30 cada ao dia). O Subsídio Temporário para Moradia será necessário somente se o subsídio trimestral de subsistência não estiver disponível quando da sua chegada. Observação: pede-se utilizar cruzados para esse subsídio.
- 2/ Subsídio para Educação com base em 2 filhos em idade escolar por funcionário e supõe-se um filho no posto e um filho fora dele. Os subsídios do Departamento de Estado são de US\$ 4.000 ao ano no posto e US\$ 14.500 fora dele. Observações: é possível utilizar cruzados para os custos no posto, e talvez para parte dos custos de tarifa aérea para viagens educacionais de ou para o posto até a localidade da escola.
- 3/ Subsídio Trimestral de Subsistência com base nos custos de apartamento com 3 ou 4 quartos com alguns móveis (utensílios) com utilidade para um período de 2 anos. Observações: pede-se empregar cruzados para quase todos os custos de residência no país.
- 4/ Os custos de viagens no país são estimados com base na hipótese de que os funcionários residentes do BUREAU viajarão 30 por cento do tempo durante o primeiro ano e 15 por cento do tempo durante o segundo ano. Assim, as viagens (tarifas aéreas) estão estimadas em US\$ 7.200 (16 viagens a US\$ 300 por viagem para o primeiro ano e 8 viagens a US\$ 300 por viagem para o segundo ano).
- 5/ Os custos das diárias no país estão estimados com base na mesma hipótese da nota de rodapé número 4/ acima. Consequentemente, a diária para o primeiro ano é estimada em US\$ 6.770 (15,6 semanas x US\$ 62/dia x 7 dias por semana) e, para o segundo ano, é estimada em US\$ 3.880 (7,8 semanas x 7 dias/semana x US\$ 62/dia).

2. Pessoal com Funções Temporárias — Resumo das Estimativas de Custo (US\$)

Vide nas páginas seguintes a base destes custos.

	Montante Aproximado em Cruzados (US\$)
Salário	
Admitindo-se homem-mês = GS 14/5 = US\$ 7.770 1/	
102 x US\$ 7.770 = US\$ 792.540	
Viagens	
Internacionais	
36 viagens x US\$ 2.100 = US\$ 75.600	(54.000) 2/

No país		
102 x US\$ 650/mês = US\$ 66.300		66.300)
Diárias		
102 x US\$ 2.060/mês = US\$ 210.120		(189.720) 3/
Outros		
102 x US\$ 1.000/mês = US\$ 102.000		
TOTAL (US\$) 1.246.560		

Utilizar o GS 14/5 para fins orçamentários para cobrir:

prorrogação de tempo	custos do GSA
diferencial de cargo	adicional para supervisão
fatores de inflação	

1/ Incluir despesas gerais: vide nas páginas seguintes a derivação do custo do salário mensal.

2/ Aproximadamente US\$ 54.000 do custo total de viagens poderiam ser pagos em cruzados (36 viagens Miami-Rio de Janeiro a US\$ 1.500 cada).

3/ Aproximadamente US\$ 189.720 do custo das diárias poderiam ser pagos em cruzados (102 meses a US\$ 1.860 ao mês para diárias no país).

ESTIMATIVA DE CUSTO PARA O BUREAU NO Brasil (US\$)

Período: 1 Mês

Nível & Salários: GS 12/5 = US\$ 35.835 ao ano

Salário (baseado nos dias reais de trabalho)/mês	2.760	
Benefícios (12% do salário)	330	
Adicional para Licença (22% do salário)	610	
SUBTOTAL	3.700	
Despesas gerais (50% do salário e adicionais)	1.850	
SALÁRIO TOTAL, SUBSÍDIO & DESPESAS GERAIS		5.550
DIFERENCIAL EXTERNO (para um período superior a 42 dias) Vide "Outros" abaixo		
DIÁRIAS		2.060 1/
Viagens (Internacionais)	2.000	
(no país)	650	
Transporte	100	
TOTAL DE VIAGENS & TRANSPORTE		2.750
Outros 2/		1000
TOTAL DOS OUTROS GASTOS	1.000	
TOTAL (US\$)		11.360 3/

Explicação das Notas de Rodapé para os Custos das Funções Temporárias

1/ A diária varia de acordo com a cidade, por exemplo: até 1º de novembro de 1985, as taxas eram as seguintes: Rio de Ja-

neiro — US\$ 90, Recife — US\$ 50, Brasília — US\$ 58, Fortaleza — US\$ 48. Para determinar o orçamento, utilizar a média dessas cidades, que é de US\$ 62 ao dia. Para 30 dias, a diária mensal seria de US\$ 1.860 para a diária no país e US\$ 200 para a diária internacional de e para o Brasil.

2/ "Outros" incluiria o excesso de bagagem, necessidade de diferencial de cargo, custos do GSA, inflação e outros custos administrativos. (Os cálculos variam no âmbito do BUREAU).

3/ Os meses adicionais custariam menos devido à aquisição já feita das passagens aéreas.

ESTIMATIVA DE CUSTO PARA O BUREAU NO Brasil (US\$)

Período: 1 Mês

Nível & Salários: GS 13/5 = US\$ 42.611 ao ano

Salário (baseado nos dias reais de trabalho)/mês	3.260	
Benefícios (12% do salário)	390	
Adicional para Licença (22% do salário)	720	
SUBTOTAL	4.370	
Despesas gerais (50% do salário e adicionais)	2.190	
SALÁRIO TOTAL, SUBSÍDIO & DESPESAS GERAIS		6.560
DIFERENCIAL EXTERNO (para um período superior a 42 dias) Vide "Outros" abaixo		
DIÁRIAS		2.060 1/
Viagens (Internacionais)	2.000	
(no país)	650	
Transporte	100	
TOTAL DE VIAGENS & TRANSPORTE		2.750
Outros 2/	1.000	
TOTAL DOS OUTROS GASTOS		1.000
TOTAL (US\$)		12.370 3/

Explicação das Notas de Rodapé para os Custos das Funções Temporárias

1/ A diária varia de acordo com a cidade, por exemplo: até 1º de novembro de 1985, as taxas eram as seguintes: Rio de Janeiro — US\$ 90, Recife — US\$ 50, Brasília — US\$ 58, Fortaleza — US\$ 48. Para determinar o orçamento, utilizar a média dessas cidades, que é de US\$ 62 ao dia. Para 30 dias, a diária mensal seria de US\$ 1.860 para a diária no país e US\$ 200 para a diária internacional de e para o Brasil.

2/ "Outros" incluiria o excesso de bagagem, necessidade de diferencial de cargo, custos do GSA, inflação e outros custos administrativos. (Os cálculos variam no âmbito do BUREAU).

3/ Os meses adicionais custariam menos devido à aquisição já feita das passagens aéreas.

ESTIMATIVA DE CUSTO PARA O BUREAU NO Brasil (US\$)

Período: 1 Mês

Nível & Salários: GS 14/5 = US\$ 50.354 ao ano

Salário (baseado nos dias reais de trabalho)/mês	3.870
--	-------

Benefícios (12% do salário)	460	
Adicional para Licença (22% do salário)	850	
SUBTOTAL	5.180	
Despesas gerais (50% do salário e adicionais)	2.590	
SALÁRIO TOTAL, SUBSÍDIOS & DESPESAS GERAIS		7.770
DIFERENCIAL EXTERNO (para um período superior a 42 dias) Vide "Outros" abaixo		
DIÁRIAS		2.060 1/
Viagens (Internacionais)	2.000	
(no país)	650	
Transporte	100	
TOTAL DE VIAGENS & TRANSPORTE		2.750
Outros 2/	1.000	
TOTAL DOS OUTROS GASTOS		1.000
TOTAL (US\$)		13.580 3/

Explicação das Notas de Rodapé para os Custos das Funções Temporárias

1/ A diária varia de acordo com a cidade, por exemplo: até 1º de novembro de 1985, as taxas eram as seguintes. Rio de Janeiro — US\$ 90, Recife — US\$ 50, Brasília — US\$ 58, Fortaleza — US\$ 48. Para determinar o orçamento, utilizar a média dessas cidades, que é de US\$ 62 ao dia. Para 30 dias, a diária mensal seria de US\$ 1.860 para a diária no país e US\$ 200 para a diária internacional de e para o Brasil.

2/ "Outros" incluiria o excesso de bagagem, necessidade de diferencial de cargo, custos do GSA, inflação e outros custos administrativos. (Os cálculos variam no âmbito do BUREAU).

3/ Os meses adicionais custariam menos devido à aquisição já feita das passagens aéreas.

3. Seminários de Treinamento Sugeridos — Estimativas de Custo

	Total (US\$)	Montante Aproximado em Cruzados (US\$)
Salário + Benefícios (25 homem-mês)	180.000	
Viagens	60.000	(37.500) 1/
Diárias	40.000	(35.000) 2/
Diversos (Computador, Publicações, Remessas, etc.)	20.000	
TOTAL (US\$)	300.000	

1/ Aproximadamente US\$ 37.500 do custo total das viagens poderiam ser pagos em cruzados (25 viagens Miami-Rio de Janeiro a US\$ 1.500 cada).

2/ Aproximadamente US\$ 35.000 dos custos das diárias poderiam ser pagos em cruzados.

4. Viagens Técnicas aos Estados Unidos da América — Estimativas de Custo

Viagens de 10 a 14 dias aos Estados Unidos da América para discutir questões específicas relacionadas com o projeto e ob-

servar condições similares no campo (6 grupos de 4 participantes cada = 24 viagens).

	Total (US\$)	Montante em Cruzados (US\$)
Viagens US\$ 2.000 x 24	48.000	(36.000)
Diárias (12 dias) x US\$ 75 x 34 =	21.600	
Custos do BUREAU US\$ 1.800 x 24 =	43.200	
Diversos/ADP/Publicações	12.000	
TOTAL (US\$)	124.800	

Prevê-se que será necessário o melhoramento dos equipamentos de computação existentes. No início, recomenda-se que sejam adquiridos quatro microcomputadores.

Custos (para cada)

Equipamento compatível com IBM-XT ou IBM

Equipamento para impressão da qualidade da letra

Transformadores

Supressores de corrente elétrica

Software para:

- processamento de palavras
- projetos gráficos auxiliares
- gráficos gerais
- financiar "spreadsheets" para programação

Telefones para Comunicação

Papéis e suprimentos

Aproximadamente US\$ 15.000 por sistema (Aproximadamente tudo em Cruzados)

TOTAL US\$ 60.000

Nota: Todo o equipamento e o "software" serão comprados no Brasil. Todavia, em caso de programas do BUREAU serem necessários para tarefas técnicas específicas, deverá ser obtida uma autorização de importação com base na inexistência, no Brasil, de material similar.

6. Apoio Técnico (E & R Center) — Estimativas de Custo

Supõe-se que seja fornecido apoio técnico por peritos residentes nos Estados Unidos da América. Seria prematuro avaliar agora os tipos de necessidades específicas e as programações; no entanto, acredita-se que os problemas específicos do projeto, os problemas do modelo hidráulico, o teste dos materiais, ou outras questões específicas possam requerer parecer técnico de equipe do Centro de Engenharia e Pesquisa, em Denver, Colorado. Não se pode atribuir um custo às tarefas específicas; todavia, talvez seja necessário aproximadamente 10% do orçamento total, ou seja US\$ 390.000.

TOTAL US\$ 390.000

empresas brasileiras participarão das obras de infra-estrutura da rodovia iquitos-nauta, no peru

Ajuste Complementar ao Acordo Comercial entre o Brasil e o Peru, para participação de empresas brasileiras nas obras de infra-estrutura da rodovia Iquitos-Nauta, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 11 de novembro de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Peru, Hugo Palma Valderrama.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República do Peru,

Interessados em intensificar a cooperação econômica e comercial e em aprimorar o intercâmbio entre os dois países nesses campos, e, em conformidade com as disposições do Artigo I do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em 5 de novembro de 1976,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

A execução das obras de infra-estrutura relativas a rodovia Iquitos-Nauta, a serem contratadas pela Corporação Departamental de Desenvolvimento de Loreto — CORDELOR, será confiada conjuntamente a empresas brasileiras e peruanas.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil, ao tomar conhecimento dos entendimentos mantidos entre a empresa brasileira, Construtora Andrade Gutierrez S.A., e a Corporación Departamental de Desarrollo de Loreto — CORDELOR, coloca à disposição do Governo peruano os certificados de serviços prestados pela empresa brasileira na área de construção de rodovias.

ARTIGO III

O Governo brasileiro, com o objetivo de apoiar a realização das referidas obras de infra-estrutura, compromete-se a autorizar a concessão de crédito, com prévia manifestação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., para a execução do projeto mencionado no Artigo I, estabelecendo, em coordenação com o Governo do Peru, o valor, condições gerais de financiamento e prazo de validade de crédito a outorgar.

ARTIGO IV

As entidades designadas para a execução deste Ajuste

Complementar envidarão todos os esforços para promover, no menor prazo possível, as formalidades necessárias à apresentação e exame de propostas, parecer final e assinatura dos contratos comerciais e financeiros.

ARTIGO V

O presente Ajuste Complementar, que entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, terá a vigência necessária para a conclusão de todas as etapas, observadas as disposições do Artigo III.

ARTIGO VI

Este Ajuste Complementar poderá ser modificado por troca de Notas diplomáticas, mediante acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, entrando a modificação em vigor na data de recebimento da respectiva Nota de resposta.

Feito em Brasília, aos 11 dias do mês de novembro de 1986, em dois textos originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República do Peru

Hugo Palma Valderrama
Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário do Peru

itamaraty e ministério da cultura assinam ajuste para preservação, conservação e manutenção do museu histórico e diplomático

Ajuste entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura, com interveniência da Fundação Pró-Memória, para preservação, conservação e manutenção do Museu Histórico e Diplomático, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 1986, pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, pelo Ministro da Cultura, Celso Furtado, e pelo Presidente da Fundação Pró-Memória, Joaquim de Arruda Falcão Neto.

Aos 5 dias do mês de dezembro de 1986, o Ministério das Relações Exteriores, neste ato representado por seu titular, Ministro Roberto de Abreu Sodré, e o Ministério da Cultura, neste ato representado por seu titular, Ministro Celso Furtado, com a interveniência da Fundação Nacio-

nal Pró-Memória, representada por seu Presidente, Doutor Joaquim de Arruda Falcão Neto, celebram o presente Ajuste, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objetivo do presente Ajuste é a preservação, conservação e manutenção do imóvel tombado, localizado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 196, no Rio de Janeiro, bem como o fornecimento de apoio técnico ao Museu Histórico e Diplomático.

CLÁUSULA SEGUNDA

Caberá ao Itamaraty, através de seu Escritório Regional no Rio de Janeiro:

- a) proporcionar, a título temporário, acomodação física aos funcionários da Pró-Memória empenhados na consecução dos objetivos traçados na Cláusula Primeira, no segundo andar da ala oeste do Palácio Itamaraty bem como espaço no depósito da garagem e dez vagas no estacionamento interno.
- b) supervisionar a contratação e execução das obras de reparação e conservação das instalações do Museu Histórico e Diplomático, tanto aquelas a serem cobertas com recursos próprios como as custeadas com fundos provenientes da Pró-Memória.

CLÁUSULA TERCEIRA

Incumbirá ao Ministério da Cultura, através da Pró-Memória:

- a) dar apoio técnico ao projeto museológico do Museu Histórico e Diplomático, através da Coordenadoria de Acervos Museológicos;
- b) colocar à disposição do Itamaraty, para atividades do Museu Histórico e Diplomático, dois museólogos e dois auxiliares para restauração de telas, cujos nomes serão submetidos previamente ao exame da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;
- c) acompanhar e fiscalizar, através da Sexta Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, a execução das obras e serviços necessários à preservação do Palácio Itamaraty;
- d) destinar às obras de recuperação do Palácio Itamaraty a importância de CZ\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados) no exercício de 1986, e CZ\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados), em 1987;
- e) utilizar as facilidades referidas na cláusula segunda, letra "a", com unidades e pessoal exclusivos da Pró-Memória, cujas atividades se relacionem com o disposto no presente Ajuste;

- f) instruir os funcionários em serviço no Museu Histórico e Diplomático a respeitarem e fazerem respeitar as regras de segurança e de proteção aplicáveis às instalações do Palácio Itamaraty.

CLÁUSULA QUARTA

Este Ajuste vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 1987.

CLÁUSULA QUINTA

O presente instrumento poderá ser rescindido, no todo ou em parte, mediante aviso prévio, por escrito, de, no mínimo, noventa dias. Poderá, igualmente, a qualquer tempo, ser alterado ou prorrogado por termo aditivo.

E por estarem, assim, acordados, assinam o presente Ajuste em três vias de igual teor, forma e valor.

Pelo Ministério das Relações Exteriores:

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Ministério da Cultura:

Celso Furtado

Pela Fundação Nacional Pró-Memória

Joaquim de Arruda Falcão Neto

os acordos entre o brasil e a argentina

Durante a visita do Presidente Raúl Alfonsín ao Brasil foram assinados, em Brasília, em 10 de dezembro de 1986, os seguintes acordos entre os dois países:

Ata de Amizade Brasileiro-Argentina e Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, assinadas pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín;

Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica;

Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período de 1962/1980 e Programa de Integração e Cooperação Econômica (e seus anexos), assinados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré e pelo Ministro das Relações e Culto da Argentina, Dante Caputo;

Convênio entre a Petrobrás e Yacimientos Petrolíferos Fiscales S.E., sobre desenvolvimento de atividades de indústria do petróleo e do gás, assinado pelo Ministro, Interino, das Minas e Energia, Paulo Richer, pelo Presidente da Petrobrás, Osires Silva, pelo Secretário de Energia, Jorge Lapeña, pelo Subsecretário de Planejamento Energético, Alfredo Storani, pelo Presidente da YPF, Rodolfo Otero, e pelo Presidente da Gás del Estado, Carlos Bechelli; e Convênio de Cooperação Tecnológica na área do petróleo e do gás, assinado pelo Ministro, Interino, das Minas e Energia, Paulo Richer, pelo Presidente da Petrobrás, Osires Silva, pelo Presidente da Petrobrás Internacional, Wagner Freire, pelo Secretário de Energia, Jorge Lapeña, pelo Subsecretário de Planejamento Energético, Alfredo Storani, e pelo Presidente da YPF S.E., Rodolfo Otero.

XIV e XV reuniões da comissão nacional para assuntos antárticos

Comunicados do Itamaraty à imprensa, divulgados em Brasília, respectivamente, em 9 de outubro e 15 de dezembro de 1986.

COMUNICADO DE 9 DE OUTUBRO

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) foi criada pelo Decreto 86.829, de 12 de janeiro de 1982. Sua função é de elaborar e supervisionar a execução da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que estabelece as diretrizes básicas das atividades antárticas do país. A CONANTAR, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, é constituída por representantes dos seguintes órgãos:

Ministério da Marinha
Ministério do Exército
Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Agricultura
Ministério da Educação
Ministério da Aeronáutica
Ministério das Minas e Energia
Ministério da Ciência e Tecnologia
Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Estado-Maior das Forças Armadas
Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Nas quatorze Reuniões que realizamos até hoje, a CONANTAR vem acompanhando a cooperação internacional que o Brasil mantém em assuntos antárticos. Além disso, a Comissão tem proposto à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão encarregado da execução do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), linhas de ação para o desenvolvimento de nossas atividades na Antártida. A CONANTAR também acompanha o desenvolvimento de negociações no âmbito do Tratado da Antártida, de que o Brasil é Parte Consultiva.

Em sua XIV Sessão, realizada em 9 de outubro, os seguintes assuntos de maior relevo constaram da agenda da Comissão:

Política Nacional para Assuntos Antárticos. A Comissão examinou o anteprojeto do documento "Política Nacional para Assuntos Antárticos", em que se conceitua nossa política antártica à luz dos interesses brasileiros e das responsabilidades e obrigações decorrentes de nossa inserção no Sistema do Tratado da Antártida. Seu teor será divulgado após aprovação final.

Sistema do Tratado da Antártida. A Comissão passou em revista os principais desdobramentos ocorridos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida, tendo examinado as condições de aprovação, pelo Brasil, das Recomendações das Reuniões Consultivas.

XIV Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártida, no Brasil, em 1987. Entre os desdobramentos do Sistema do Tratado da Antártida, tratou-se da preparação da XIV Reunião Consultiva do Tratado, a se realizar no Brasil, pela primeira vez, em 1987.

Recursos Minerais Antárticos. Foram examinadas as negociações de um regime para exploração e aproveitamento dos recursos minerais antárticos e aprofundado o estudo das posições brasileiras sobre o assunto.

Recursos Vivos Marinhos Antárticos. A Comissão registrou com satisfação a recente admissão do Brasil como membro pleno da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), ocorrida em 8 de setembro último, por ocasião da V Reunião, realizada em Hobart, na Austrália, sede da organização.

PROANTAR. A CONANTAR avaliou a situação atual de aplicação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com destaque para a Operação Antártica V, durante o próximo verão e no inverno de 1986; para a necessidade de aumento de recursos financeiros destinados ao Programa; e para a construção do navio polar brasileiro.

Cooperação com outros países. A Comissão reviu, à luz dos compromissos e dos interesses brasileiros relacionados com o Tratado da Antártida, a cooperação internacional que o Brasil vem desenvolvendo sobre assuntos antárticos, dedicando atenção especial às possibilidades de utilização do Porto de Rio Grande por navios antárticos estrangeiros e da Estação de Apoio Antártico (ESANTAR), também situada em Rio Grande, por programas antárticos de outros países.

Toponímia antártica. A Comissão dedicou-se a examinar duplicações e omissões na toponímia antártica, visando à superação de dificuldades daí decorrentes.

A CONANTAR verificou com satisfação que após a recente aceitação do Brasil como membro pleno da CCAMLR, na reunião que se realizou em setembro último, o país faz parte, hoje, de todos os foros relevantes do Sistema do Tratado da Antártida, situação que permite a continuidade da atuação eficaz que temos desenvolvido desde a adesão ao Tratado, em 1975.

COMUNICADO DE 15 DE DEZEMBRO

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) foi criada pelo Decreto 86.829, de 12 de janeiro de 1982. Sua função é de elaborar e supervisionar a execução da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que estabelece as diretrizes básicas das atividades antárticas do país. A CONANTAR, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, é constituída por representantes dos seguintes órgãos:

Ministério da Marinha
Ministério do Exército
Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Agricultura
Ministério da Educação
Ministério da Aeronáutica
Ministério das Minas e Energia
Ministério da Ciência e Tecnologia
Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Estado-Maior das Forças Armadas
Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Em sua XV Reunião, realizada a quinze de dezembro, a Comissão tratou dos seguintes assuntos principais cujo exame, em sua maioria, fora iniciado por ocasião da reunião anterior, no dia 9 de outubro.

Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). A Comissão deu continuidade ao exame do anteprojeto da "Política Nacional para Assuntos Antárticos" (POLANTAR), a ser divulgada após aprovação final. O documento conterá a conceituação de nossa política antártica à luz dos interesses brasileiros e das responsabilidades e obrigações decorrentes de nossa inserção, no Sistema do Tratado da Antártida. A importância e complexidade deste tema vem determinando exame particularmente atento de todos os Membros da Comissão, inclusive por meio de consultas informais entre as reuniões formais.

Recursos Minerais Antárticos. A Comissão voltou a examinar o tema das negociações em curso sobre a definição de um regime para a exploração e aproveitamento de recursos minerais antárticos, objeto da nona rodada da IV Reunião Consultiva Especial sobre o assunto, realizada em outubro e novembro últimos, em Tóquio. O Brasil tem insistido em que as desvantagens decorrentes de nossa situação de país em desenvolvimento sejam compensadas por condições adequadas quando da eventual definição de um regime.

PROANTAR. Foram examinadas as atividades do PROANTAR, focalizadas, em dezembro, no desdobramento da Operação Antártica V, iniciada com a viagem do Navio de Apoio Oceanográfico "Barão de Teffé", no dia 17 de novembro, e do primeiro voo de apoio da Força Aérea. Durante o verão, dois outros navios, o "Professor Wladimir Besnard", da Universidade de São Paulo, e o "Almirante Câmara", este pela primeira vez a ser utilizado em atividades antárticas, realizarão pesquisas na Antártida. Foi as-

nalado que durante a Operação Antártica V encerrar-se-á a primeira invernada brasileira na Antártida. A CONANTAR foi informada de que o orçamento do PROANTAR para 1987 aumentará, proporcionalmente, a participação dos programas científicos na distribuição de fundos do programa.

Toponímia Antártica. A Comissão aprovou projeto de Resolução por meio da qual solicita providências da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar para a compilação e a adoção de toponímia antártica a ser utilizada pelo Brasil.

Representação da Comunidade Científica. A CONANTAR voltou a examinar as condições de participação de representante da Comunidade Científica nas reuniões da Comissão, atualmente efetuada em caráter *ad hoc*.

governo brasileiro presta ajuda a vítimas do terremoto em el salvador

Comunicados do Itamaraty à imprensa, divulgados em Brasília, respectivamente, em 13 e em 15 de outubro de 1986.

COMUNICADO DE 13 DE OUTUBRO

Ao tomar conhecimento na tarde de sexta-feira, 10 de outubro, do terremoto que havia assolado a capital salvadorenha, o Presidente José Sarney e o Ministro Abreu Sodré enviaram de imediato telegramas ao Presidente José Napoleón Duarte e ao Chanceler Ricardo Acevedo Peralta, manifestando o pesar e a solidariedade do Governo e do povo brasileiros.

Na manhã do sábado, o Itamaraty estabeleceu contato com a Cruz Vermelha Brasileira, de maneira a centralizar naquela instituição o possível envio de material de socorro, a partir das necessidades que, com presteza, a Cruz Vermelha Internacional costuma aferir. O Governo brasileiro providenciará posteriormente o envio do material que for obtido a El Salvador.

O Itamaraty tem mantido contato constante com a Embaixada do Brasil em São Salvador. Todos os funcionários daquela unidade, bem como seus familiares, estão bem e nada sofreram. Não existe, outrossim, informação de que membros da colônia brasileira hajam sido atingidos. Vários dentre eles, aliás, já se comunicaram com a Embaixada.

COMUNICADO DE 15 DE OUTUBRO

Com o objetivo de contribuir para a assistência às vítimas

do terremoto, o Governo Brasileiro está enviando a El Salvador um hospital de campanha, operado pelo Ministério da Aeronáutica. O hospital, que é autosuficiente, inclusive no que se refere ao alojamento das equipes médicas e para-médicas, será transportado em avião C-130 da FAB e montado em San Salvador. Além da tripulação e da equipe médica, viajará a bordo do C-130 o diplomata Conselheiro Gastão Bandeira de Mello, com a missão de coordenar a operação com a Embaixada do Brasil naquele país e as autoridades salvadorenhas. O hospital móvel deverá permanecer em San Salvador por um período de vinte dias, aproximadamente. A equipe é constituída de cerca de 50 pessoas, capacitadas a dar atendimento a todos os casos de pronto-socorro, inclusive radiologia, anestesia, intervenções cirúrgicas e pediatria. O hospital dispõe de 30 leitos para recuperação imediata, que, entretanto não deverão ser utilizados para internação prolongada. O avião deverá em princípio, partir na manhã de quinta-feira, dia 16.*

brasil e argentina encerram trabalhos para implementação do centro de biotecnologia

Comunicado à imprensa, divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de outubro de 1986.

Concluíram-se hoje, no Palácio do Itamaraty, os trabalhos do Grupo Brasil-Argentina encarregado de propor os documentos necessários à implementação do Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia, criado pelo Protocolo nº 9 anexo à Ata de Integração assinada pelos Presidentes Sarney e Alfonsín, em Buenos Aires em julho passado.

Decidiu-se que o Centro consistirá na articulação de núcleos de pesquisa dos sistemas nacionais de ambos os países para fins de execução de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e atividades conexas de interesse comum.

Houve consenso sobre a estrutura, funcionamento e áreas temáticas para o Centro, tendo-se elevado o documento aprovado pelo Grupo à consideração da Comissão de Execução do Programa de Integração Brasil-Argentina.

As Delegações do Brasil e da Argentina foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro Marco Cesar Meira Naslowsky, Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, e pelo Doutor Carlos Abeledo, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da República Argentina.

assembléia geral da onu aprova criação de zona de paz e cooperação no atlântico sul

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 27 de outubro de 1986.

A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou em 27 de outubro o projeto de resolução de iniciativa brasileira que cria a "Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul". A resolução foi adotada por 124 votos a favor, um contra (Estados Unidos da América) e oito abstenções (Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e República Federal da Alemanha).

A resolução aprovada foi co-patrocinada pela grande maioria dos países da região do Atlântico Sul: Argentina, Angola, Brasil, Cabo Verde, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Uruguai. Recebeu também o co-patrocinio do país que preside a atual Assembléia Geral, Bangladesh.

O Governo brasileiro se congratula com o fato de que a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tenha recebido a mais expressiva votação dentre todas as iniciativas do mesmo gênero, referentes a outras áreas geográficas. A Declaração foi aprovada com o voto efetivo de países de todas as regiões do mundo. Além da América Latina e da África, concorreram para sua adoção os votos positivos dos países asiáticos, árabes, socialistas e de expressivos integrantes do Grupo Ocidental, como: Austrália, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido, Suécia, Turquia e Áustria.

A aprovação dessa importante iniciativa constitui o reconhecimento, por parte da comunidade internacional, de que a região do Atlântico Sul tem identidade própria e deve ser mantida à margem de tensões exógenas.

Ao agradecer o apoio recebido de todos os países que votaram a favor desta iniciativa construtiva e interessada na manutenção da paz e da cooperação no Atlântico Sul, o Governo brasileiro renova a expressão de seu alto propósito de unir esforços com os países da região para a promoção de seus legítimos interesses comuns, para a conquista do desenvolvimento econômico e social e para o fortalecimento da paz e da segurança regionais.

Eis a íntegra do Projeto de Resolução (tradução não-oficial) que cria a "Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul":

* Na seção **Mensagens**, página 120, mensagens de pesar ao Governo salvadorenho, enviadas pelo Governo brasileiro.

A Assembléia Geral

Consciente da determinação dos povos dos Estados da região do Atlântico Sul de preservar sua independência, soberania e integridade territorial e de desenvolver suas relações sob condições de paz e liberdade,

Convencida da importância de promover a paz e a cooperação no Atlântico Sul, em benefício de toda a humanidade e, em particular, dos povos da região,

Convencida, ainda, da necessidade de preservar a região de medidas de militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, de armas nucleares,

Reconhecendo o interesse e a responsabilidade especiais dos Estados da região em promover a cooperação regional com vistas ao desenvolvimento econômico e à paz,

Plenamente ciente de que a independência da Namíbia e a eliminação do regime racista do **apartheid** são condições essenciais para garantir a paz e a segurança do Atlântico Sul,

Recordando os princípios e normas do Direito Internacional aplicáveis ao espaço oceânico e, em particular, o princípio dos usos pacíficos dos oceanos,

Convencida de que a criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul representaria contribuição significativa para o fortalecimento da segurança e da paz internacionais, bem como para a promoção dos princípios e propósitos das Nações Unidas,

1. **Declara solenemente** o oceano Atlântico, na região situada entre a África e a América do Sul, como "Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul";

2. **Insta** todos os Estados da região do Atlântico Sul a, ademais, promover a cooperação regional, com vistas, *inter alia*, ao desenvolvimento econômico e social, à proteção do meio ambiente, à conservação dos recursos vivos e à paz e à segurança em toda a sua área;

3. **Insta** todos os Estados de outras regiões, em particular aqueles militarmente significativos, a respeitarem escrupulosamente a região do Atlântico Sul como zona de paz e de cooperação, em particular pela redução e eventual eliminação de sua presença militar, pela não-introdução de armas nucleares e outras armas de destruição em massa e pela não-transferência para a região de rivalidades e conflitos a ela estranhos;

4. **Insta** todos os Estados da região e de todas as outras regiões a cooperarem para a eliminação de todas as formas de tensão na área, a respeitarem a unidade nacional, a soberania, a independência política e a integridade territorial de todos os Estados da região, a absterem-se da ameaça ou uso da força, e a observarem estritamente o princípio

de que, o território de um Estado não pode ser objeto de ocupação militar em decorrência do uso da força em violação da Carta das Nações Unidas, bem como o princípio de que a aquisição de territórios pela força é inadmissível;

5. **Reafirma** que a eliminação do **apartheid** e a concretização da autodeterminação e da independência pelo povo da Namíbia, bem como a cessação de todos os atos de agressão e subversão contra Estados na zona, são essenciais para a paz e a segurança na região do Atlântico Sul; e **urge** a implementação de todas as resoluções pertinentes das Nações Unidas sobre o colonialismo, o racismo e o **apartheid**;

6. **Pede** ao Secretário Geral que submeta um relatório à XLII sessão da Assembléia Geral sobre a situação do Atlântico Sul e a implementação da presente Declaração, levando em consideração as opiniões dos Estados-Membros;

7. **Resolve** inscrever na agenda provisória da sua XLII sessão o item intitulado "Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul".

Itamaraty reitera apoio à reivindicação argentina de soberania sobre as malvinas

Comunicados do Itamaraty à imprensa, divulgados em Brasília, respectivamente, em 30 de outubro e em 10 de dezembro de 1986.

COMUNICADO DE 30 DE OUTUBRO

Com referência à declaração emitida em 29 de outubro pelo Governo britânico e ao comunicado do Governo argentino, divulgado na noite de ontem, a Chancelaria brasileira reitera sua tradicional posição de apoio, desde 1833, à reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas, com as implicações decorrentes.

De conformidade com as resoluções das Nações Unidas, e também dentro do espírito de nossa diplomacia, o Brasil tem exortado a Argentina e o Reino Unido a encontrarem uma solução pacífica e duradoura para a disputa que os separa.

O Brasil procura, assim, pelos meios ao seu alcance, contribuir para que se preserve um clima de confiança que favoreça uma solução negociada do problema.

Nesse contexto, nossas expectativas foram fortalecidas pela criação de uma "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul", projeto que acaba de ser aprovado pelas Nações Unidas, com o co-patrocinio da Argentina e com o voto favorável do Reino Unido.

Em coerência com a sua posição histórica com relação ao diferendo das Malvinas, o Brasil vê com grande preocupação qualquer decisão unilateral que possa acrescentar tensões na área do Atlântico Sul e que, desta forma, venha a comprometer o clima de confiança indispensável à solução daquela disputa.

Nessas circunstâncias o Brasil reafirma sua adesão às Resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a matéria.

COMUNICADO DE 10 DE DEZEMBRO

No contexto das conversações mantidas entre os dois Primeiros Mandatários, o Presidente Raúl Alfonsín reiterou o reconhecimento do Governo argentino pelo apoio invariável que o Governo brasileiro tem prestado à posição argentina sobre as Ilhas Malvinas. O Presidente José Sarney reafirmou o sólido respaldo do Brasil a essa posição, especialmente diante da evolução da situação a partir de 29 de outubro último, tal como manifestado nas reuniões dos Chanceleres em Punta del Este, do Conselho Permanente da OEA e da sessão em curso da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Brasília, 10 de dezembro de 1986.

saraiva guerreiro eleito membro da comissão jurídica interamericana da oea

O Palácio do Itamaraty, em Brasília, divulgou, em 14 de novembro de 1986, o seguinte Comunicado à imprensa:

O Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro foi eleito, hoje, 14.11.86, com 26 sufrágios, num total de 28 votantes, membro da Comissão Jurídica Interamericana da OEA, sediada no Rio de Janeiro.

chanceleres dos grupos de contadora e de apoio examinam situação da américa central

Comunicado de imprensa divulgado, no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1986, logo após a reunião dos Chanceleres da Colômbia, México, Panamá e Venezuela, integrantes do Grupo de Contadora, e os da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, membros do Grupo de Apoio.

Os Chanceleres da Colômbia, México, Panamá e Venezuela, integrantes do Grupo de Contadora, e os da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, membros do Grupo de Apoio,

reunidos na cidade do Rio de Janeiro em 17 e 18 de dezembro, examinaram a situação centro-americana.

A respeito:

Expressaram sua mais grave preocupação pela evolução dos acontecimentos recentes, evidenciada por combates entre forças regulares dos dois países da área e bombardeio a populações civis; pelo aumento da atividade das forças irregulares que atuam na região; pela intensificação de políticas e ações intervencionistas de países de fora da área que violam claramente o direito internacional; pela suspensão do diálogo e do processo negociador e pela escalada bélica naquela zona. Tudo isso afasta cada vez mais as possibilidades de paz, democracia pluralista e plena vigência dos direitos humanos.

Afirmaram que a radicalização do conflito centro-americano poderia afetar seriamente a estabilidade e a segurança de toda a América Latina. A deterioração dos processos políticos e sociais na região contribui para agravar ainda mais essa radicalização.

Identificaram como necessidade imediata a criação de condições que permitam adotar as ações já identificadas na Mensagem de Caraballeda e na Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central, ao invés de elaborar novas propostas.

Os Chanceleres agradeceram e consideraram alentador o renovado respeito da comunidade internacional ao processo de pacificação do Grupo de Contadora, manifestado nas recentes resoluções aprovadas por consenso nas Assembléias Gerais da OEA e da ONU, e acolheram com beneplácito a estimulante mensagem recebida no curso desta reunião dos países das Comunidades Européias.

Receberam com suma satisfação e reconhecimento a iniciativa conjunta dos Secretários Gerais da ONU e da OEA, na qual oferecem a gama de serviços que ambas Organizações poderiam proporcionar para complementar ou consolidar as gestões que vêm sendo empreendidas no marco de Contadora.

Em consequência decidiram:

1. Renovar seu esforço pacificador através de gestão urgente, mediante visita aos cinco países da região centro-americana de Chanceleres do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio e dos Secretários Gerais da ONU e da OEA, que aceitaram dela participar.

2. Empreender uma ação de mobilização de recursos econômicos e técnicos, buscando a colaboração do conjunto da comunidade internacional a fim de promover, nos países centro-americanos, condições que permitam mitigar os seus agudos problemas econômicos, o que contribuiria para seus processos de paz e desenvolvimento social e para o fortalecimento das instituições políticas democráticas na área. Nesse contexto, consideraram da maior importância

a próxima reunião com os Chanceleres da CEE, que será celebrada na cidade de Guatemala.

3. Solicitar a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas no conflito que se abstenham do uso da força e de qualquer ação ou ajuda que o promova, a fim de evitar a escalada bélica e de retomar o processo de negociação, único caminho para assegurar uma solução estável a todos os problemas da região.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1986.

grupo de contadora decide fortalecer unidade latino-americana

Comunicado de imprensa divulgado, no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1986, logo após reunião dos Chanceleres da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

Os Chanceleres da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela, a partir da experiência de vários anos derivada de nossa ação conjunta nos Grupos de Contadora e de Apoio, decidimos fortalecer e sistematizar a concertação política de nossos Governos, através de um processo de consultas regulares sobre temas que afetam ou interessam a nossos países, no contexto de uma crescente unidade latino-americana.

O ressurgimento da democracia na América Latina permite um intenso diálogo político, em que se reafirma a necessidade de conjugar esforços e potencialidades para encontrar soluções próprias para nossas dificuldades e impulsionar o desenvolvimento autônomo e sustentado da região.

Une-nos o propósito de fortalecer a democracia a partir de um vigoroso desenvolvimento econômico e social de nossa região, baseado em um crescente processo de cooperação e integração na América Latina.

Em consequência, decidimos dar a nossos encontros o caráter de um mecanismo permanente de consulta e concertação política.

O mecanismo terá os seguintes objetivos básicos:

- a) Ampliar e sistematizar a cooperação política entre nossos Governos.
- b) Examinar as questões internacionais que sejam de especial interesse para nossos Governos e concertar posições comuns com relação às mesmas, particularmente nos foros internacionais.
- c) Aprimorar o funcionamento e a coordenação dos organismos latino-americanos de cooperação e integração.
- d) Propiciar soluções próprias para os problemas e conflitos que afetem a região.
- e) Promover iniciativas e ações destinadas a melhorar, pelo diálogo e pela cooperação, as relações interamericanas.
- f) Promover os processos de cooperação e integração na América Latina.
- g) Explorar em conjunto novos campos de cooperação que favoreçam o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico de nossos países.
- h) Examinar a conveniência e a oportunidade de propor reuniões de Chefes de Estado de nossos países.

Este mecanismo de consulta fomentará o diálogo sistemático com outros países e grupos de países, de dentro e de fora da região.

O mecanismo de consulta se reunirá três vezes por ano. O próximo encontro será celebrado na Argentina durante o mês de abril.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1986.

governo brasileiro envia mensagem de pesar ao governo salvadorenho

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente de El Salvador, José Napoleão Duarte, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, ao Chanceler salvadorenho, Ricardo de Azevedo Peralta, em 10 de outubro de 1986, a propósito do terremoto que assolou a capital daquele país.

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Recebi consternado a notícia do terremoto que enlutou o povo irmão de El Salvador. Aceite, Excelência, em nome do povo e do Governo brasileiros, e no meu próprio, os mais profundos sentimentos de pesar nesta hora de provação por que passa o nobre povo salvadorenho. Esteja seguro da fraterna solidariedade de todos os brasileiros neste difícil momento. Mais alta consideração.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER ABREU SODRÉ

Receba minhas sinceras manifestações de profundo pesar diante da catástrofe que abalou El Salvador. Neste momento de dor, o Governo e o povo brasileiros expressam sua solidariedade aos seus irmãos salvadorenhos, enlutados pela perda de tantas vidas. Alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

o falecimento do presidente samora machel

Mensagem do Presidente José Sarney ao Primeiro-Ministro de Moçambique, Mário da Graça Machungo, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Major-General Joaquim Alberto Chissano, em 20 de outubro de 1986, a propósito do falecimento do Presidente Samora Machel.

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Profundamente comovido pela notícia do falecimento inesperado do Presidente Samora Machel e de outros altos dirigentes moçambicanos, rogo a Vossa Excelência transmitir às famílias enlutadas, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, as expressões das nossas mais sinceras condolências bem como receber nossa solidariedade com o povo moçambicano pela trágica perda do Grande Chefe de Estado.

Esteja Vossa Excelência seguro de que o Presidente Samora Machel será sempre lembrado pelo povo brasileiro pelo seu papel de liderança na luta pela independência e a unidade de Moçambique e pela incessante procura da paz na África Austral através da eliminação do racismo e dos vestígios do colonialismo na região.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER ABREU SODRÉ

Neste momento de dor para Moçambique pelo falecimento inesperado do Presidente Samora Machel e de outros altos dignitários moçambicanos, peço-lhe aceitar a expressão das minhas mais sinceras condolências. Na condução da política moçambicana, o grande estadista Samora Machel jamais perdeu a perspectiva dos destinos do seu povo e do papel fundamental de Moçambique na construção da paz e da segurança na África Austral. Mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

presidente José Sarney envia mensagem ao papa João Paulo II

Mensagem do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II, em 28 de outubro de 1986, a propósito do transcurso do Dia pela Trégua Universal.

A Sua Santidade o Papa João Paulo II — Santa Sé, Estado do Vaticano. Profundamente sensibilizado pela mensagem com que Vossa Santidade lançou o apelo a uma trégua universal no próximo dia 27 de outubro, desejo levar-lhe a expressão da solidariedade do povo e do Governo brasileiros, que se unem em torno dos ideais e dos valores cris-

tãos tão oportunamente evocados por Vossa Santidade. O Brasil sente-se orgulhoso de poder trazer a essa celebração o aporte de uma longa tradição de paz, moderação e sentido da conciliação, que lhe dá já mais de um século de convivência pacífica e amistosa com todos os povos, em especial os seus fraternos vizinhos latino-americanos.

O apelo de Vossa Santidade encontra eco nos corações brasileiros. Conciliados nos mesmos ideais, unidos em torno de grandes tarefas no campo social e humano, desejamos os brasileiros poder continuar a contribuir, em todas as oportunidades, para que este seja um mundo de paz, em que as diferenças, próprias da natureza humana, sejam encaminhas pela via do diálogo, através do imenso poder da palavra. Seja o dia 27 de outubro uma oportunidade para que as reflexões e os sentimentos com a realidade de tanta violência, agressões, atropelos e injustiças.

O Brasil, maior nação católica do Globo e profundamente apegado aos valores universais da fraternidade cristã, é campo fértil para a pregação de Vossa Santidade. Tenho a certeza de que suas palavras, pronunciadas em Lyon, são a expressão do sentimento com que os brasileiros encaram a convivência entre as nações e entre os homens.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Santidade, Beatíssimo Padre, a expressão do meu mais profundo respeito.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

a eleição do presidente de moçambique, joaquim alberto chissano

Mensagens do Presidente José Sarney, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e do Secretário Geral das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, ao Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, enviadas em 4 de novembro de 1986.

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Por ocasião da eleição de Vossa Excelência para os altos cargos de Presidente da República e da Frente de Libertação de Moçambique, rogo aceitar os sinceros parabéns e os votos que formulo, em meu nome e no de todo o povo brasileiro, para que sua missão de liderança da grande nação moçambicana seja coroada de êxito.

2. Nesta oportunidade, quero reiterar o desejo do Governo brasileiro de manter e intensificar as relações de franca amizade, cooperação e profícuo entendimento existentes com o Governo de Moçambique, para atender, de forma mutuamente benéfica, os mais altos anseios de nossos povos irmãos. Mais alta consideração.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Congratulo-me com Vossa Excelência por sua eleição para os altos cargos de Presidente da República Popular de Moçambique e da Frente Popular de Libertação de Moçambique. Estou seguro de que sob a experimentada liderança de Vossa Excelência e inspirado pelo pensamento e a obra de seu saudoso predecessor, Presidente Samora Machel, o povo moçambicano trilhará com êxito os caminhos de paz e da prosperidade. Mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

MENSAGEM DO SECRETÁRIO GERAL PAULO TARSO FLECHA DE LIMA

Rogo aceitar as minhas sinceras congratulações pela eleição de Vossa Excelência aos elevados cargos de Presidente da Frente de Libertação de Moçambique e Presidente da República Popular de Moçambique. Com os votos de pleno êxito nessas importantes missões, estou certo de que Vossa Excelência saberá, guiado pelo espírito de luta e vitória de seu antecessor, o líder e estadista Samora Machel, conduzir à plena realização os destinos do grande povo irmão moçambicano. Mais alta consideração.

Paulo Tarso Flecha de Lima

Secretário Geral das Relações Exteriores

o centésimo número da revista “brasil comércio e indústria”

Mensagem do Presidente José Sarney ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em 4 de novembro de 1986, por ocasião da edição do 100º número da revista “Brasil Comércio e Indústria”.

No momento em que se comemora o lançamento do centésimo número da Revista Brasil Comércio e Indústria, receba Vossa Excelência, os meus melhores cumprimentos. Transmita-os a todos os funcionários do Itamaraty que, no Brasil e no exterior, ontem e hoje, vêm participando desse esforço de promoção de nossas exportações — que a revista tão bem sintetizada, através de seus mais de cem mil assinantes — reafirmando-lhes o apreço e a alta conta em que os tenho e o reconhecimento que ora lhes manifesto.

José Sarney

Presidente da República.

ministro do desenvolvimento urbano e meio ambiente visita moscou

O Ministro Deni Schwartz realizou visita a Moscou, onde cumpriu extensa agenda de compromissos, encontros e visitas a comitês e organizações soviéticas ligados aos setores de atuação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A visita do Ministro Schwartz alcançou seus objetivos de promover as exportações brasileiras para a URSS, inaugurar a segunda Mostra Comercial Brasileira em Moscou, a Expobrasil'86, lançar iniciativas pioneiras de cooperação no campo da tecnologia de construções e de transportes urbanos e, finalmente, demonstrar de forma realista as possibilidades de aumentar a cooperação de acordo com o nível de desenvolvimento alcançado pelos dois países.

O Ministro Schwartz foi recebido, em primeiro lugar, pelo Presidente da Câmara de Comércio da URSS, Senhor Pitovranov. Nessa reunião, o Ministro brasileiro acentuou a necessidade de se implementarem novos mecanismos que tornem mais efetiva a cooperação entre o Brasil e a URSS. Pitovranov aproveitou a ocasião para convidar as empresas ligadas ao MDU a participarem de feiras internacionais em Moscou e em outras cidades da União Soviética, bem como para sugerir o aumento do comércio de patentes, que ainda não corresponde ao grau de desenvolvimento tecnológico de ambas as partes. O segundo encontro realizou-se no Comitê Estatal Para Meio Ambiente. Na ocasião, o Ministro Schwartz trocou informações com o Senhor Iu. A. Izrael, Presidente do Comitê e com **status** de Ministro de Estado, sobre os problemas relativos à preservação do meio ambiente e as diversas soluções adotadas na URSS para manter o nível das normas de proteção ambiental. Ao término da reunião, o Ministro Schwartz acordou com o Senhor Izrael a troca constante de informações entre o MDU e o comitê soviético.

Após essa reunião, o Ministro Schwartz dirigiu-se ao Comitê Estatal Para a Construção Civil, onde foi recebido por seu 1º Vice-Presidente, Senhor Ischenko. A oportunidade serviu não apenas para uma troca de idéias sobre a área de atuação daquele Comitê, responsável por todas as grandes obras de construção da URSS e formulador das normas e leis que regem a construção no país. Sobre tudo foram discutidas as possibilidades de cooperação entre o Brasil e a URSS no campo da tecnologia e equipamentos de construção de habitações.

O encontro seguinte deu-se no Comitê Estatal Para as Relações Econômicas com o Exterior, ocasião em que o Mi-

nistro Schwartz foi recebido pelo Senhor Katushev, Presidente do Comitê, também com **status** ministerial. Aproveitou o Ministro brasileiro a reunião para discutir questões ligadas à cooperação entre o Brasil e a União Soviética, ressaltando que a mesma agora está entrando em nova fase. Foi ressaltado, na ocasião, que o Brasil tem realizado negociações concretas para elevar a cooperação com a URSS, do que são exemplos projetos na área de irrigação e aproveitamento de turfa, o interesse em **joint-ventures** com entidades soviéticas, e os esforços no sentido da cooperação econômica, científica e tecnológica a longo prazo.

A última reunião do Ministro Schwartz realizou-se no Comitê Executivo do Conselho Municipal de Moscou, onde foi recebido por seu Primeiro-Vice-Presidente, Senhor Beliakov. Responsável, entre outras atribuições, pela administração dos transportes urbanos e desenvolvimento da área urbana da cidade, bem como pela preservação do meio ambiente e controle de poluição. O encontro do Ministro Schwartz serviu para a troca de informações sobre as soluções dadas aos problemas enfrentados por uma cidade com mais de 8 milhões de habitantes, que encontram paralelo em algumas grandes cidades brasileiras.

Finalmente, utilizou ainda o Ministro Schwartz sua estada em Moscou para visitar um Sovkhoz-Fazenda Coletiva nos arredores da cidade, o metrô de Moscou e uma fábrica de pré-moldados para construção, que serviu para complementar, de forma concreta, os dados e impressões anteriormente obtidos durante o encontro no Comitê Estatal para a Construção Civil.

Em todos os encontros esteve o Ministro acompanhado do Embaixador Ronaldo Sardenberg, além dos presidentes do Banco Nacional da Habitação, José Maria Aragão, e da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Telmo Magadan. Diversos empresários do setor de construção civil estiveram presentes às reuniões e visitas de sua área.

segunda reunião da comissão mista brasil-finlândia de cooperação econômica e industrial

Realizou-se em Brasília, de 9 a 10 de outubro de 1986, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial, cuja criação data de 5 de novembro de 1981. Sua sessão inaugural foi presidida, pelo lado finlandês, pelo Ministro do Comércio Exterior Jermu Tapani Laine e, pelo lado brasileiro, pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré.

As reuniões da Comissão Mista têm por objetivo elevar o patamar do relacionamento bilateral em todas as áreas do domínio econômico e comercial, identificando setores de Interesse comum para o desenvolvimento de projetos específicos e buscando a diversificação e o adensamento do intercâmbio e da cooperação entre os dois países. O último encontro, no âmbito desse foro, ocorreu em setembro de 1984, em Helsinki. As principais áreas de concentração do interesse brasileiro são as de papel e celulose, mineração e metalurgia e cooperação científica e tecnológica no setor energético e de instrumentação.

O saldo global do balanço de pagamentos Brasil-Finlândia tem sido favorável ao lado brasileiro. A balança comercial bilateral proporcionou superávit crescentes para o Brasil até 1984, obtidos principalmente através de substancial incremento das exportações brasileiras. Em 1984, no entanto, houve redução significativa no saldo comercial alcançado pelo Brasil, que atingiu US\$ 34.736 mil, contra US\$ 63.751 mil registrado em 1984. Por outro lado, o item serviços é tradicionalmente deficitário para o Brasil, tendo nos transportes a maior parte das despesas realizadas.

quarta reunião da comissão mista brasil-china

Esteve em Brasília, de 26 a 31 de outubro de 1986, delegação da República Popular da China que participou da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-China.

A delegação chinesa, composta de 14 integrantes, foi chefiada pelo Senhor Mu Chongkai, Subdiretor Geral do 3º Departamento do Ministério das Relações Econômicas e Comércio Exterior.

Chefiou a delegação brasileira, integrada por representantes do Itamaraty, demais Ministérios, empresas estatais e autarquias, o Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, Chefe do Departamento da Ásia e Oceania.

As negociações sobre o intercâmbio comercial bilateral tiveram início às 09:00 horas da manhã do dia 28, e foram encerradas na manhã do dia 30 com a assinatura da Ata Final.

No dia 31 de outubro corrente, pela manhã, a delegação chinesa partiu, acompanhada por dois diplomatas brasileiros, em viagem a Foz do Iguaçu, São Paulo e Rio de Janeiro, onde cumpriu intenso programa de visitas organizado pelo Itamaraty.

brasil participa da feira internacional de luanda

Foi realizada em Angola, de 10 a 19 de novembro de 1986 a terceira edição da Feira Internacional de Luanda —

FILDA'86, ponto alto da cooperação comercial angolana com os países amigos.

Nessa perspectiva de incremento do intercâmbio, o Brasil foi oficialmente convidado a participar do referido evento com produtos considerados de promoção prioritária para o mercado angolano.

A área total da FILDA é de 306.000 m², dos quais 20.000 m² cobertos. A edição anterior contou com a presença de 40 mil visitantes. Estarão participando da FILDA'86 além do Brasil: URSS, Espanha, Portugal, França, Itália, Suécia, RDA, Bulgária, Cuba, Iugoslávia e Tchecoslováquia.

O Brasil participou, pela primeira vez, da FILDA em pavilhão próprio, com 464 m² de área descoberta.

A coordenação geral e a arregimentação de expositores estiveram a cargo da Divisão de Feiras e Turismo — DFT, e o assessoramento da organização delegado à FAG — Arquitetura Promocional S/A, que contou, também, com o apoio logístico da Embaixada do Brasil em Luanda.

brasil e eua realizam consultas bilaterais sobre química fina e produtos farmacêuticos.

A pedido do Governo dos Estados Unidos da América, realizaram-se em 20 de novembro, consultas bilaterais a respeito de química fina e produtos farmacêuticos. Essas consultas tiveram lugar no Itamaraty, com a participação de Delegação norte-americana chefiada pela Sra. Christina Lund, do Escritório Comercial dos EUA, e composta por representantes deste mesmo Escritório, do Departamento de Comércio e de funcionários diplomáticos norte-americanos no Brasil. A Delegação brasileira, além do Itamaraty, esteve composta por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Ciência e Tecnologia, da Indústria e do Comércio e da Saúde e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Segundo o pedido norte-americano, foram abordados nas consultas assuntos relativos à proteção de patentes, investimentos estrangeiros, e registro de novos produtos.

brasil e colômbia examinam adensamento das relações bilaterais

Realizou-se, nos dias 27 e 28 de novembro de 1986, no Rio de Janeiro, reunião brasileiro-colombiana, com vistas a examinar iniciativas que possam contribuir para o adensamento das relações bilaterais.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Ro-

naldo Costa, Subsecretário Geral de Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores, e esteve integrada por representantes da CACEX, SIDERBRÁS, CVRD, PETROBRÁS e da iniciativa privada. O Chefe da Delegação colombiana foi o Doutor Enrique Peñalosa Londono, Secretário de Assuntos Econômicos da Presidência da República, acompanhado por representantes do INCOMEX (Instituto Colombiano de Comércio Exterior), ECOPETROL (Empresa Colombiana de Petróleo) e de outros setores governamentais colombianos.

parque nacional do iguaçu inscrito na lista do patrimônio mundial

Com o propósito de preservar as riquezas patrimoniais da humanidade, tanto culturais quanto naturais, a Conferência Geral da UNESCO aprovou, em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial, à qual aderiram, até dezembro de 1984, 85 países (o Brasil depositou seu instrumento de adesão em setembro de 77).

Um dos dispositivos da Convenção cria a Lista do Patrimônio Mundial, em que são inscritos aqueles bens culturais e sítios naturais, existentes nos países que aderiram ao instrumento, considerados de valor excepcional e universal e cuja preservação é de interesse de toda a humanidade.

A Convenção tem um órgão operativo, o Comitê do Patrimônio Mundial, no qual tomam assento, com mandatos de 6 anos, 21 países que a subscreveram. O Brasil foi eleito para o Comitê em 1981, devendo seu mandato expirar em 1987. Compete ao Comitê decidir quais os bens culturais e sítios naturais que serão inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Tal lista contava, em dezembro de 84, com 186 inscrições, entre bens culturais e sítios naturais, cobrindo todas as regiões do mundo.

O Brasil já logrou a inscrição de 5 bens culturais na lista do Patrimônio Mundial: Ouro Preto, Olinda, São Miguel das Missões, Centro Histórico de Salvador e o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo.

Em 1984, com base nos pareceres favoráveis do IBDF, da SEMA, da então Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, bem como dos Ministérios do Interior e das Minas e Energia, o Itamaraty inicia o processo de inscrição do primeiro sítio natural do país, na lista do Patrimônio Mundial, com a apresentação do Parque Nacional de Iguaçu, processo esse que agora se completa, por decisão tomada pela X Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial que acaba de ter lugar em Paris.

Tanto no caso de inscrição de bens culturais, como no de sítios naturais, são levados em consideração critérios rigorosos, previamente definidos pelo Comitê, que para isso recorre ao assessoramento dos meios técnicos nacionais e internacionais habilitados.

Um sítio natural, por exemplo, só é inscrito quando se comprova o caráter único de suas conformações geológicas, ou por ser representativo da evolução biológica das espécies animais ou por conter **habitats** naturais de espécies ameaçadas, ou por apresentar paisagens excepcionais, ou por conter grandes reservas animais, etc...

A Convenção criou ainda o Fundo do Patrimônio Mundial, formado com recursos provenientes dos países que a ela aderiram e destinado ao custeio de iniciativas que conduzam à preservação dos bens culturais e sítios naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

brasil e argentina encerram trabalho conjunto sobre política nuclear

Foi encerrada em 28 de novembro, no Rio de Janeiro a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, iniciada no dia 25 do mesmo mês.

O encontro, do qual participaram funcionários do Itamaraty, da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil, da Chancelaria argentina e da Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina, foi orientado pelas diretrizes da Declaração de Iguaçu sobre Política Nuclear, assinada pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em 30 de novembro de 1985. Trata-se da 3ª Reunião daquele Grupo, tendo sido as duas primeiras realizadas em Buenos Aires.

A Delegação argentina foi chefiada pelo Secretário de Estado de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores e Culto, Embaixador Jorge Sábato, e integrada, entre outros funcionários, pelo Diretor de Assuntos Nucleares e Desarmamento do mesmo Ministério, Ministro Adolfo Saracho e pelo Diretor de Projetos Internacionais da Comissão Nacional de Energia Atômica, Doutor Renato Radicella.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros Netto, Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty e constituída pelo Ministro Fernando Reis, da Embaixada em Buenos Aires e pelo Doutor Rex Nazaré Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Paralelamente a esse encontro, foi realizada reunião entre empresários argentinos e brasileiros relacionados ao setor nuclear.

Itamaraty realiza seminário de cooperação em bens de capital e serviços técnicos de engenharia no exterior

O Itamaraty, por intermédio do Departamento de Promoção Comercial e da Divisão de Informação Comercial, organizou dois Seminários no Exterior, em Pequim, de 24 a 26 de novembro, e em Jacarta, de 1º a 4 de dezembro, para apresentar a experiência brasileira na implementação de grandes projetos de desenvolvimento, tais como a Hidrelétrica de Itaipu, a Siderúrgica Açominas, o complexo Carajás, o Porto de Tubarão, os Metrô, etc.

Esses eventos foram presididos pelo Secretário Geral do MIC, Luiz André Rico Vicente, e contaram com a presença do Presidente da FINEP, Fábio de Macedo Soares Guimarães, de empresas estatais atuando nas áreas de energia, mineração siderúrgica, petróleo e transportes.

O setor privado esteve representado pelo Vice-Presidente da ABDIB, Dr. Omar Bittar, e por 11 empresas de consultoria, engenharia e fabricantes de equipamentos pesados e bens de capital por encomenda.

Tanto a China quanto a Indonésia são países em desenvolvimento que se caracterizam por haver alcançado progressos importantes na execução de grandes projetos e na fabricação de equipamentos. Dessa forma, podem intercambiar experiências valiosas, tecnologia e produtos com o Brasil, numa modalidade avançada de cooperação sul-sul.

A presença do Secretário Geral do MIC, por indicação do Ministro José Hugo Castello Branco, indicou a importância atribuída pelo Governo brasileiro a essa nova iniciativa de cooperação com os citados países asiáticos.

seminário sobre aspectos jurídico-legais das operações de "countertrade"

Realizou-se, nos dias 3 e 4 de dezembro de 1986, no Auditório do Palácio Itamaraty, o **Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Operações de "Countertrade"**, o quinto da série de Seminários sobre Aspectos Jurídico-Legais das Negociações em Comércio Exterior, anualmente pro-

movidos pelo Ministério das Relações Exteriores, através do Departamento de Promoção Comercial, em coordenação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A escolha do tema central do encontro, que conta com o apoio das comunidades jurídica e empresarial brasileiras, é fruto da análise da evolução das operações de comércio exterior nas quais a prática do comércio compensado tem atingido cifras consideráveis, sendo utilizadas com frequência cada vez maior pelos países em desenvolvimento como forma de superar sua insuficiência de divisas fortes e de assim permitir o incremento de suas exportações. Por serem inovadoras, as operações de "Countertrade" podem resultar em maiores riscos comerciais. Implicam mútua confiança e responsabilidade em sua execução, devendo ser conduzidas apenas por pessoas especializadas face à complexidade de sua natureza econômica e jurídica. No Brasil, o conhecimento desse tipo de operação somente é possível a partir do estudo de casos práticos, já que inexistente legislação específica sobre o assunto. Esta situação sugere a sistematização dos aspectos jurídico-legais predominantes nos contratos suporte dessas operações, como forma de dar ao operador elementos de informação que resultem em maior segurança jurídica na negociação dos contratos internacionais rotulados como de compensação.

As operações de "Countertrade", embora não sejam preferencialmente incentivadas, estão na ordem do dia das realidades das operações comerciais praticadas em diversos países e se ressentem de um quadro jurídico uniforme. Nesse sentido, a discussão de sua natureza por ocasião deste Seminário poderá propiciar ao empresário nacional os esclarecimentos e resguardos devidos para o sucesso de suas negociações.

embaixadores estrangeiros que deixaram o Brasil

Embaixador da **Itália**, Vieri Traxler, em 17 de outubro de 1986.

Embaixador da **Suécia**, Lennart Rydfors, em 29 de outubro de 1986.

Embaixador de **Israel**, Rahamin Timor, em 4 de novembro de 1986.

índice

sarney participa do lançamento do quinquênio da alfabetização nas américas discursos dos presidentes josé sarney e do secretário geral da organização dos estados americanos (oea), joão clemente baena soares, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião do lançamento do "quin- quênio da alfabetização nas américas"	3
Brasília recebe o presidente da argélia, chadli benjedid discurso do presidente josé sarney, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar ofereci- do ao presidente da argélia, chadli benjedid	7
comunicado à imprensa relata os entendimentos do presidente argelino no brasil comunicado à imprensa divulgado em Brasília, ao final da visita do presidente argelino, chadli benjedid	10
a visita do presidente da argentina, raúl alfonsín discurso do presidente josé sarney, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar ofereci- do ao presidente da argentina, raúl alfonsín	13
a assinatura de atos entre o brasil e a argentina discurso do presidente josé sarney, no palácio do planalto, em Brasília, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos entre o brasil e a argentina	14
presidentes da argentina, do brasil e do uruguai reúnem-se em Brasília comunicado dos presidentes da argentina, raúl alfonsín, do brasil, josé sarney, e do uruguai, julio san- guinetti, logo após reunião em Brasília	18
o encontro dos presidentes josé sarney e raúl alfonsín com empresários ar- gentinos e brasileiros discursos dos presidentes josé sarney e raúl alfonsín, na academia de tênis de Brasília, por ocasião de al- moço oferecido por empresários argentinos e brasileiros	19
chanceleres dos grupos de contadora e de apoio querem a paz na américa central declaração dos ministros das relações exteriores dos países-membros dos grupos de contadora e de apoio, divulgada em nova iorque	27
II reunião da comissão mista brasil-finlândia de cooperação econômica e in- dustrial discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamara- ty, em Brasília, por ocasião da abertura da segunda reunião da comissão mista brasil-finlândia de co- operação econômica e industrial	29
terceiro encontro governo-sociedade discursos do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do planalto, em Brasília: o primeiro, por ocasião da solenidade de abertura do terceiro encontro governo-sociedade; o segundo, na inauguração do cenário internacional do mesmo encontro	31
XII reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamara- ty, em Brasília, por ocasião da abertura da 13ª reunião da comissão mista teuto-brasileira de coopera- ção econômica	35
primeiro-ministro do suriname visita o brasil discursos do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, e do primeiro-ministro e ministro de assuntos gerais do suriname, pretaapnarain radhakishun, no palácio do itamaraty, em Bra- sília, por ocasião de almoço oferecido ao chefe do governo surinamense	39
	131

comunicado à imprensa brasil-suriname

comunicado à imprensa divulgado pelo palácio do itamaraty, em Brasília, ao final da visita do primeiro-ministro e ministro de assuntos gerais do Suriname, pretaapnarain radhakishun

42

em Brasília, o chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda Amor

discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de outubro de 1986, por ocasião da abertura da reunião da subcomissão de cooperação econômica e comercial Brasil-México, que contou com a presença do chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda Amor

45

comunicado de imprensa Brasil-México

comunicado de imprensa divulgado pelo palácio do Itamaraty, em Brasília, ao final da visita do chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda Amor

47

o encontro dos chanceleres da Argentina, do Brasil e do Uruguai sobre a questão das Malvinas

comunicado de imprensa divulgado, em Punta del Este, ao final do encontro mantido pelos chanceleres da Argentina, Dante Caputo, do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e do Uruguai, Enrique Iglesias, sobre a questão atual das Malvinas

49

no Brasil, o ministro do comércio exterior e turismo da Nova Zelândia

discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no palácio do Itamaraty, em Brasília, ao assinar, com o ministro do comércio exterior e turismo da Nova Zelândia, Mike Moore, um memorando de entendimento entre os dois países sobre comércio e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.

51

Abreu Sodré participa da Assembléia Geral da OEA, na Guatemala

discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cidade da Guatemala, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA)

53

a sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA

discurso do chanceler Abreu Sodré, na cidade da Guatemala, por ocasião da sessão extraordinária do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA)

57

chanceler brasileiro visita, Angola, Zimbábue, Nigéria e Camarões

discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Luanda, por ocasião da recepção oferecida pelo ministro dos negócios estrangeiros de Angola, Afonso Van-Dunen

59

comunicado de imprensa Brasil-Angola

comunicado de imprensa Brasil-Angola, divulgado, em Luanda, ao final da visita do chanceler Abreu Sodré àquele país

62

Abreu Sodré, em Harare: Brasil e Zimbábue têm interesses e aspirações convergentes

discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Harare, por ocasião de almoço oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros do Zimbábue, Witness Manguende

64

Abreu Sodré, em Lagos: estamos ligados pela similitude dos desafios que enfrentamos

discurso do chanceler Abreu Sodré, em Lagos, por ocasião de jantar oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da Nigéria, A. Bolaji Akinyemi

67

comunicado conjunto Brasil-Nigéria

comunicado conjunto Brasil-Nigéria, assinado, em Lagos, pelo ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo ministro dos negócios estrangeiros da Nigéria, A. Bolaji Akinyemi

70

Abreu Sodré, em Iauendé: fortalecer e diversificar a cooperação entre Brasil e Camarões

discurso do ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Iauendé, por ocasião de jantar oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros de Camarões, William Eteki Mboumoua

75

comunicado conjunto brasil-camarões

comunicado conjunto brasil-camarões, assinado, em iaundé, pelos chanceleres dos dois países, roberto de abreu sodré e william eteki mboumoua

77

revistas africanas publicam suplemento especial sobre o brasil

artigo do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, que integrou suplemento especial sobre o brasil publicado nas edições de novembro de 1986 das revistas *jeune afrique*, *african business* e *áfrica hoje*

81

reunião do conselho nacional de informática (conin)

notas do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, para a reunião do conselho nacional de informática (conin), realizada em Brasília

85

relações diplomáticas

brasil e seychelles estabelecem relações diplomáticas

89

designação de embaixadores brasileiros

89

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

89

tratados, acordos, convênios

os acordos de cooperação técnica entre o brasil e o Canadá

91

brasil e rfa assinam ajustes para cooperação em projetos relativos à ecologia e à pesca artesanal

98

brasil e nova zelândia desenvolvem intercâmbio comercial e cooperação científica, técnica, industrial e econômica

100

ajuste complementar brasil-eua para cooperação na área de irrigação

101

empresas brasileiras participarão das obras de infra-estrutura da rodovia iquitos-nauta, no peru

116

itamaraty e ministério da cultura assinam ajuste para preservação, conservação e manutenção do museu histórico e diplomático

116

os acordos entre o brasil e a argentina

117

comunicados e notas

xiv e xv reuniões da comissão nacional para assuntos antárticos

119

governo brasileiro presta ajuda a vítimas do terremoto em el salvador

120

brasil e argentina encerram trabalhos para implementação do centro de biotecnologia

121

133

assembléia geral da onu aprova criação de zona de paz e cooperação no atlântico sul	121
itamaraty reitera apoio à reivindicação argentina de soberania sobre as malvinas	122
saraiva guerreiro eleito membro da comissão jurídica interamericana da oea	123
chanceleres dos grupos de contadora e de apoio examinam situação da américa central	123
grupo de contadora decide fortalecer unidade latino-americana	124
mensagens	
governo brasileiro envia mensagem de pesar ao governo salvadorenho	125
o falecimento do presidente samora machel	125
presidente josé sarney envia mensagem ao papa joão paulo ii	125
a eleição do presidente de moçambique, joaquim alberto chissano	126
o centésimo número da revista "brasil comércio e indústria"	126
notícias	
ministro do desenvolvimento urbano e meio ambiente visita moscou	127
segunda reunião da comissão mista brasil-finlândia de cooperação econômica e industrial	127
quarta reunião da comissão mista brasil-china	128
brasil participa da feira internacional de luanda	128
brasil e eua realizam consultas bilaterais sobre química fina e produtos farmacêuticos	128
brasil e colômbia examinam adensamento das relações bilaterais	128
brasil e argentina encerram trabalho sobre política nuclear	129
parque nacional do iguaçu inscrito na lista do patrimônio mundial	129
itamaraty realiza seminário de cooperação em bens de capital e serviços técnicos de engenharia no exterior	130
seminário sobre aspectos jurídico-legais das operações de "countertrade"	130
embaixadores estrangeiros que deixaram o brasil	130